
**PROGRAMA OPERACIONAL DE
VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO E COESÃO SOCIAL
DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

PROPOSTA

Outubro 2007

ÍNDICE

ÍNDICE	2
APRESENTAÇÃO	4
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	6
DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	9
VITALIDADE DEMOGRÁFICA, COM PADRÃO DE POVOAMENTO CONCENTRADO	9
MERCADO DE TRABALHO, COM TERCIARIZAÇÃO CRESCENTE	9
TECIDO EMPRESARIAL – CRESCIMENTO NÃO ESTRUTURADO	11
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO – O DIFÍCIL PERCURSO DOS INVESTIMENTOS AOS RESULTADOS	13
TURISMO – ENTRE A EXPANSÃO E A SUSTENTABILIDADE NECESSÁRIAS.....	15
SITUAÇÃO AMBIENTAL – UMA PRIORIDADE COM RESULTADOS.....	15
QUALIDADE DE VIDA – UM COMPROMISSO COM GANHOS EM CONSOLIDAÇÃO	16
ACESSIBILIDADES - DO DESENCRAVAMENTO EXTERNO À COMPETITIVIDADE INTERNA.....	17
ECONOMIA MADEIRENSE – UMA TRAJECTÓRIA DE CRESCIMENTO GLOBAL	17
DINÂMICA DE IMPACTES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS CO-FINANCIADAS PELOS FUNDOS ESTRUTURAIS	18
ANÁLISE SWOT.....	20
ANÁLISE SWOT REGIONAL	20
ANÁLISES SWOT POR DOMÍNIO/PRIORIDADE ESTRATÉGICA	24
ESTRATÉGIA E PRIORIDADES DE DESENVOLVIMENTO	33
EIXOS PRIORITÁRIOS DO PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO E COESÃO SOCIAL	41
EIXO PRIORITÁRIO I - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	42
EIXO PRIORITÁRIO II - EMPREGO E COESÃO SOCIAL	49
EIXO PRIORITÁRIO III - ASSISTÊNCIA TÉCNICA	55
PLANO DE FINANCIAMENTO	57
REPARTIÇÃO INDICATIVA DA CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR CATEGORIA DE DESPESA.....	59
COMPLEMENTARIDADE COM AS ACÇÕES FINANCIADAS PELO FEADER E PELO FEP	69
COMPLEMENTARIDADE COM AS ACÇÕES FINANCIADAS PELO FEDER	70
DISPOSIÇÕES DE EXECUÇÃO	71
SISTEMA DE GESTÃO	71
AUDITORIA E CONTROLO	71
AUTORIDADES DE COORDENAÇÃO, DE GESTÃO E DE CERTIFICAÇÃO	73
ACOMPANHAMENTO.....	78
MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	79

PAGAMENTOS E FLUXOS FINANCEIROS	84
CONTROLO FINANCEIRO.....	84
INTERCÂMBIO ELECTRÓNICO DE INFORMAÇÃO COM A COMISSÃO EUROPEIA	85
SISTEMA DE INFORMAÇÃO.....	85
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	86
AUXÍLIOS DE ESTADO.....	87
MERCADOS PÚBLICOS.....	87
PRIORIDADES TRANSVERSAIS DO FSE.....	88
IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	89
COMPATIBILIDADE COM AS POLÍTICAS DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	89
CENTROS DE RACIONALIDADE TEMÁTICA E CENTROS DE OBSERVAÇÃO DAS DINÂMICAS REGIONAIS ..	90
AVALIAÇÃO EX-ANTE DO PROGRAMA OPERACIONAL.....	91
ENQUADRAMENTO DA AVALIAÇÃO EX-ANTE.....	91
SÍNTESE DA AVALIAÇÃO EX-ANTE	91
APRECIÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO EX-ANTE	95

APRESENTAÇÃO

A Região Autónoma da Madeira confronta-se, no quadro das intervenções estruturais comunitárias do período 2007-2013, com desafios complexos e exigentes.

Estes desafios decorrem, é certo, dos próprios resultados do processo de desenvolvimento económico e social conduzido pelo Governo Regional que, tendo concretizado significativas e muito positivas alterações no desempenho da economia e da sociedade da Região, determinam que nos confrontemos com níveis mais elevados dos objectivos que prosseguimos no sentido de uma trajectória de maior prosperidade económica e de mais acentuada coesão social.

A estratégia de desenvolvimento adoptada pelo Governo Regional encontra-se estabelecida no Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2007-2013 – que será naturalmente concretizado nos termos das prioridades estratégicas e temáticas consagradas, de acordo com os respectivos objectivos, orientações e medidas.

Importa todavia salientar, por um lado, que a respectiva prossecução exige, à semelhança do que se verificou nos últimos vinte anos, a mobilização de importantes recursos financeiros comunitários propiciados pela solidariedade europeia que suporta a política de coesão económica e social.

No entanto, a própria evolução desta relevante política comunitária, fortemente influenciada pelo recente alargamento e também em resultado do progresso verificado na nossa Região (que atingiu níveis muito elevados, sem paralelo no contexto nacional), determinou que a Região Autónoma da Madeira seja penalizada por uma menor intensidade dos financiamentos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu do que no período 2000-2006.

Esta redução dos financiamentos estruturais comunitários, cuja determinação foi aliás objecto de decisão pelo Conselho Europeu, encontra-se directamente associada à evolução do indicador correspondente ao Produto Interno Bruto – cujo índice por habitante em paridades de poder de compra subiu de 69% da média da União Europeia (com 25 Estados-Membros) em 1995 para 87% em 2000 e para 90% em 2003¹.

Nesta situação, a maximização do acesso da Região Autónoma da Madeira aos financiamentos do Fundo de Coesão, cuja afectação regional decorre exclusivamente de decisões nacionais, constitui um imperativo.

Assume-se como igualmente determinante a dinamização do acesso das instituições e entidades públicas e privadas da Região a fontes de financiamento comunitário alternativas aos fundos estruturais, em especial as respeitantes a Programas Comunitários no âmbito da Competitividade para o Crescimento e o Emprego – cujas tipologias de intervenção e muito significativa dimensão financeira deverão ser mobilizados no apoio ao desenvolvimento da RAM.

Importa também salientar, por outro lado, que o apoio dos financiamentos estruturais comunitários à concretização da estratégia de desenvolvimento da RAM se encontra repartida, nos termos dos novos regulamentos europeus, entre as intervenções enquadradas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo Social Europeu.

De facto, a consagração da abordagem mono-fundo na programação e na execução dos Fundos Estruturais implica que passem a existir na Região Autónoma da Madeira dois Programas Operacionais, financiados respectivamente pelo FEDER e pelo FSE.

Esta imposição regulamentar, justificada em termos de simplificação de procedimentos, poderá ter no entanto consequências negativas se condicionar a coerência global da prossecução da estratégia regional de desenvolvimento definida pelo PDES 2007-2013.

¹ O mesmo índice corresponde a 95% da média nacional em 1995, tendo subido para 113% em 2000 e para 121% em 2003.

No sentido de minimizar esta condicionante e de assegurar as condições mais adequadas para a eficácia e a eficiência da concretização do Plano de Desenvolvimento Económico e Social da RAM nas matérias susceptíveis de apoio estrutural comunitário, o Governo Regional da Madeira decidiu promover a maior convergência possível, face às restrições regulamentares comunitárias, entre os dois Programas Operacionais Regionais.

Esta convergência é particularmente assegurada pela partilha pelos dois Programas Operacionais do diagnóstico (incluindo análise SWOT) e do desígnio estratégicos da Região, bem como pela aproximação dos respectivos modelos de governação (incluindo, nos limites regulamentarmente permitidos, a instituição de órgãos comuns aos dois Programas).

Nas circunstâncias apontadas, deverá salientar-se que a preparação da elaboração do Programa Operacional que agora se apresenta teve início com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2007-2013 – documento fundamental de referência para os investimentos e as acções de desenvolvimento a concretizar nesse horizonte temporal.

A elaboração do referido Plano de Desenvolvimento foi desencadeada pelo Governo Regional através da Secretaria Regional do Plano e Finanças, sob responsabilidade técnica da Direcção Regional de Planeamento e Finanças.

Os trabalhos relativos à elaboração do PDES 2007-2013, desenvolvidos em interacção com o Instituto de Fundos Comunitários, foram objecto de articulação entre os departamentos relevantes da Administração Regional no quadro, designadamente da Comissão Técnica de Planeamento.

Submetido, através de diversas iniciativas, a debate aprofundado com os parceiros económicos, sociais e institucionais, a versão final do PDES viria a ser submetida a apreciação e debate públicos através da sua divulgação na Internet, na comunicação social.

Tomando em consideração os resultados das interacções realizadas, o Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2007-2013 foi aprovado pelo Governo Regional e, subsequentemente, apreciado e aprovado pela Assembleia Legislativa Regional.

A elaboração dos instrumentos de programação estrutural comunitária 2007-2013 beneficiaram de forma significativa não apenas do exercício de planeamento e de programação concretizado pelo PDES 2007-2013 mas, sobretudo, da circunstância desse exercício de planeamento e de programação ter sido concebido e implementado de forma não apenas atenta à orientação estratégica dos investimentos e acções de desenvolvimento realizadas na responsabilidade financeira da Região mas também dirigida a enquadrar estrategicamente a nova geração de Programas Operacionais.

Neste contexto, o Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social especificou, nos moldes determinados pelos regulamentos comunitários estruturais, as dimensões relevantes da estratégia de desenvolvimento definida no PDES cuja concretização é susceptível de cofinanciamento pelo FSE, num processo que envolveu o estabelecimento de articulações técnicas entre os departamentos relevantes da Administração Regional, o diálogo aprofundado com os parceiros económicos, sociais e institucionais e a aprovação pelo Governo Regional.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira para o período 2007-2013 assume a prossecução da prioridade estratégica do Plano de Desenvolvimento Económico e Social com a mesma designação: Potencial Humano e Coesão Social.

A inerente coerência estratégica é consagrada pela consagração de que o PO deverá, conjuntamente e de forma complementar ao Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM, de acordo com as especificidades decorrentes e condicionadas pelos Regulamentos Comunitários pertinentes e, em particular, os relativos a cada um dos Fundos Estruturais que os co-financiam, contribuir para concretizar o desígnio estratégico assumido pela Região: Manter ritmos elevados e sustentados de crescimento da economia e do emprego, assegurando a protecção do ambiente, a coesão social e o desenvolvimento territorial.

O Programa Operacional encontra-se estruturado em dois Eixos Prioritários – Educação e Formação e Emprego e Coesão Social - cuja gestão é apoiada por um terceiro Eixo de Assistência Técnica.

O Eixo Prioritário relativo à Educação e Formação prossegue os seguintes objectivos:

- Promover a subida significativa dos níveis educativos e formativos da população regional, assegurando a permeabilidade entre as vias ensino e as profissionalizantes;
- Dinamizar a qualificação dos jovens e a atribuição de equivalência escolar e a dupla certificação;
- Assegurar a recuperação de alunos com insucesso escolar, promovendo e apoiando a formação profissionalizante e aumentando a sua importância no modelo formativo regional;
- Dinamizar e aumentar a qualidade da educação – formação ministradas;
- Fomentar a aprendizagem ao longo da vida;
- Desenvolver a validação da aprendizagem não formal e informal e o reconhecimento e certificação de competências pessoais e profissionais;
- Aumentar a oferta social e garantir a detecção precoce de situações individuais problemáticas que possam originar menor sucesso ou mais abandono escolar;
- Promover a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários;
- Apoiar a eficiência e a eficácia da Administração Pública através da formação de funcionários e agentes;
- Estimular o desenvolvimento da formação avançada;
- Promover a educação especial e a reabilitação, apoiar os indivíduos com dificuldades de inserção profissional e melhorar o funcionamento dos equipamentos de apoio social.

Os objectivos do Eixo Prioritário Emprego e Coesão Social são, pelo seu lado:

- Apoiar a transição de jovens para a vida activa e melhorar as condições para a sua integração profissional e para a reinserção profissional de desempregados;
- Desenvolver medidas activas e preventivas para desempregados, contribuindo para a elevação do nível global de emprego e reforçando as condições de empregabilidade;
- Criar emprego e fomentar o espírito empresarial, dinamizando iniciativas empresariais geradoras de emprego e desenvolvendo competências propícias à criação do próprio emprego e à criação de empresas por desempregados;
- Estimular a inserção profissional de pessoas desfavorecidas face ao mercado de trabalho, designadamente no que respeita aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção;
- Criar e desenvolver instrumentos de combate à exclusão social e de apoio à erradicação da pobreza;

- Promover a economia social, apoiando a satisfação de necessidades não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado;
- Apoiar o desenvolvimento das estruturas e serviços de apoio ao emprego.

A tabela seguinte apresenta de forma sistemática, para cada dos Eixos Prioritários do Programa Operacional, as respectivas Vertentes de Intervenção e Objectivos Específicos, bem como os Principais Domínios de Intervenção e Investimento.

Eixo PO	Vertentes de Intervenção	Objectivos Específicos	Principais Domínios de Intervenção e de Investimento
Eixo I - Educação e Formação	Qualificação Inicial	<ul style="list-style-type: none"> > Reforçar o combate ao insucesso e à saída escolar precoce > Aumentar os níveis educativos e formativos dos jovens > Aumentar e diversificar a oferta de vias profissionalizantes para os jovens 	<ul style="list-style-type: none"> > Educação Especial e Reabilitação > Cursos Profissionalizantes > Cursos de Especialização Tecnológica > Cursos de Qualificação Profissional de Jovens > Sistema de Aprendizagem > Cursos de Educação e Formação
	Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida	<ul style="list-style-type: none"> > Melhoria das condições de adaptabilidade dos trabalhadores > Aumento do nível de qualificação dos activos > Desenvolver a formação dirigida a empresas > Aumentar a eficiência e a eficácia da Administração Pública regional 	<ul style="list-style-type: none"> > Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento / Especialização para Activos > Acções de Formação-Consultoria > Formação de Docentes e Formadores > Formação de Adultos > Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências > Formação Profissional da Administração Pública > Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos
	Formação Avançada	<ul style="list-style-type: none"> > Apoiar o reforço da capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico regional > Promover o emprego e a cultura científica e tecnológica da região > Reforçar a formação avançada dos recursos humanos regionais 	<ul style="list-style-type: none"> > Bolsas para Professores / Investigadores > Programas e Bolsas de Pós-Graduação / Mestrado / Doutoramento e Pós-Doutoramento > Cursos de Formação Avançada > Projectos de Investigação

Eixo II - Emprego e Coesão Social	Transição para a Vida Activa	<ul style="list-style-type: none"> > Apoiar a integração profissional de jovens > Desenvolvimento de competências profissionais adequadas às exigências do mercado de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> > Estágios Profissionais > Assistência e orientação para a inserção na vida activa
	Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local	<ul style="list-style-type: none"> > Promover o emprego e a empregabilidade > Estimular o desenvolvimento do espírito empresarial > Dinamizar o aparecimento de iniciativas geradoras de criação de postos de trabalho > Apoiar a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local 	<ul style="list-style-type: none"> > Apoios à Contratação > Apoios à Criação do Próprio Emprego > Prémios à auto-colocação > Iniciativas Locais de Emprego > Formação/Emprego > Clubes de Emprego > Apoios à Substituição Temporária de Trabalhadores e Apoios à Família > Desenvolvimento e Melhoria das Estruturas e dos Serviços Públicos de Emprego
	Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> > Promover a coesão e o desenvolvimento social > Promover a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> > Integração Socio-profissional de Pessoas Desfavorecidas > Integração Socio-profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência > Empresas de Inserção > Ocupação de Desempregados > Ocupação e Formação de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção
Eixo III Assistência Técnica	Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> > Assegurar as condições adequadas para a gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização e comunicação do PO 	<ul style="list-style-type: none"> > Preparação, Análise, Selecção, Avaliação e Acompanhamento de Projectos > Comunicação, Informação e Publicidade > Sistema de Indicadores de Apoio à Monitorização do PO > Sistema de Informação > Estudos de Diagnóstico e Avaliação > Aquisição de Serviços Especializados Externos

O Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social mobiliza 125 milhões de Euros de recursos comunitários propiciados pelo Fundo Social Europeu, que permitirão assegurar financiamentos totais de 159 milhões de Euros.

DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

VITALIDADE DEMOGRÁFICA, COM PADRÃO DE POVOAMENTO CONCENTRADO

A demografia regional tem observado alguns ajustamentos, com tendência ligeiramente expansiva no último quinquénio. Com efeito, após um quebra global de 3,3%, entre 1991 e 2001 (últimos momentos censitários), a população residente no Arquipélago terá registado um crescimento de cerca de cinco mil pessoas, entre 2000 e 2004, com base num ligeiro crescimento natural e num fluxo migratório alimentado pelas dinâmicas do mercado de trabalho regional.

A estrutura etária evidencia, para o período 1995-2004, uma quebra do índice de juventude de 21,4 para 18,3%, em contrapartida de um crescimento acentuado da população em idade activa, sobretudo no grupo 25-64 anos, reflectindo os fluxos migratórios assinalados. Não obstante a quebra da população até aos 25 anos (decrece, em dez anos, mais de quinze por cento) os índices de vitalidade demográfica da Madeira são dos mais elevados do País, secundados pelas taxa bruta de natalidade e de fecundidade geral e pela redução sensível da taxa de mortalidade infantil.

O padrão de povoamento continua a evidenciar uma acentuada macrocefalia, com concentração da população residente no Funchal (cerca de 42,5%, em 2001), ainda que ao longo da última década se tenha registado uma ligeira inversão de tendência a favor de uma deslocação lenta para os concelhos periféricos do Funchal, com destaque para Santa Cruz e Câmara de Lobos, os únicos concelhos que registam um crescimento efectivo entre 1991 e 2001.

As orientações de correcção gradual das assimetrias regionais e de criação de pólos alternativos de desenvolvimento (cf. Plano Regional de Ordenamento do Território – POTRAM, 1992), a par dos fluxos de investimento público na rede rodoviária e na criação de áreas de localização empresarial, dinamizaram a promoção imobiliária e geraram áreas de atracção da população.

Esta foi uma tendência, igualmente, favorecida pelo padrão de residência dos fluxos migratórios externos, mas na fase actual é já claramente alimentada pela estruturação do mercado imobiliário regional que beneficia das rendas diferenciais geradas pela dinâmica do investimento público (sobretudo, redes de infra-estruturas e equipamentos económicos e sociais).

A evolução do padrão de povoamento e a correcção gradual da macrocefalia do passado têm vantagem em ser estimuladas no novo ciclo de desenvolvimento regional, a partir do incentivo à iniciativa empresarial e à fixação de actividades económicas, actuações de política que potenciem as externalidades positivas geradas pelo ciclo anterior de desenvolvimento regional.

MERCADO DE TRABALHO, COM TERCIARIZAÇÃO CRESCENTE

O “Estudo do Impacto dos Fundos Estruturais na Região Autónoma da Madeira” constitui a base de referência para as notas seguintes actualizadas com informação estatística relevante.

Em matéria de emprego, a associação entre os níveis de empregabilidade (taxa de emprego) e a manutenção a níveis reguláveis da taxa de desemprego (em muitos anos da década de noventa, a rondar os três por cento), revela uma dinâmica empregadora invejável do sector estruturado da economia, mesmo tendo presente aspectos estruturais do mercado de trabalho regional, nomeadamente o peso do emprego público e os níveis de sub-emprego nas actividades tradicionais.

A taxa de actividade cresceu em dez anos (1995-2004) cinco pontos percentuais, a um ritmo mais elevado que no conjunto do País, aproximando-se da média nacional, e sendo especialmente expressiva nos grupos mais dinâmicos da população em idade activa (entre os 25 e os 44 anos).

A distribuição sectorial do emprego estruturado reflecte a terciarização acentuada da economia madeirense (81,5% do VAB regional, em 2003), com forte presença das actividades imobiliária, comércio e outros serviços. Em 2004, a população empregada no sector terciário representava 65,2% do total, sendo de destacar o elevado peso do terciário administrativo e social, com elevada preponderância do emprego público.

O emprego nas unidades do sector público resulta das diversas expressões da Administração Pública Regional e Local, dos Institutos e Sociedades de Desenvolvimento, das organizações da educação e da saúde. O sector público regional desempenha um importante papel na criação e manutenção de emprego, nomeadamente de empregos dotados de qualificações médias e superiores, com reflexos sobre a absorção de novas competências oriundas do sistema formal de ensino (incluindo a Universidade da Madeira).

Este comportamento favorável do nível de emprego explica o crescimento dos índices de feminização, 36,9 para 41,8% em dez anos, que reflectem igualmente uma transformação estrutural do padrão empregador regional, alastrando das actividades tradicionais aos ramos de actividade mais dinâmicos e absorvendo parte da criação de novos empregos durante a década de noventa.

A evolução descrita ocorre num contexto igualmente marcado pela melhoria da estrutura de níveis de habilitação e de qualificação da população empregada: entre 2000 e 2003, o Inquérito ao Emprego regista uma redução sensível da população activa sem instrução (de 13,8 para 8,6%) e aumentos sensíveis das habilitações básicas (+7,2%, no 3º ciclo), secundárias (+3%) e superiores (+3,6%).

Nesta evolução estão presentes vários factores de origem distinta, nomeadamente: (i) a base de recrutamento alterou-se com a chegada ao mercado de trabalho de vários milhares de diplomados com habilitações médias e superiores; e (ii) a percepção das empresas, confrontadas com a necessidade de preencher postos de trabalho com competências capazes de contribuir para a reorganização dos processos de trabalho e da actividade empresarial.

O investimento na qualificação de jovens (dentro e fora do sistema de ensino) tem contribuído para esta evolução, com resultados positivos na empregabilidade dos formandos. Estes resultados são evidenciados pelos diversos Inquéritos à Inserção na vida activa dos ex-formandos de cursos qualificantes, que indicam, nomeadamente, que a frequência de cursos de formação profissional favorece as hipóteses de recrutamento no mercado de trabalho, ainda que não favoreça, p.e., a progressão na carreira dos activos empregados.

A emergência de fluxos migratórios oriundos do Brasil e dos países de Leste, tem conhecido, por sua vez, alguma expressão no preenchimento de necessidades de mão-de-obra, nomeadamente, na construção e obras públicas e na hotelaria e restauração. Este movimento ocorreu, com dinâmicas próprias que intensificam o seu papel na estruturação do mercado de trabalho, em detrimento de previsões que apontavam para fluxos migratórios assentes no retorno de emigrantes da diáspora madeirense (Venezuela, África do Sul, etc.), uma perspectiva que, todavia, não deve ser negligenciada num horizonte de médio prazo.

O comportamento do mercado de trabalho regional registou, entretanto, alterações acentuadas de acordo com a evolução do desemprego registado no Centro Regional de Emprego, entre Dezembro de 2003 e Dezembro de 2005.

De acordo com os dados do Instituto Regional de Emprego, o comportamento da procura de emprego registada no Centro Regional de Emprego do Funchal, apresenta os seguintes traços caracterizadores principais:

- Crescimento absoluto dos pedidos de emprego superior vinte por cento no período entre Dezembro de 2003 e Dezembro de 2005 (de 5.858, para 7.231 inscritos);
- Os segmentos que registam um maior aumento da procura de emprego são os activos com idade entre 25 e 34 anos que representavam 20,7% em Dezembro de 2005 e os inscritos de meia idade (entre 35 e 54 anos) que ascendiam a 41% naquela data reflectindo, nomeadamente, o ajustamento resultante do abrandamento do ritmo da construção civil e obras públicas;
- Predominância de baixos níveis de qualificação entre os que procuram emprego: 3 em cada 4 inscritos, possuem habilitações inferiores ao ensino secundário, um padrão que se mantém com ligeiro agravamento entre 2003 e 2005 período em que aumentou o volume de inscritos com habilitações superiores;
- Redução do peso relativo do desemprego feminino que representava no final de 2005 54%, menos 8 pontos percentuais face a Dezembro de 2003 continuando a afectar mais fortemente as mulheres, sobretudo as jovens;

- Estabilidade no perfil de duração do desemprego ao longo do período 2003-2005 (68%, inferior a um ano e cerca de 32%, superior a um ano).

Este padrão de variação absoluta a par da concentração nos segmentos de meia idade, de menores qualificações e do sexo feminino, tem merecido uma especial atenção dos responsáveis pelas políticas activas de emprego sendo de salientar o reforço dos apoios orientados para a inserção e reinserção profissional (quer dos jovens, quer dos adultos), com apoio de financiamento via Medida Competências Humanas e Equidade Social do POPRAM III.

TECIDO EMPRESARIAL – CRESCIMENTO NÃO ESTRUTURADO

As linhas de estruturação do tecido empresarial madeirense evidenciam um conjunto relevante de traços característicos:

- Crescimento acentuado, em termos absolutos e em termos relativos, marcando uma tendência de diversificação das actividades económicas que, mesmo num contexto de especialização notória no complexo de actividades imobiliária turística/alojamento hoteleiro/restauração/animação, consegue afirmar um leque de actividades próprio da terciarização da economia regional e ligado aos serviços qualificados à actividade económica, às empresas de outros ramos de actividade.
- O quadro da página seguinte traduz a evolução da dinâmica empresarial e empregadora deixando a claro uma variação absoluta positiva da generalidade dos ramos de actividade acompanhada das tendências de terciarização já assinaladas na repartição sectorial do emprego e expressas no ritmo mais lento da evolução dos ramos mais tradicionais dos sectores primário e secundário e da própria redução do peso relativo destes sectores (em termos empresariais).
- Afirmação de grupos económicos regionais dotados de coerência estratégica, segundo lógicas de acumulação que partem da actividade turística “tout-court” para actuações numa perspectiva de fileira, gerando iniciativas empresariais no domínio dos serviços de natureza económica, primariamente para o grupo empresarial mas depois surgindo, directamente ou em participações cruzadas, em outros ramos de actividade fornecendo serviços ao mercado.
- Surgimento de iniciativas empresariais de pequena escala em nichos de mercado com condições de reprodução simples, por vezes em situações de auto-emprego, noutras de emprego para outrem. O papel das Associações Empresariais (ACIF, Associação de Jovens Empresários da Madeira, ...), bem como do Centro de Empresas e Inovação da Madeira, sedeadas no Tecnopolo – a par de iniciativas de base atomística -, tem contribuído de alguma forma para a renovação do tecido empresarial. Trata-se, a médio prazo, de confirmar o potencial de sustentabilidade de tais iniciativas num mercado crescentemente aberto (cf. Estudo do Impacto dos Fundos Estruturais na Região Autónoma da Madeira, Direcção Regional de Formação Profissional, 2004).

A análise de informação estatística de base sectorial permite, entretanto, evidenciar de modo mais acentuado alguns sinais de ajustamento estrutural da economia madeirense:

- Redução tendencial do peso relativo da actividade agrícola com perda de um ponto percentual na contribuição para o VAB regional (de 3,2 para 2,2%, entre 1995 e 2003), acompanhada por um aumento ligeiro da dimensão média das explorações agrícolas, a par de uma dinâmica mais acentuada de redução da mão-de-obra, mais expressiva nos trabalhadores a tempo completo.
- Reestruturação profunda das actividades artesanais, com tendência gradual de redução do número de unidades, com maior expressão nas unidades de maior dimensão (redução de 60% nas actividades de Bordados e Tapeçarias, em dez anos) e acentuado a pulverização da actividade.
- Redução, patenteada pelos indicadores globais da actividade da pesca (nomeadamente, embarcações em actividade e respectiva potência, descarga de pescado e emprego), ainda que se registem grandes oscilações na descarga de pescado e uma melhoria da capacidade dos meios de produção e dos padrões de exploração, com reflexos no aumento da produtividade.

-
- Tendência consistente na evolução da actividade industrial com crescimento dos estabelecimentos e do emprego, sobretudo nos segmentos até 20 pessoas ao serviço. No segmento com mais de vinte empregados, o volume de empresas e de emprego decresce, entre 1995 e 2003, fruto de uma maior dificuldade de estruturação de projectos empresariais de maior dimensão. Este padrão de evolução reflecte, nas suas características dimensionais, uma concentração dos apoios ao investimento empresarial em micro e pequenos projectos, com dificuldades notórias para suscitar a dinamização e o aparecimento de projectos de maior dimensão média.
 - Paralelamente, observa-se uma acentuada dificuldade de atracção de projectos empresariais dinâmicos e inovadores para a rede de Parques Empresariais criada em diversos concelhos do interior, no decurso do actual Quadro Comunitário, evidenciando uma incapacidade da parte do tecido empresarial regional para apropriar as externalidades geradas pela intervenção do investimento público.
 - As dinâmicas de investimento co-financiado pelos diferentes Sistemas de Incentivos vigentes na Região (sobretudo, SIME e SIPPE), revelam elevadas taxas de aprovação, ainda que com ritmos de execução reduzidos (dados de final de 2005). O desempenho físico revela-se mais positivo nos indicadores relativos ao segmento das micro e pequenas empresas criadas e apoiadas, cujo volume efectivo supera as metas programadas inicialmente programadas.
-

Evolução da distribuição dos trabalhadores por conta de outrem e das empresas, por ramo de actividade (%)

Ramo de Actividade	Emprego			Empresas		
	1998	2003	Variação 1999-2003	1998	2003	Variação 1999-2003
A+B – Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	0,8	0,6	4,4	1,3	1,0	8,8
C - Indústrias extractivas	0,4	0,3	15,2	0,4	0,3	-5,0
D - Indústrias transformadoras	11,9	10,0	5,1	10,1	9,3	25,8
E - Produção/distribuição electricidade, gás e água	2,0	1,9	18,5	0,0	0,1	300,0
F - Construção	16,4	20,7	58,4	14,0	17,5	70,1
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de automóveis, motociclos e outros bens	22,2	21,3	20,9	32,5	27,6	15,9
H - Alojamento e restauração	19,6	21,1	35,6	18,9	17,4	25,7
I - Transportes, armazenagem e comunicações	5,5	5,8	33,2	6,1	5,9	31,4
J - Actividades financeiras	2,7	2,7	24,9	0,3	0,5	114,3
K - Actividades imobiliárias, aluguer e serviços às empresas	12,6	7,1	-29,0	8,0	10,7	83,0
L – Administração pública, defesa e segurança social	0,2	0,2	79,7	0,1	0,1	60,0
M - Educação	1,8	2,6	79,2	1,1	1,2	46,0
N - Saúde e acção social	1,3	2,1	106,2	2,2	2,6	57,8
O - Outras actividades de serviços	2,7	3,4	56,1	5,1	5,9	59,6
Total	45787	57489	25,6	4545	6197	36,3

Fonte: *Quadros de Pessoal*, DGEEP-MTSS.

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO – O DIFÍCIL PERCURSO DOS INVESTIMENTOS AOS RESULTADOS

A situação de partida regional (no início da vigência do POPRAM III) em matéria de actividades no domínio das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) caracterizava-se fundamentalmente pelos parâmetros seguintes:

- Nível básico de infra-estruturas de comunicações e de serviços de operadores, bem como de desenvolvimento de actividades da fileira industrial das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC);
- Presença de pólos de difusão do conhecimento sedeados em estabelecimentos de ensino de nível superior, tecnológico e profissional, sendo de destacar a criação, na estrutura de licenciaturas da Universidade da Madeira, de uma paleta de formações em Engenharia, na esfera das TIC;

- Nível básico de organização/disponibilidade de websites pertencentes a empresas regionais, fundamentalmente operadores turísticos enquadrados em grupos económicos;
- Na esfera da Administração Pública regional eram apenas referenciáveis a existência de sítios informativos por parte de serviços públicos e os desenvolvimentos positivos da Rede de Telemedicina.

No actual período de vigência das Intervenções co-financiadas pelos fundos estruturais foram programadas intervenções (e correspondentes investimentos), nos domínios da inovação e da sociedade da informação. Na concepção e programação, designadamente via Medida específica do POPRAM III e Programa Madeira Digital enquadrado pela Medida das Cidades e Regiões Digitais do POSI (Programa Operacional Sociedade da Informação), essas Intervenções evidenciaram uma assinalável ambição, ampliada pela aprovação de um Programa Regional de Acções Inovadoras (PRAI Madeira).

Os dados de execução física de grande parte dos projectos, mesmo após flexibilização da tipologia de entidades beneficiárias e da tipologia de acções, evidenciam dificuldades na concretização dos objectivos previstos, tanto nas Acções da Medida Estímulo à Inovação e Sociedade de Informação, como no Programa Madeira Digital. Como assinala a Actualização da Avaliação Intercalar, 2005, a estratégia inovadora e em grande parte imaterial das Acções da Medida não foi concretizada, sendo limitados os efeitos verificáveis na promoção do empreendedorismo, no estabelecimento de redes de cooperação, na transferência de tecnologia e no desenvolvimento de novos conceitos empresariais e novos produtos.

Estas eram, aliás, dimensões cruciais em vista de uma incidência desejável/orientada dos projectos da Sociedade da Informação para o âmbito da inovação organizacional e empresarial, sobretudo com incorporação de conhecimento regional, em termos de novos produtos e serviços.

A ênfase acabou por ser colocada predominantemente do lado das famílias e da população em geral onde, entretanto, ocorreram alguns avanços face, sobretudo, à situação de partida e ao necessário trabalho de sensibilização, de amadurecimento de projectos e de enraizamento de práticas dos agentes públicos, associativos e privados. Entre esses avanços, são de destacar:

- O volume de computadores disponibilizados em espaços públicos e de computadores adquiridos por famílias de baixos recursos, contribuindo para a atenuação do fenómeno de infoexclusão através do favorecimento da acessibilidade digital no interior do território e entre diferentes grupos sociais; e
- Os projectos inovadores da Secretária Regional da Educação (REI XXI e Sítio da Educação – “website” de prestação de serviços à comunidade educativa, alunos, professores e auxiliares da acção educativa), enquanto boa prática de conciliação de uma componente imaterial, com impactes previsíveis expressivos, num contexto de inovação.

À semelhança do que tem ocorrido com a Medida Cidades e Regiões Digitais em contextos territoriais do Continente, a adesão dos actores empresariais em domínios de maior inovação e imaterialidade ficou aquém do esperado, o que constitui um sério desafio, a médio/longo prazo, sobretudo, na perspectiva dos contributos que os instrumentos de suporte da Sociedade da Informação e Conhecimento e do estímulo à inovação deverão prestar à implementação da Estratégia de Lisboa.

Esta dimensão é contemplada no Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2007-2013, sobretudo com orientações sectoriais explícitas dirigidas à competitividade empresarial e à eficiência económica, compreendendo equipamentos e infra-estruturas na área da ciência e inovação, bem como acções de cooperação internacional susceptíveis de proporcionar ganhos de aprendizagem resultantes, igualmente, do funcionamento em rede. A concretização dessas orientações (nomeadamente, através de um maior direccionamento e pró-actividade) afigura-se indispensável para estimular a diversificação económica da Região, a qual pressupõe investimento em novos domínios de conhecimento e em nichos específicos de criação de valor associados a recursos primários e de excelência da Região (biologia marítima, património, cultura, história,...).

TURISMO – ENTRE A EXPANSÃO E A SUSTENTABILIDADE NECESSÁRIAS

Os elementos mais recentes de diagnóstico da actividade turística evidenciam de forma muito clara a trajetória de evolução do grande motor de especialização económica madeirense:

- Crescimento acentuado da capacidade de alojamento, com o número de camas a aumentar, entre 1995 e 2004, cerca de 65%;
- Crescimento do pessoal ao serviço nos ramos da actividade turística, em cerca de 43%;
- Crescimento do volume de hóspedes entrados, entre 1995 e 2004 (mais cerca de 60%, a uma média anual que ronda os 6%);
- Decréscimo da estadia média dos turistas (de 7,5 dias, em 1995, para 6,5 dias, em 2004);
- Redução da taxa de ocupação/cama de 63,7% para 53,9%, menos cerca de dez por cento numa década);
- Ritmo de crescimento dos proveitos totais inferior ao da capacidade de alojamento e do volume de hóspedes.

A análise da envolvente interna indica, ainda, que a dinâmica de investimento da imobiliária turística prolongou ao longo da última década uma sobreconcentração do número de empreendimentos e do volume de camas na Cidade do Funchal, acentuando as tendências de saturação das redes e sistemas urbanos, com níveis de risco tanto na óptica da capacidade de carga dos mesmos, como na óptica da atractividade efectiva actualmente existente.

Neste último aspecto, constata-se que a Medida Valorização do Potencial Turístico, Cultural e de Lazer tem revelado dificuldades no cumprimento de objectivos estratégicos, com destaque para a recuperação de edifícios e monumentos históricos, importante componente na composição e qualidade do produto turístico.

A nível da envolvente externa, os sinais de mercado existentes vêm tornando claro, de há anos a esta parte, que um modelo de desenvolvimento turístico assente num forte crescimento do sector imobiliário se defronta não só com problemas de manutenção de ritmos de crescimento, mas também com riscos sérios de sustentabilidade a prazo.

A Actualização da Avaliação intercalar do POPRAMIII, assinala como grande questão para o futuro “a sustentabilidade deste modelo de desenvolvimento dados os reconhecidos efeitos de ‘crowding-out’ de novas actividades emergentes que a excelência turística tem determinado”. Nas Recomendações são referenciadas, como áreas prioritárias de investimento para o próximo período de programação, o ecoturismo, o turismo rural (associado à eco-produção), os percursos pedestres, a par da preservação patrimonial e ambiental.

No entanto, a qualificação das infra-estruturas e redes públicas de suporte, o investimento dos operadores na modernização dos estabelecimentos e na capacidade do serviço (via competências escolares e profissionais, técnicas de execução e gestão), a par do reforço da capacidade negocial junto dos “tour-operator”, constituem patamares de investimento determinantes para a sustentabilidade dos segmentos viáveis da actividade turística madeirense.

SITUAÇÃO AMBIENTAL – UMA PRIORIDADE COM RESULTADOS

A dimensão ambiental conheceu no actual ciclo de programação do investimento público co-financiado pelos fundos estruturais uma maior prioridade das actuações de política (designadamente, tendo por suporte o Plano Regional de Política do Ambiente), com concretização de importantes projectos de investimento.

Os indicadores ambientais referentes, p.e., aos recursos hídricos e ao saneamento básico reflectem essa prioridade:

- Aumento do volume de águas residuais tratadas, entre 1995 e 2004, em cerca de 60%;
- Melhorias dos níveis de cobertura da população residente por abastecimento de água, de 86,8%, em 1995, para 98,1%, em 2003, com apenas dois Concelhos (Santa Cruz e Câmara de Lobos) a apresentarem graus de cobertura inferiores à média regional);
- Crescimento acentuado dos indicadores relativos à população servida por drenagem e tratamento de águas residuais (de 37,9%, em 1995, para 60%, em 2003, no conjunto da Região), indicadores ainda pouco expressivos face às necessidades;
- Comportamento positivo da recolha e tratamento de resíduos sólidos, num contexto de crescimento acentuado da produção (duplicou entre 1995 e 2004) e com resultados promissores na recolha selectiva e no envio para reciclagem fora da Região.

Nesta última vertente, importa destacar a relevância dos investimentos na Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra, nomeadamente as importantes respostas proporcionadas em matéria de incineração de resíduos sólidos urbanos e de compostagem, pelo volume de resíduos tratados.

Os projectos associados às Acções da principal Medida Ambiente do POPRAM III têm proporcionado resultados igualmente relevantes em matéria de ordenamento da orla costeira e dos cursos de água, de requalificação do ambiente urbano e paisagístico e de melhoria da qualidade ambiental, um domínio com metas exigentes estimadas para a vigência do Programa.

Os avanços consideráveis na esfera do investimento material (infra-estruturas e equipamentos), que contribuiu decididamente para aquela melhoria de índices de cobertura, permitem que, no horizonte de médio e longo prazo, as intervenções se dirijam prioritariamente para a qualificação das redes e dos sistemas, a par da monitorização e certificação dos diferentes dispositivos públicos e privados. Esse sentido de intervenção das políticas públicas encontra-se significativamente expresso nas orientações e objectivos e nas medidas contempladas pelo PDES 2007-2013, designadamente na Prioridade estratégica “Desenvolvimento Sustentável – Dimensão ambiental”.

QUALIDADE DE VIDA – UM COMPROMISSO COM GANHOS EM CONSOLIDAÇÃO

Os dados disponíveis evidenciam uma evolução positiva generalizada do poder de compra concelhio na Região, num quadro de diminuição sustentada das disparidades intra-regionais e do “gap” face à média nacional: para uma base 100 do País, em 1995, o índice de poder de compra regional era de 60 e, em 2004, atingia já o índice 84, com os Concelhos do Funchal e de Porto Santo a apresentarem índices de poder de compra superiores à média nacional.

O rendimento disponível das famílias conheceu, igualmente, um crescimento acentuado (superior a 50% num período de dez anos), reflectindo uma situação de partida débil, mas também as elevadas taxas de actividade e emprego, a par da acção das políticas sociais regionais.

A melhoria das condições de vida encontra-se igualmente expressa nos indicadores de conforto dos agregados familiares, na redução dos índices de analfabetismo, bem como na evolução positiva da frequência do ensino pré-escolar e dos índices de escolarização.

Em igual sentido converge o reforço da dotação de equipamentos colectivos nas áreas da cultura e do recreio e das instalações de desporto, com investimento na diversidade de valências e cobertura municipal.

O panorama descrito tenderá, ainda, a beneficiar de importantes projectos de natureza infra-estrutural apoiados pela Medida Coesão e Valorização Social do POPRAM III (p.e., novas escolas e centros de saúde). Todavia, esta Medida previra tipologias de projectos mais orientados para o aproveitamento de infra-estruturas existentes e outros de natureza imaterial (nas esferas educativa e da saúde), que não foram concretizados e que constituem um desafio à capacidade das entidades beneficiárias reorientarem as suas lógicas de investimento favorecendo uma perspectiva de absorção de recursos propiciadora de uma melhor inclusão social.

ACESSIBILIDADES - DO DESENCRAVAMENTO EXTERNO À COMPETITIVIDADE INTERNA

O ciclo longo de investimento público teve na melhoria das acessibilidades externas uma prioridade de 1º nível, condição indispensável para atenuar as condições de insularidade e de ultraperifericidade. A melhoria do Aeroporto da Madeira constitui a obra emblemática nessa perspectiva, embora as diversas intervenções, sobretudo, nos portos do Funchal, Caniçal e do Porto Santo, tenham contribuído significativamente para o desígnio regional de alcançar um desejável “desencravamento” externo.

No actual ciclo de programação esse esforço foi prolongado com importantes investimentos (p.e., construção do porto de abrigo da Costa Norte e aquisição do novo navio para ligação inter-ilhas, minimizando a dupla ultraperifericidade do Porto Santo) e contribuindo para tornar mais eficiente o tráfego de mercadorias e para dinamizar a procura turística reduzindo a sazonalidade.

Os projectos de optimização desses investimentos, enquadrados numa das Acções da Medida de Acessibilidades Exteriores (reforço do sistema viário da ligação às infra-estruturas de acesso ao exterior – nomeadamente aeroportos), tiveram concretização limitada, enquanto o importante projecto de requalificação do Porto do Funchal continua a aguardar oportunidade de enquadramento de financiamento, eventualmente via Fundo de Coesão.

A nível interno a melhoria das acessibilidades beneficiou de uma elevada dotação financeira que sustentou uma igualmente elevada capacidade de realização traduzida, nomeadamente, nos resultados seguintes salientados na Actualização da Avaliação Intercalar, 2005:

- Melhoria da rede de acessibilidades entre os principais aglomerados urbanos e de concentração de actividades económicas;
- Dinamização de custos de operação e redução dos custos associados ao tráfego em trânsito;
- Qualificação dos circuitos turísticos e do ambiente urbano;
- Reforço das condições de fixação da população e reequilíbrio da respectiva distribuição espacial;
- Aumento da dimensão económica do mercado interno;
- Completamento do essencial da rede viária regional.

Os investimentos no domínio das acessibilidades estarão no futuro período de programação mais direccionados para os serviços de transporte e de telecomunicações de interesse económico geral, designadamente fora dos grandes centros urbanos, o que permitirá densificar os níveis de acessibilidade no interior, reformular nós de ligação de novas vias, requalificar antigas Estradas para fins de utilização turística e melhorar a rede de transportes públicos internos.

Ou seja, num contexto de desincentivo gradual ao investimento infra-estrutural, deverão predominar as lógicas de optimização dos investimentos da última década, assentes em novas tipologias de projecto.

ECONOMIA MADEIRENSE – UMA TRAJECTÓRIA DE CRESCIMENTO GLOBAL

A generalidade dos indicadores macroeconómicos da Madeira evidencia níveis de crescimento acentuados em termos absolutos e relativos que reflectem um grande dinamismo económico da Região, designadamente na última década:

- O PIB Regional cresceu a uma taxa média anual de 7,5% entre 1995 e 2003;
- O índice de disparidade do PIB per capita tem uma evolução positiva recuperando de uma posição relativa inferior no início do período para uma situação superior à média nacional desde 1998.

A posição da Madeira no contexto europeu regista também uma progressão acentuada nas comparações no espaço da União Europeia a 15 (82,4, em 2003) e a 25 (90, em 2003).

As especificidades da economia regional tendem a induzir imputações do VAB à Região que distorcem a determinação do PIB regional. Este surge “decisivamente influenciado pelos valores assumidos pela Zona Franca e dentro desta, por um número muito limitado de empresas em actividades financeiras, imobiliárias e de comércio internacional” (Cf. Estudo Indicadores e Posicionamento da Madeira na Europa Alargada – Augusto Mateus Associados, 2004).

DINÂMICA DE IMPACTES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS CO-FINANCIADAS PELOS FUNDOS ESTRUTURAIS

A contribuição dos fundos comunitários para o desenvolvimento regional constitui um adquirido evidente na trajetória da Madeira nas últimas duas décadas.

Para além dos indicadores socioeconómicos potenciadores de mais impactes, assinalados a título exemplificativo ao longo dos pontos anteriores, é possível sistematizar um conjunto de dimensões qualitativas que reflectem resultados e efeitos alcançados.

Essas dimensões qualitativas são sistematizadas no quadro seguinte e são organizadas segundo um conjunto de vectores que são recuperados no essencial na estruturação de matrizes SWOT do Bloco seguinte.

Esta abordagem procura desenhar uma situação de partida enquanto reflexo de uma trajetória da produção de resultados de políticas públicas regionais co-financiadas, mas que procura evidenciar também uma situação de amadurecimento da Região para se adequar a uma nova filosofia de mobilização dos fundos estruturais.

Vectores - chave	Principais impactes
Condições de insularidade / ultraperifericidade	<ul style="list-style-type: none"> > Atenuação dos níveis de encravamento face ao exterior > Alargamento da dimensão económica do mercado regional > Reforço dos níveis de cooperação territorial em diversos espaços de integração (Macaronésia, Espaço Atlântico, Continente Americano, ...).
Potencial económico produtivo	<ul style="list-style-type: none"> > Dinamização do tecido empresarial madeirense nos domínios de especialização económica, com alastramento pontual a actividades a montante e a jusante (via sistemas de incentivos) > Oferta de áreas infra-estruturadas de acolhimento de empresas e projectos de investimento, gerando externalidades positivas para o desenvolvimento empresarial (via programa de parques empresariais).
Competências regionais	<ul style="list-style-type: none"> > Melhoria acentuada dos níveis de qualificação de base da população madeirense (formação inicial de jovens, formação de adultos e melhoria de competências profissionais) > Criação e funcionamento de valências no ensino superior com potencial para a formação avançada de recursos humanos e a gestão de Unidades de I&D > Criação e funcionamento e um pólo de excelência nos domínios da inovação e incubação de empresas e da sociedade da informação e do conhecimento.
Território e Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> > Melhoria generalizada dos índices de qualidade ambiental via importantes investimentos na drenagem e tratamento de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos sólidos, ordenamento da orla costeira e dos recursos hídricos e requalificação do ambiente urbano e paisagístico

	<p>> Reorganização gradual do território a partir do reequilíbrio na dotação de infra-estruturas e equipamentos colectivos.</p>
<p>Dotação de infra-estruturas e equipamentos</p>	<p>> Incremento dos investimentos ambiental na actividade económica (florestação e beneficiação florestal, com impacte na conservação da natureza, racionalização e eficiência energética em projectos produtivos, ...)</p> <p>> Promoção do acesso a bens e serviços determinantes para a qualidade de vida dos madeirenses (habitação, saúde, e educação)</p> <p>> Rede de equipamentos e de diversidade de valências nos domínios da cultura e recreio e do desporto (efeito massa)</p> <p>> Incremento da mobilidade e da melhoria das condições de vida da população (emprego, rendimento e envolvente da função residencial).</p>

ANÁLISE SWOT

A análise SWOT da Região Autónoma da Madeira tem conhecido, sobretudo, ao longo dos últimos cinco anos, um número apreciável de abordagens de acordo com as motivações que lhes deram origem sendo de destacar os exercícios constantes do POPRAM III (e respectiva Avaliação ex-ante), do PRAI Madeira, da Avaliação Intercalar do POPRAM III e respectiva Actualização (validação da Matriz SWOT) e do PDES.

A construção de uma nova Matriz SWOT no âmbito do Programa Operacional procurou sistematizar os contributos dessas diversas abordagens tendo como pressupostos:

- A necessidade de actualizar o grau de intensidade dos pontos fracos (dimensões - problema) e pontos fortes (recursos) e das ameaças e oportunidades da Região; e
- A necessidade de estabelecer um adequado enquadramento da Região nas políticas comunitárias co-financiadas pelos fundos estruturais FEDER e FSE, sobretudo, mas também pelos apoios do Fundo de Coesão, do FEADER e do FEP.

Nesta perspectiva, este capítulo começa por apresentar uma Matriz SWOT da Região com carácter global, organizada segundo um conjunto de entradas que valoriza a perspectiva do estado dos recursos (evidenciando as forças e fraquezas que os caracterizam, após os sucessivos ciclos de programação do investimento público) e a perspectiva das vantagens/desvantagens (a qual decorre das oportunidades e das ameaças que se oferecem à Região, nos seus diversos contextos de integração).

Num segundo momento, procede-se à construção de um conjunto de cinco matrizes SWOT centradas nos domínios correspondentes às prioridades estratégicas delineadas no âmbito do Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2007-2013:

- Inovação, Empreendedorismo e Sociedade do Conhecimento.
- Desenvolvimento Sustentável – Dimensão ambiental.
- Potencial Humano e Coesão Social.
- Cultura e Património.
- Coesão Territorial e Desenvolvimento Equilibrado.

A análise conjugada, em termos de visão global e integrada, deste conjunto de matrizes SWOT deverá viabilizar uma identificação clara das dimensões - problema e das necessidades prioritárias da Região nesta fase do seu ciclo de desenvolvimento, com vista a estabelecer um cruzamento enriquecido com as prioridades e orientações estratégicas do PDES.

ANÁLISE SWOT REGIONAL

A estruturação da análise SWOT de conjunto procura evidenciar as lógicas associadas aos recursos/potencialidades e às vantagens/desvantagens da Região. Nessa perspectiva entende-se que as dimensões analíticas de suporte não são necessariamente idênticas nos vários quadrantes da Matriz.

Dimensões – problema	Recursos
<p>Insularidade / ultraperifericidade</p> <ul style="list-style-type: none"> > Localização insular distanciada das regiões centrais e exiguidade do mercado regional > Distância económica da Madeira face às principais regiões de valorização de mercado das suas produções e serviços > Défice de meios de transporte e de comunicação, geradores de custos acrescidos de operação > Grande dependência do Continente nas ligações à 	<p>Posição geo-económica</p> <ul style="list-style-type: none"> > Posição estratégica para as relações comerciais com os continentes americano e africano > Regimes legais e económicos favoráveis à localização empresarial e à diversificação económica (plataforma ‘off-shore’ Zona Franca, ...) > Ligações privilegiadas às comunidades de ex-emigrantes (África do Sul, Américas,...)

<p>União Europeia e ao resto do Mundo</p> <p>Território, infra-estruturas e ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> > Fortes constrangimentos estruturais de carácter físico e ambiental decorrentes de características adversas da estrutura do território > Fragmentação e pequena dimensão do território, dificultando a obtenção de níveis de eficiência de alguns equipamentos e serviços > Ecossistemas frágeis com grande sensibilidade e vulnerabilidade, em termos ambientais > Padrão de povoamento muito diferenciado no espaço regional: povoamento disperso vs. excessiva concentração no litoral sul (mais acentuadamente, no espaço central polarizado pelo Funchal) > Deficiente estruturação da rede urbana, a par da existência de áreas urbanas degradadas e de debilidades na relação com as áreas rurais > Deficiências a nível de algumas infra-estruturas portuárias e nas infra-estruturas de apoio às actividades associadas ao mar > Escassez de recursos naturais básicos para o desenvolvimento económico (solo, energia e água, no caso do Porto Santo) > Carência de infra-estruturas de saneamento básico ambiental e custos acrescidos para cumprimento de padrões de qualidade ambiental > Aumento de focos de dissonância paisagística devido a situações de intervenção desregrada e de pressões sobre o frágil meio natural > Produção de grande quantidade de resíduos sólidos urbanos <p>Demografia e mercado de trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> > Distribuição espacial desequilibrada da população > Insuficiência de infra-estruturas e equipamentos de ensino tecnológico e profissionalizante > Desemprego com níveis de crescimento acentuado no passado recente reflectindo uma aparente inadequação entre a oferta e a procura de trabalho e atingindo, sobretudo, mulheres e activos de meia idade, com qualificações inferiores ao ensino secundário > Défice de qualificações da mão-de-obra empregada, designadamente em domínios de competência indispensáveis à promoção do desenvolvimento económico e empresarial e à qualificação das empresas e outras organizações <p>Potencial económico e produtivo</p> <ul style="list-style-type: none"> > Ausência de economias de escala devido à dimensão reduzida dos mercados > Padrão de especialização produtiva muito vulnerável, com baixos índices de desenvolvimento da cadeia de valor, num contexto de grande exposição face ao exterior > Baixo nível de desenvolvimento das tecnologias 	<p>Dotação de recursos primários</p> <ul style="list-style-type: none"> > Existência de um património natural e paisagístico muito valioso, diversificado e protegido > Condições climáticas particularmente favoráveis à floricultura e às culturas subtropicais mas também a grande parte das culturas hortofrutícolas > Grande biodiversidade, com elevado número de espécies endémicas > Equilíbrio da paisagem urbano – rural dos concelhos da Costa Norte da Ilha da Madeira > Condições naturais, climáticas e de oferta de alojamento atractivas que suportam um alto potencial turístico > Produtos regionais específicos (vinho, bordados, vimes, frutos subtropicais, flores, ...) <p>Dotação de infra-estruturas e equipamentos</p> <ul style="list-style-type: none"> > Desenvolvimento e modernização das infra-estruturas portuárias e aeroportuárias, estas de elevada qualidade > Melhorias recentes das principais vias de comunicação (eixos viários principais, estruturantes do território) > Boa capacidade das infra-estruturas de telecomunicações nas ligações com o continente europeu e o resto do mundo e da rede interna de telecomunicações > Rede de parques empresariais para acolhimento de actividades económicas e de novos investimentos, que representam um esforço público de distribuição territorial de externalidades para o desenvolvimento empresarial <p>Gestão estratégica dos recursos hídricos na Ilha da Madeira</p> <ul style="list-style-type: none"> > Capacidades existentes a nível de estruturas de ensino e formação profissional (públicas, associativas e privadas), com uma melhoria gradual das qualificações intermédias e do nível de escolarização dos trabalhadores <p>Dotação de recursos de excelência</p> <ul style="list-style-type: none"> > Estrutura demográfica relativamente jovem, nos contextos nacional e comunitário, com melhoria recente do seu nível de qualificação > Inserção da Madeira em redes de grandes operadores turísticos que a seleccionam como pólo turístico internacional de referência > Capacidade do tecido institucional, nos domínios do enquadramento da actividade empresarial e da promoção do desenvolvimento local > Plano de Acção associado à Estratégia Regional para a Qualidade > Dinâmica de associativismo empresarial na
--	--

<p>da informação, sobretudo ao nível do potencial de utilização empresarial</p> <ul style="list-style-type: none"> > Estruturação incipiente do sistema de inovação e baixa implantação de I&DT > Insuficiências das infra-estruturas e serviços em áreas ligadas às tecnologias de produção, à qualidade e certificação > Inexistência de uma rede articulada de promoção da cooperação económica e empresarial regional > Grau de inovação dos novos projectos de investimento insuficiente para a necessária renovação e qualificação do tecido empresarial > Iniciativa empresarial com escassa abertura ao risco e à internacionalização e com dificuldade em aproveitar estrategicamente novas oportunidades de negócio > Actividade da pesca centrada num reduzido número de espécies e com tendência regressiva nos últimos anos > Massa crítica de actores locais com visibilidade externa limitada, reflectindo-se na capacidade de liderança e afirmação da RAM > Estrutura agrária de “microfúndio” que coexiste com o baixo nível de organização das produções primárias e o abandono do espaço rural > Fraco desenvolvimento da cadeia de valor das produções tradicionais, com domínio dos respectivos circuitos de comercialização 	<p>Região, revelando componentes de descentralização territorial recente</p> <ul style="list-style-type: none"> > Existência de agentes locais de desenvolvimento, com competências técnicas e de gestão > Existência de um conjunto significativo de instrumentos de planeamento sectorial e de ordenamento territorial à escala regional, com coerência entre os mesmos.
<p>Ameaças</p>	<p>Oportunidades</p>
<p>Demografia e mercado de trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> > Tendência para o envelhecimento gradual da população > Risco de marginalização dos desempregados de longa duração e de aprofundamento da exclusão social > (Des)adaptação dos sistemas educativo, de formação e de ciência e tecnologia, às novas exigências da Sociedade da Informação e do mercado de trabalho > Desarticulação crónica entre as instituições de ensino superior e o mundo empresarial, nomeadamente no estímulo à iniciativa empresarial e aos investimentos inovadores > Despovoamento das zonas rurais interiores das ilhas, com risco de perda de potencial demográfico e de iniciativa económica e social <p>Recursos naturais e económicos</p> <ul style="list-style-type: none"> > Pressões sobre a biodiversidade e os valores naturais > Sustentabilidade das fontes de abastecimento e da qualidade dos recursos hídricos > Riscos associados aos fenómenos de erosão > Risco de degradação das zonas naturais saturadas 	<p>Dinâmicas de valorização económica de recursos regionais</p> <ul style="list-style-type: none"> > Crescimento significativo da população que atingiu o nível de ensino superior durante o último decénio, com valores acima da média nacional > Desenvolvimento do turismo em meio rural, como nova vertente do produto turístico e novas funcionalidades das áreas rurais no quadro das novas prioridades do FEADER ((agro-turismo, protecção ambiental, gestão da floresta, culturas energéticas, ...)) > Crescente preocupação a nível mundial com o desenvolvimento sustentável e a valorização dos recursos naturais > Oportunidades comerciais propiciadas pela abertura de novas vias para os produtos tradicionais e certificados num determinado âmbito geográfico, bem como pela existência de um segmento de procura que valoriza alimentos saudáveis > Renovação das vantagens competitivas da oferta turística, diversificando o produto turístico oferecido (congressos e incentivos, turismo desportivo, golfe e desportos náuticos, turismo activo, eco-turismo, turismo de cruzeiros e de

<p>pela actividade turística</p> <ul style="list-style-type: none"> > Liberalização dos transportes e das telecomunicações que dá primazia às linhas e redes mais rentáveis <p>Especialização económica</p> <ul style="list-style-type: none"> > Afirmção de uma estratégia de sustentabilidade do turismo, a médio e longo prazo, em destinos concorrentes da Madeira > Condicionantes da imagem tradicional de qualidade do destino Madeira, com reflexos nos níveis de competitividade do produto turístico regional > Crescente dependência da estrutura económica regional nas actividades directa e indirectamente relacionadas com o sector turístico > Declínio dos sectores tradicionais, sem reconversão económica/capacidade de reestruturação de empresas nos sectores tradicionais <p>Dinâmicas Geo-económicas</p> <ul style="list-style-type: none"> > Envolvente mundial cada vez mais competitiva limitativa da estratégia de captação de investimento estrangeiro e de desenvolvimento dos serviços internacionais, com reflexos sobre a imagem externa da Região > Liberalização dos fluxos de capitais desfavorável às regiões que não dispõem de mercados financeiros > Perda de vantagens competitivas (face às mudanças que se processam no cenário internacional) que possam comprometer a estratégia de captação de investimento estrangeiro e de desenvolvimento de serviços internacionais > Atração mais competitiva de IDE pelos Países do Alargamento (com menores custos da mão de obra e com níveis de qualificação mais elevados) 	<p>grupos com interesses científicos ligados ao ambiente)</p> <ul style="list-style-type: none"> > Valorização de capacidades de transformação das produções tradicionais (inovação, design, marketing,...) > Alargamento das cadeias de valor nas actividades económicas mediante a racionalização dos circuitos de comercialização, integração de produções e serviços avançados > Reconversão de produções tradicionais, alargando as áreas de culturas subtropicais em concelhos com melhores condições edafo-climáticas > Oportunidades económicas e de iniciativa empresarial nas actividades da fileira da construção (recuperação urbano-patrimonial e à conservação/beneficiação de redes, habitação nos centros históricos, ...), com impacte no emprego e na mobilização de competências médias e superiores > Novos investimentos nas estruturas científicas e tecnológicas da Universidade e no interface com as actividades económicas > Posição privilegiada no espaço euro-atlântico facilitadora da integração em redes de valorização de recursos específicos (p.e., participação no conhecimento e exploração dos oceanos) > Incorporação pelo tecido empresarial de factores compósitos de competitividade e absorção de recursos de financiamento do investimento mais exigentes quer na tipologia de projectos, quer nas componentes de elegibilidade <p>Dinâmicas institucionais</p> <ul style="list-style-type: none"> > Aproveitamento dos recursos e potencialidades das Sociedades de Desenvolvimento na gestão de instrumentos de promoção de iniciativa nas esferas da dinamização económica, da dinamização cultural e da valorização do património, no quadro de uma estratégia de integração regional > Aproveitamento das externalidades positivas existentes para o desenvolvimento empresarial, nomeadamente a rede de parques empresariais e a capacidade técnica e institucional de que são portadores a ADERAM e o Instituto de Desenvolvimento Empresarial > Aproveitamento das capacidades instaladas e da integração em redes de conhecimento e cooperação do Madeira Tecnopolo e da Universidade da Madeira, para estruturar o embrião de um Sistema Regional de Inovação
---	--

ANÁLISES SWOT POR DOMÍNIO/PRIORIDADE ESTRATÉGICA

As matrizes seguintes são apresentadas segundo o alinhamento e as designações de cada domínio estratégico, constantes do PDES 2007-2013.

A composição das matrizes é semelhante à adoptada para a análise SWOT Regional. No entanto, a análise efectuada e a sistematização de informação empírica disponível conduziu a uma identificação de um vasto conjunto de domínios específicos de intervenção que se afiguram vitais para a Região e que revestem a condição de desafios.

Trata-se de aspectos que devem merecer actuação prioritária das políticas públicas regionais, sob pena de se constituírem em condicionantes do desenvolvimento, ou seja, evoluírem para verdadeiras ameaças. Esses desafios são, por isso, apresentados na coluna das Ameaças.

A construção de uma visão optimista para o futuro da Região, nomeadamente em áreas promissoras e de investimento recente (p.e., inovação e empreendedorismo, cultura e património) explica um menor peso na identificação de ameaças valorizando, justamente, a perspectiva dos desafios.

INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Dimensões - problema	Recursos
<ul style="list-style-type: none"> > Escasso número de projectos de I&DT desenvolvidos pelas empresas regionais > Fragilidade das cadeias de valor das produções de bens e serviços predominantes na base económica regional > Predomínio da vertente equipamentos de capacidade produtiva nos investimentos de modernização das empresas, em detrimento de investimento em factores de competitividade > Níveis limitados de renovação e de rejuvenescimento do tecido empresarial > Ausência de resultados consistentes nos projectos realizados de promoção do empreendedorismo > Inexistência de níveis de articulação entre Unidades de I&D da Universidade, Laboratórios do Estado e outras entidades indispensáveis à estruturação de base de um futuro Sistema Regional de Inovação > Dificuldade de desenvolver parcerias de projecto entre as empresas regionais e Unidades de I&D da Região e extra-regionais > Dificuldade de concepção de projectos que utilizem as ferramentas da Sociedade da Informação e do Conhecimento, por parte das organizações da Administração Pública e por parte das empresas > Dificuldade por parte das empresas de conceber projectos de desenvolvimento de produtos e serviços de base digital, com qualidade e em volume susceptível de absorver os recursos de financiamento disponíveis para esse fim > Insuficiente disseminação do acesso individual/particular (indivíduos e famílias) a plataformas digitais 	<ul style="list-style-type: none"> > Existência de um Tecnopolo na Região, com capacidade instalada e experiência acumulada de desenvolvimento de projectos e de relação com entidades de interface e privadas nos domínios da inovação, e da sociedade da informação e do conhecimento > Existência de uma Universidade Regional (a UMA), com recursos de ensino e investigação, que abrange áreas relevantes para o desenvolvimento / aprofundamento do conhecimento e da experimentação em domínios estratégicos (biologia, química, cultura e história, telecomunicações, ...) > Existência de um Núcleo Estratégico da Sociedade da Informação (NESI), integrado na S.R. Educação, com capacidade para gerar/disponibilizar conteúdos no domínio da formação avançada > Sensibilidade da Direcção Regional de Educação para dinamizar relações entre o tecido empresarial e os estabelecimentos de ensino secundário e superior, nos domínios do empreendedorismo e da sociedade da informação e do conhecimento > Existência de novos instrumentos de apoio à iniciativa empresarial e ao financiamento de projectos de investimento (p.e., fundo de capital de risco e capital semente) > Existência de importantes externalidades para o desenvolvimento empresarial e para a atracção de Investimento Directo Estrangeiro, com destaque para a Zona Franca Industrial, a rede de Parques Empresariais e o Instituto de Desenvolvimento

	Empresarial (função reguladora)
Ameaças / Desafios	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> > Desenvolvimento de serviços de âmbito nacional e internacional de base digital, com ênfase em conteúdos orientados para o segmento empresas > Utilização da banda larga por parte das famílias, alargando os níveis de acesso à generalidade dos concelhos e freguesias da Região > Disseminação da cultura científica e tecnológica nos diversos níveis do sistema de ensino e formação > Concertação de actores regionais de I&DT para estruturação em rede, com parceiros externos, em áreas estratégicas para a Região > Atração de recursos de excelência (fixação de professores e investigadores, participação em projectos, ...), como trabalho de base para a estruturação futura de um Sistema Regional de Inovação > Concepção de projectos de investimento integrados e inovadores, que explorem nichos de mercado de articulação activa com “clusters” de actividades regionais 	<ul style="list-style-type: none"> > Concretização da Estratégia Regional para a Qualidade, com envolvimento de entidades da Administração Regional e Associações Empresariais > Criação do Sistema de Qualidade para o turismo da Madeira, tendo em vista a sua certificação internacional, num contexto de melhoria das práticas de gestão, da utilização das NTIC e da fixação de competências escolares e profissionais > Aproveitamento de programas orientados para o fomento do empreendedorismo, com componentes de forte articulação entre entidades de interface (Centros Tecnológicos, Institutos de Gestão que resultam da cooperação Universidades / Associações Empresariais e Empresas, no Continente, na Europa e América) e o sistema de ensino > Desenvolvimento de formação avançada, potenciando capacidade de cooperação e organização de recursos de excelência que a Região pode mobilizar > Viabilidade de concepção e funcionamento de plataformas tecnológicas, com capacidade para organizar uma oferta de qualidade de serviços avançados no domínio dos NTIC, destinada a utilizadores da Administração Pública Regional e privados (famílias e empresas) > “Marketing” territorial para a atracção de Investimento Directo Estrangeiro, variável - chave para aceder à inovação e ancorar a disseminação de efeitos no tecido regional

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – DIMENSÃO AMBIENTAL

Dimensões - problema	Recursos
<p>Recursos primários</p> <ul style="list-style-type: none"> > Forte dependência do exterior no domínio dos combustíveis, nomeadamente para produção de energia eléctrica > Subaproveitamento da capacidade de produção de energia hidroeléctrica > Orografia do território e dispersão do povoamento condicionam as opções técnicas e encarecem a construção de redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais <p>Redes e infra-estruturas</p> <ul style="list-style-type: none"> > Persistência das insuficiências na rede de distribuição de água (em baixa) 	<p>Recursos primários</p> <ul style="list-style-type: none"> > Componente humana inserida no património natural através do exercício de uma actividade agrícola centenária, com características integradas na paisagem <p>Redes e infra-estruturas</p> <ul style="list-style-type: none"> > Existência de sistemas de tratamento de águas residuais > Central de tratamento de resíduos sólidos na Meia Serra com capacidade para gerar 7 Mwatts de potência energética > Sistema de gestão racional da água com suporte na construção de sistemas multimunicipais, que

<p>> ETAR's compactas para serviço de unidades hoteleiras de maior dimensão e urbanizações privadas sem ligação a sistemas de drenagem</p> <p>> Elevados custos do transporte marítimo para envio de materiais valorizáveis dos resíduos para reciclagem</p> <p>> Dificuldades de operação sazonais do sistema de gestão de resíduos de Porto Santo (equipamentos de recolha e transporte, recursos humanos, ...), num contexto de dupla insularidade</p> <p>Quadro institucional</p> <p>> Consciência ambiental centrada mais na preocupação com a preservação do património natural do que nas questões da poluição ambiental</p> <p>> Baixo peso das energias renováveis na produção de electricidade (contribuição de apenas 2% de energia eólica e consumo de energia solar muito baixo, devido ao seu elevado custo)</p> <p>> Falta de um sistema georeferenciado para facilitar o planeamento das redes de transporte e de distribuição de energia eléctrica</p>	<p>permitem garantir o equilíbrio do abastecimento da água na Região</p> <p>> Existência de capacidade, em grande medida já instalada, para aproveitamento integrado de recursos hídricos (nomeadamente via Aproveitamento de Fins Múltiplos dos Socorridos, que permite a utilização da água simultaneamente em várias vertentes: consumo, rega e produção de energia)</p> <p>> Infra-estruturas de captação, adução e distribuição de água, de construção recente, bem dimensionadas e dotadas de metodologias de telecomando e telecontrolo, estações elevatórias e centrais de tratamento de água</p> <p>> Adopção de processos de dessalinização para aplicação directa na Ilha do Porto Santo, onde os recursos aquíferos são muito escassos</p> <p>Quadro institucional</p> <p>> Transversalidade dos factores e políticas ambientais em relação a todas acções e actividades humanas da Região, na medida em que constituem as condições que conferem vantagens comparativas efectivas ao Turismo regional</p> <p>> Equilíbrio entre o desenvolvimento da Região e a preservação do ambiente, num período do longo crescimento económico</p> <p>> Transposição e adaptação para a Região de grande parte da legislação nacional fundamental no âmbito da protecção ambiental, bem como existência de legislação e regulamentação específica, a nível regional</p> <p>> Existência, desde o ano 2000, de um Plano Regional de Política do Ambiente, com estratégias traçadas e planos de acção, em coordenação</p> <p>> Existência de um departamento governamental (Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais), onde se centraliza a implementação da política ambiental, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável</p> <p>> Existência de uma Agência Regional de Energia e Ambiente da Madeira (AREAM), como centro de competências no estudo e investigação nas áreas do ambiente e da energia</p> <p>> Plano de Política Energética da RAM</p> <p>> Existência de legislação e instrumentos de ordenamento do território: POTRAM, PDM's, POOC's e POT, que têm presente a necessidade da defesa e protecção ambiental</p> <p>> Existência de legislação nacional sobre tratamento de águas residuais, com aplicação na Região</p> <p>> Plano Regional da Água (em curso de elaboração)</p>
<p>Ameaças</p>	<p>Oportunidades</p>
<p>Recursos primários</p> <p>> Diminuição dos recursos hídricos aquíferos a longo</p>	<p>Recursos primários</p> <p>> Fruição e valorização do Património Natural pela</p>

- prazo, por efeito da desflorestação e da erosão dos solos
- > Qualidade do ar – um dos problemas ambientais mais prementes e básicos da Região
 - > Redução das reservas de água subterrâneas (a prazo)

Redes e infra-estruturas

- > Sustentabilidade das redes de abastecimento de água em meios rurais
- > Sobre-utilização das infra-estruturas urbanas de suporte pela imobiliária turística e pelos fluxos de visitantes, com reflexos sobre a respectiva capacidade de carga
- > Inadequação dos sistemas produtivos das unidades empresariais a requisitos de eco-eficiência, no domínio da racionalização dos consumos energéticos e das práticas de gestão ambiental (tratamento de efluentes e resíduos, contaminação do ar e da água, ...)
- > Efeitos do preenchimento de requisitos de certificação ambiental sobre a capacidade competitiva das empresas

- população em geral sustentavelmente rentabilizado, em articulação com a actividade turística (novos mercados e públicos-alvo cada vez de maior qualidade), a actividade agro-florestal, o património tradicional e com o meio rural (considerado no seu todo)

- > Boas condições naturais para o recurso a energias renováveis não poluentes

Redes e infra-estruturas

- > Criação de uma "montra" de inovações no domínio das energias renováveis e hidromotoras na Região
- > Produção integrada de energia de origem eólica (com stockagem através de uma central de hidrogénio) e mini-hídrica
- > Monitorização dos efluentes em todas as estações e meios receptores de águas residuais e experimentação de métodos e técnicas inovadoras de tratamento
- > Reciclagem na Região, mediante apoio a iniciativas empresariais que demonstrem viabilidade de médio e longo prazo
- > Aproveitamento do conhecimento sobre biodiversidade em meio terrestre e meio aquático, abrangendo os factores de degradação dos ecossistemas e a fundamentação de medidas preventivas e correctivas
- > Valorização dos recursos rurais para a actividade turística, com interactividade desta na preservação dos valores naturais e da paisagem humanizada e na melhoria da qualidade de vida das populações em meio rural
- > Desenvolvimento de energias renováveis e racionalização do consumo de energia
- > Melhoramento das infra-estruturas de abastecimento de água (captações, tratamento, redes de transporte e distribuição e interligação de sistemas adutores)

Quadro institucional

- > Cooperação a nível regional entre entidades da Administração e de Investigação para desenvolver dispositivos de monitorização, de vigilância da qualidade e de gestão racional, tendo por referência os diversos descritores ambientais
- > Qualificação das políticas de ordenamento do território, do sistema de transportes e da gestão do tráfego
- > Estruturação de um "cluster" de actividades (actividades económicas, de investigação, de lazer,...)

POTENCIAL HUMANO E COESÃO SOCIAL

Dimensões - problema	Recursos
<ul style="list-style-type: none"> > Níveis de insucesso e abandono escolar elevados > Baixas qualificações escolares de base e profissionais da população activa empregada > Tendências recentes de crescimento do desemprego atingindo novos segmentos (p.e., licenciados) e aumentando o período de duração média sem qualquer ocupação profissional > Dificuldades de absorção de competências escolares de base técnica pelo tecido empresarial, fruto da baixa tecnicidade dos empregos e da insatisfatória adequação entre a procura e a oferta de qualificações > Resultados e efeitos aquém das expectativas relativamente aos fluxos de educação e de formação de jovens e adultos > Baixos índices de frequência de formação por parte dos activos empregados (jovens e adultos), aquém das “performances” dos estados-membros da União Europeia > Florescimento de situações de risco e marginalidade social, com expressão nos concelhos de maior concentração demográfica 	<ul style="list-style-type: none"> > Rede de infra-estruturas escolares e condições de suporte (equipamentos desportivos e transporte, em articulação com as Câmaras Municipais) > Utilização das NTIC pelos estabelecimentos da rede escolar, nomeadamente dos serviços disponibilizados pelo Website da S.R. Educação > Programa Escola a Tempo Inteiro > Consistência das respostas educativas, adequadas à diversidade de públicos-alvo e situações – problema > Experiência inovadora na implementação do 13º ano profissionalizante e criação de novas unidades formativas com destaque para as Escolas profissionais > Credibilização do sistema regional de formação profissional, com reforço gradual da capacitação técnica (equipamentos e recursos didácticos, formadores certificados) e alargamento dos domínios de acreditação das entidades formadoras > Actividade das Associações Empresariais no domínio da formação profissional, num contexto de maior sensibilização para a formação > Melhoria dos níveis de qualificação de base e da população através da formação inicial de jovens e da formação contínua de adultos, com melhoria pontual de competências profissionais > Manutenção de taxas de desemprego inferiores à média nacional e existência de respostas satisfatórias (medidas activas de emprego) para os jovens e adultos desempregados > Intervenções integradas dos serviços de saúde e apoio social, com cobertura satisfatória de públicos em situação de risco > Estruturas de intervenção/redes locais orientadas para o combate à exclusão social e para o reforço das condições de inclusão para todos > Qualificação dos intervenientes na implementação das políticas sociais regionais (p.e., qualificação de famílias de acolhimento, qualificação das IPSS - equipamentos e profissionalização –, formação de técnicos nas áreas da saúde e do combate à exclusão.
Ameaças / Desafios	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> > Prolongamento/agravamento dos indicadores de desemprego de pessoal qualificado, tendencialmente predador de competências e com reflexos na migração de recursos humanos formados na Região > Proliferação de situações de pobreza e exclusão social em diversos grupos > Efeitos do envelhecimento demográfico no 	<ul style="list-style-type: none"> > Permanência dos jovens no sistema de ensino mediante o reforço de modalidades educativas mais orientadas para o mercado de trabalho visando as oportunidades de empregabilidade futura > Existência de procura para os diplomados do ensino tecnológico e profissional > Existência de uma Escola de Formação de

<p>orçamento da Segurança Social regional vs. benefícios eventuais na óptica do envelhecimento activo</p> <ul style="list-style-type: none"> > Estímulo do espírito empreendedor dos jovens e da capacidade de inovação > Produção regional de competências escolares e profissionais necessárias à qualificação/ /modernização das organizações da Administração Pública e das empresas > Concepção e organização de respostas formativas para os activos empregados, por parte das entidades formadoras no âmbito da obrigatoriedade estabelecida pela Cláusula de Formação da Contratação Colectiva > Desenvolvimento integral das crianças e jovens mais vulneráveis ou em situação de risco social > Prevenção da exclusão social dos jovens > Correção dos indicadores de insucesso e de abandono escolar precoce > Conhecimento dos diversos contextos de intervenção das políticas sociais regionais de molde a melhorar as condições de eficácia e eficiência das mesmas 	<p>técnicos para as actividades da hotelaria de reconhecida qualidade</p> <ul style="list-style-type: none"> > Necessidades de educação/formação de adultos com vista ao reconhecimento, validação e certificação de competências > Harmonização do sistema de ensino superior à escala da União Europeia proporcionando condições para um relançamento da UMA na perspectiva de respostas dinamicamente ajustadas às necessidades regionais em matéria de competências > Desenvolvimento de conteúdos (novos produtos e serviços, ...) que estructurem dimensões de ‘conhecimento regional’ habilitando a Região a participar em redes avançadas de partilha e difusão de conhecimento > Desenvolvimento de projectos no domínio das NTIC orientados para a concepção de produtos e serviços destinados à melhoria da qualidade dos ciclos de educação e formação profissional > Acesso generalizado às NTIC mediante a criação/disseminação de pontos de acesso gratuito à Internet > Concepção de projectos e acções de carácter imaterial e outros que promovam o aproveitamento das infra-estruturas e equipamentos sociais co-financiados pela Medida de Coesão Social e Valorização Territorial do POPRAM III e que, sobretudo nas áreas da saúde e da educação, carecem de rentabilização para uma eficácia social adequada ao investimento realizado > Educação para estilos de vida favorecedores de mais e melhor saúde com vista a corrigir a ocorrência de doenças e o perfil epidemiológico da Região > Enquadramento favorável da economia social e animação local para o desenvolvimento, enquanto potenciadoras do preenchimento de necessidades que não são satisfeitas pelas respostas tradicionais do mercado e da criação de emprego, nomeadamente para pessoas com especiais dificuldades de integração no mercado de trabalho
---	--

CULTURA E PATRIMÓNIO

Dimensões - problema	Recursos
<ul style="list-style-type: none"> > Baixos índices de consumo e fruição de bens culturais (utilização de bibliotecas, frequência de espectáculos,...) > Dificuldade em atrair e fixar eventos de realização regular e mobilizando recursos de criação e difusão artística de largo espectro > Escassa utilização das ferramentas da Sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> > Rede de Museus regionais que albergam importantes acervos temáticos, com potencial diferenciador e de atracção de visitantes > Riqueza do património arquivístico da Região, com elevado valor histórico em diversos domínios (p.e., história insular, história económica e arquitectura tradicional)

<p>da Informação no domínio da investigação de expressões da cultura madeirense (p.e., acervo documental, e de obras de arte dos Museus e Igrejas e dos elementos/valores estratégicos), uma função de inventário e conhecimento indispensável à valorização desse património</p> <ul style="list-style-type: none"> > Degradação de áreas urbanas que enquadram importantes valores monumentais e de arquitectura de edifícios e casario residencial > Degradação do estado de conservação de importantes expressões do património rural (actividades artesanais, arquitectura tradicional, elementos arqueológicos, etc.) > Aproveitamento insatisfatório de expressões da cultura e da identidade madeirense e nas estratégias de fidelização da procura turística tanto na óptica da animação cultural, como na óptica da concepção de produtos/”recordações” para colocação no mercado externo (artesanato, multimédia, ...). 	<ul style="list-style-type: none"> > Rede de Levadas que se tornaram um dos elementos humanizadores constitutivos da paisagem madeirense > Existência de uma rede de entidades locais de carácter sócio-cultural (Casas do Povo e outras colectividades de cultura e recreio) agregadoras das comunidades locais que desempenham um papel importante na difusão da informação, do conhecimento e da conservação das tradições
<p>Ameaças / Desafios</p>	<p>Oportunidades</p>
<ul style="list-style-type: none"> > Tendências de urbanização do tecido rural no sentido dos valores e dos comportamentos modernos, desfigurando a raiz cultural da Região > Capacidade de sustentabilizar actividades económicas em meio rural geradoras de emprego e rendimento, que viabilizem níveis adequados de humanização da paisagem rural, indispensáveis também a uma estratégia de recomposição do produto turístico madeirense > Valorização pró-activa da cultura e do património – elementos de suporte da identidade da Madeira > Capacidade de organizar eventos de grande dimensão e impacte, valorizadores da cultura e património regionais – com suporte em parcerias estratégicas (nacionais e internacionais) > Constituição de parcerias estratégicas de natureza temática/por valência cultural, susceptíveis de ancorar intervenções de salvaguarda, qualificação e valorização de diferentes valores/vectores do património regional > Capacidade de estruturação de uma fileira de actividades da construção centrada na reabilitação urbano-patrimonial > Constituição de parcerias estratégicas para organizar a investigação histórica de base científica, nos domínios da cultura e do património > Orientações da política de desenvolvimento rural da União Europeia, que atribuem prioridade a intervenções que apoiam a qualidade de vida e a diversificação das actividades económicas nos meios rurais, com impactes previsíveis na manutenção de índices de ocupação humana da paisagem rural 	<ul style="list-style-type: none"> > Tendências de evolução da procura turística que vão no sentido da valorização de produtos turísticos compósitos, que integrem componentes ligadas à cultura (hábitos, tradições, formas de expressão artística,...) dos países de destino e ao património arquitectónico, histórico monumental, etc. > Criação de percursos turísticos pedestres para a valorização de um produto turístico compósito > Disponibilidade dos proprietários de importantes espólios de reconhecido valor histórico e informativo para negociarem com o Património Regional, em regime de venda, cedência ou doação > Disponibilidade dos instrumentos proporcionados pelas NTIC e da Sociedade da Informação para tratar, disponibilizar e difundir importantes recursos do património e valores culturais > Desenvolvimento de conteúdos novos, a colocar em redes internacionais, associados à investigação nos domínios/expressões da cultura e do património da Região Autónoma da Madeira

COESÃO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO

Dimensões - problema	Recursos
<ul style="list-style-type: none"> > Deficiências de acessibilidade a nível local > Desajustamentos da rede de saneamento básico, nos meios urbanos > Degradação do parque habitacional construído no início do processo de autonomia e de desenvolvimento > Insuficiência e/ou inadequação das estruturas hospitalares e carência de equipamentos em determinadas valências > Insuficiência dos níveis de prestação dos serviços de saúde pública, designadamente falta pessoal médico > Insuficiente cobertura do território no domínio do ensino pré-escolar > Dificuldade no combate à exclusão social de cidadãos com problemas específicos > Dificuldades em fixar e atrair população activa jovem, com habilitações escolares e competências técnicas capazes de valorizar e desenvolver a actividade económica no meio rural > Dificuldade de articulação das actividades do meio rural com a actividade turística e as exigências ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> > Rede interna de acessibilidades rodoviárias (sobretudo, vias estruturantes de vertebração territorial) > Sistema eficiente de gestão racional da água > Níveis de cobertura de habitação social satisfatórios > Rede regional de infra-estruturas e de serviços de saúde no âmbito das unidades primárias > Rede de estruturas e serviços de apoio social, em articulação com as IPSS e as Câmaras Municipais > Existência de recursos (instalações, equipamentos, circuitos de comercialização, apoio técnico, ...) da Direcção Regional de Agricultura nos concelhos do interior, com capacidade para apoiar os pequenos produtores na sustentabilização das suas explorações > Rede institucional e engenharia institucional para o desenvolvimento, abrangendo, nomeadamente, uma Agência de Desenvolvimento Regional e duas Associações de Desenvolvimento Local nas zonas Norte/Oeste e Sul/Leste, que exercem actividades em prol do desenvolvimento do meio rural
Ameaças / Desafios	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> > Agravamento das situações de desemprego, com reflexos nos níveis de rendimento e condições de vida das famílias > Manutenção de condições sócio-urbanísticas degradadas, com reflexos na qualidade de vida dos residentes e na imagem urbana > Atenuação das assimetrias de desenvolvimento inter-ilhas e entre os concelhos da Madeira, com maior expressão no arco Câmara de Lobos/Funchal/Sta^a Cruz > Sustentabilidade das condições de vida das populações > Sustentabilidade de mercado das produções tradicionais com origem nas economias rurais, fonte de emprego e fixação de populações 	<ul style="list-style-type: none"> > Desenvolvimento de serviços avançados de telecomunicações e de TIC, sob a forma de oportunidades de negócio com interesse para o meio rural > Construção e equipamento de um Novo Hospital reforçando níveis de cobertura e ampliando valências/especialidades clínicas > Criação de uma valência de Medicina na Universidade da Madeira, em articulação/conjugação com cursos superiores de Medicina no Continente > Aproveitamento das NTIC para aproximar utentes e serviços de saúde e atenuar lacunas existentes na rede de saúde pública > Aproveitamento das NTIC para intensificar o acompanhamento preventivo dos idosos e responder com maior eficácia em situações de emergência > Articulação da actividade das estruturas públicas de apoio social com a actividade das Organizações Não Governamentais (ONG) > Valorização de alguns produtos agrícolas e agro-industriais tradicionais com vocação exportadora e de produtos horto-frutícolas e pecuários mais orientados para o mercado interno, mediante a estruturação dos circuitos de comercialização

	<p>(prioridade FEADER)</p> <p>> Aproveitamento da rede informática rural para criar um fluxo de prestação de serviços qualificados do meio urbano para o meio rural (investigação / formação / consultadoria / outros serviços de apoio às populações e empresas locais) e estabelecer relações de trabalho a distância, nomeadamente tele-trabalho, do meio rural para o meio urbano e vice-versa</p>
--	---

ESTRATÉGIA E PRIORIDADES DE DESENVOLVIMENTO

A estratégia e prioridades de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira para o período 2007-2013 encontram-se definidas no Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES) e têm naturalmente em conta as Orientações Estratégicas da Comunidade para a Coesão e as orientações do Quadro de Referência Estratégica Nacional.

Importa assinalar, em primeiro lugar, que a Região Autónoma da Madeira assume o desígnio estratégico de, no horizonte 2013, manter ritmos elevados e sustentados de crescimento da economia e do emprego, assegurando a protecção do ambiente, a coesão social e o desenvolvimento territorial.

Este desígnio estratégico, que será concretizado com o apoio das adequadas políticas públicas de âmbito regional e sub-regional e dos necessários e justificados instrumentos comunitários da política de coesão, de desenvolvimento rural e das pescas, fundamenta-se no conhecimento da situação económica e social da Região, na avaliação das suas potencialidades e oportunidades (tendo em conta as respectivas ameaças e riscos) e, bem assim, nos ensinamentos recolhidos da aplicação dos instrumentos de programação concretizados – particularmente os explicitados na avaliação intercalar do POPRAM 2000-2006.

Não se ignora, naturalmente, que as circunstâncias e a natureza da envolvente global do processo de desenvolvimento da RAM se vêm modificando de forma muito significativa nos últimos anos e prosseguirão, nos próximos, este rápido e profundo processo dinâmico de transformação.

A globalização das economias e das sociedades tem, neste contexto, assumido uma responsabilidade fundamental nas modificações da envolvente global das economias regionais. O dimensionamento à escala mundial dos mercados, o aumento explosivo dos fluxos comerciais de natureza financeira, de mercadorias e de serviços, a crescente mobilidade das pessoas e dos bens e as características cada vez mais claras da consolidação de blocos de interesses e de manifestações diversificadas de formas de afirmação e de conquista de posições de poder e de influência são bem reveladoras das dinâmicas presentes e marcantes do contexto global.

A posição enfraquecida da Europa, influenciada por lideranças insuficientemente vigorosas, ameaçada por grupos de interesses actuantes à escala mundial e apresentando dinâmicas económicas e sociais pouco competitivas no plano global, influencia de forma também decisiva o enquadramento global do processo de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira. Salientam-se em particular os efeitos do alargamento da União Europeia na reorientação estratégica e operacional da política de coesão e, bem assim, na crescente afirmação do primado do crescimento económico sobre as dimensões sociais, ambientais e dirigidas à promoção da sustentabilidade das economias e das sociedades regionais.

A situação particular de Portugal, geográfica e economicamente periférico no contexto europeu e significativamente confrontado com a atribuição de inevitável prioridade à superação de desafios no âmbito do reequilíbrio das finanças públicas, com um perfil de especialização produtiva desenquadrado das dinâmicas globais e europeias prevaletentes e, conseqüentemente, com o agravamento dos problemas sociais (particularmente relevantes em termos de crescimento do desemprego), condiciona também negativamente o enquadramento e as potencialidades de desenvolvimento da RAM.

O Governo Regional da Madeira entende, todavia, que não só é necessário manter a trajectória de progresso económico e social concretizada nos últimos 30 anos, mas que é possível assegurar a concretização do ambicioso desígnio estratégico assumido, garantida que esteja a complementaridade dos interesses públicos e privados e a sua convergência na acção, no âmbito dos diversos sectores de actividade.

A vontade e o empenhamento na concretização deste desígnio implicam necessariamente, face às mudanças ocorridas na envolvente global, europeia e nacional, que a orientação das políticas públicas da RAM no horizonte 2013 seja claramente definida – como condição essencial de sucesso para a respectiva execução.

A referida orientação das políticas públicas regionais decorre da assunção, no âmbito do PDES 2007-2013, de grandes prioridades estratégicas e temáticas.

Embora tanto as prioridades de ordem estratégica como as de âmbito temático concorram de forma significativa para a concretização do desígnio estratégico da RAM e, conseqüentemente, para o progresso económico e social da Região, as prioridades de natureza estratégica configuram os objectivos prioritários do desenvolvimento da RAM entre 2007 e 2013, enquanto que as prioridades temáticas correspondem a actuações que, prosseguindo objectivos específicos dos respectivos sectores ou âmbitos de intervenção, desempenham o relevante papel de apoiar e facilitar a concretização dos objectivos prioritários do desenvolvimento.

Neste enquadramento, as prioridades estratégicas definidas são as seguintes:

- Inovação, Empreendedorismo e Sociedade do Conhecimento;
- Desenvolvimento Sustentável – Dimensão Ambiental;
- Potencial Humano e Coesão Social;
- Cultura e Património;
- Coesão Territorial e Desenvolvimento Equilibrado.

As prioridades temáticas adoptadas são, pelo seu lado:

- Turismo;
- Agricultura e Desenvolvimento Rural, Pesca, Indústria, Comércio e Serviços;
- Infra-estruturas Públicas e Equipamentos Colectivos;
- Governação Regional e Sub-Regional.

A concretização destas prioridades estratégicas e temáticas no horizonte 2013, não só viabilizará a consagração do desígnio estratégico definido como também a prossecução dos seguintes grandes objectivos:

- Assegurar níveis elevados e sustentados de crescimento económico e do emprego através da consagração, na Região Autónoma da Madeira, do novo paradigma das políticas de desenvolvimento baseadas na inovação, no empreendedorismo e na sociedade do conhecimento;
- Assegurar, a todo o tempo, a sustentabilidade das finanças públicas regionais, de modo a salvaguardar e aprofundar a autonomia financeira regional;
- Promover o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira, conciliando a promoção do bem-estar social e económico com a protecção e o aproveitamento racional dos valores e recursos naturais endógenos que sustentam a qualidade de vida e o progresso das populações;
- Garantir o aumento significativo dos níveis educativos e formativos da população da Região Autónoma da Madeira e, simultaneamente, aumentar a coesão social;
- Valorizar a cultura e o património, assegurando a afirmação sustentada da identidade regional;
- Aumentar a coesão territorial na Região Autónoma da Madeira, propiciando condições de equidade económica, social e territorial no acesso aos bens, serviços, equipamentos e resultados do progresso alcançado.

Assinala-se, igualmente, que o Programa Operacional Valorização do Potencial Humano e Coesão Social é estrategicamente coerente com o Quadro de Referência Estratégico Nacional, em particular no que respeita a duas prioridades estratégicas nacionais - Promover a qualificação dos portugueses e Garantir a Coesão Social – e, ainda, no quadro da prioridade relativa a Aumentar a eficiência da governação.

As interacções entre o PO e a primeira das referidas prioridades são especialmente significativas no âmbito da prossecução dos objectivos regionais correspondentes ao aumento dos níveis educativos e formativos da população e das competências da Região associadas à formação de base tecnológica e profissionalizante.

O aumento da coesão social da RAM associa-se especialmente de forma directa e explícita à prioridade do QREN com quase idêntica designação, devendo também destacar-se que a melhoria da qualidade e eficiência da governação é prosseguida tanto em termos nacionais como regionais.

As prioridades a prosseguir pelo Programa Operacional Valorização do Potencial Humano e Coesão Social são naturalmente tributárias da correspondente prioridade estratégica do PDES 2007-2013, em especial no que respeita aos objectivos e às orientações definidas para a Educação e Formação e para o Emprego e Coesão Social.

Considera-se particularmente relevante salientar, no contexto da Educação e Formação, as seguintes prioridades:

- Promover a subida significativa dos níveis educativos e formativos da população regional, assegurando a permeabilidade entre as vias ensino e as profissionalizantes;
- Dinamizar a qualificação dos jovens e a atribuição de equivalência escolar e a dupla certificação;
- Assegurar a recuperação de alunos com insucesso escolar, promovendo e apoiando a formação profissionalizante e aumentando a sua importância no modelo formativo regional;
- Dinamizar e aumentar a qualidade da educação – formação ministradas;
- Fomentar a aprendizagem ao longo da vida;
- Desenvolver a validação da aprendizagem não formal e informal e o reconhecimento e certificação de competências pessoais e profissionais;
- Aumentar a oferta social e garantir a detecção precoce de situações individuais problemáticas que possam originar menor sucesso ou mais abandono escolar;
- Promover a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários;
- Apoiar a eficiência e a eficácia da Administração Pública através da formação de funcionários e agentes;
- Estimular o desenvolvimento da formação avançada;
- Promover a educação especial e a reabilitação, apoiar os indivíduos com dificuldades de inserção profissional e melhorar o funcionamento dos equipamentos de apoio social;
- Apoiar o desenvolvimento das estruturas e serviços de apoio à educação e formação.

As principais prioridades relativas ao emprego e coesão social são, pelo seu lado, as seguintes:

- Apoiar a transição de jovens para a vida activa e melhorar as condições para a sua integração profissional e para a reinserção profissional de desempregados;
- Desenvolver medidas activas e preventivas para desempregados, contribuindo para a elevação do nível global de emprego e reforçando as condições de empregabilidade;
- Criar emprego e fomentar o espírito empresarial, dinamizando iniciativas empresariais geradoras de emprego e desenvolvendo competências propícias à criação do próprio emprego e à criação de empresas por desempregados;
- Estimular a inserção profissional de pessoas desfavorecidas face ao mercado de trabalho, designadamente no que respeita aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção;
- Criar e desenvolver instrumentos de combate à exclusão social e de apoio à erradicação da pobreza;
- Promover a economia social, apoiando a satisfação de necessidades não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado;
- Apoiar o desenvolvimento das estruturas e serviços de apoio ao emprego.

Sem prejuízo da referida focalização na Educação e Formação e no Emprego e Coesão Social, importa também salientar na orientação estratégica deste Programa Operacional as prioridades estabelecidas no quadro da melhoria da eficácia da governação regional e sub-regional, particularmente no que respeita à qualificação do respectivo potencial humano – através da formação dos quadros da administração, com especial ênfase na gestão de topo, dotando-a das competências necessárias em matéria de envolvimento e motivação de pessoas, liderança, gestão de conflitos, espírito de equipa e gestão por objectivos, sem todavia descuidar a formação contínua de todos os colaboradores da Administração Pública Regional e Local, de modo a garantir o reforço das suas competências profissionais, específicas das áreas em que exercem actividade, mas também, e de forma genérica, uma aposta em formação na área comportamental e do atendimento de público bem como na área da qualidade e modernização administrativa, assegurando uma melhoria da imagem e dignidade da função, a valorização sócio-profissional dos funcionários públicos e uma cada vez mais maior aproximação da Administração Pública aos cidadãos e às empresas.

Importa igualmente salientar que a prossecução de objectivos de acrescida eficiência, eficácia, produtividade e qualidade da governação da Região Autónoma da Madeira determina a prossecução de medidas de modernização administrativa – com particular relevo para os serviços de apoio à educação, à formação e ao emprego – e, em especial, o estabelecimento de modalidades e instrumentos inovadores de fixação de objectivos quantificados para a actividade dos serviços públicos, que constituem requisito essencial para a avaliação do desempenho tanto individual como dos serviços e organismos da administração regional.

Deveremos ter por outro lado em conta, no que respeita ainda à orientação estratégica do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social, o seu contributo fundamental para a eficaz prossecução de outras relevantes prioridades estratégicas definidas no PDES.

Esta responsabilidade é particularmente significativo no quadro da Inovação, Empreendedorismo e Sociedade do Conhecimento que, constituindo elemento central da estratégia de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira no horizonte 2013 e instrumento fundamental para concretização das orientações comunitárias, nacionais em matéria de crescimento e emprego, apenas poderá ser efectivamente prosseguida se associada à elevação das competências regionais correspondentes à formação de base tecnológica e profissionalizante, à difusão generalizada das TIC, à estruturação do sistema regional de inovação, à modernização do tecido empresarial e à captação de investimento produtivo estruturante.

O Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social contribuirá ainda, de forma marcada, para a concretização das prioridades definidas no Plano Regional de Emprego 2005-2008, que prossegue, no quadro das novas orientações comunitárias para o triénio aprovadas no Conselho Europeu de Bruxelas de Março de 2005 – que, a par do relançamento da Estratégia Europeia para o Emprego, consagrou as linhas integradas para o Crescimento e para o Emprego – três prioridades gerais:

- Atrair e reter mais pessoas no emprego e modernizar os sistemas de protecção social;
- Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade dos mercados de trabalho;
- Aumentar o investimento em capital humano melhorando a educação e as competências.

O Plano Regional de Emprego encerra acções de ordem qualitativa e quantitativa que permitem continuar a responder a dificuldades com que a Região ainda se depara, como sejam: uma menor formação de parte da população activa, algum peso do desemprego de longa duração, o desajustamento entre a oferta e a procura e, por vezes, algum desajustamento entre a formação ministrada e as reais necessidades do mercado, uma saída precoce do sistema regular de ensino dos jovens e uma estrutura empresarial ainda pouco voltada para a inovação e para o conhecimento, e com uma ainda fraca capacidade para fazer face à constante evolução da conjuntura económica.

No quadro de uma economia cada vez mais globalizada, a Região tem de continuar a desenvolver esforços para aumentar a sua competitividade, através de uma política de formação e emprego com objectivos de manter o baixo nível de desemprego, elevar do nível de educação, melhorar os sistemas de educação e formação, favorecimento da igualdade de oportunidades e qualificação da mão-de-obra necessária ao crescimento da economia.

Importa assim, garantir à população empregos estáveis, de acordo com as suas ambições e expectativas, mantendo as eventuais situações de desemprego em níveis baixos, através de acções de carácter preventivo, sobretudo no que diz respeito aos jovens e aos adultos desempregados de longa duração.

Os desafios da sociedade de informação, das novas formas de organização do trabalho e das modificações na sociedade e no mundo do trabalho, colocam os Serviços de Emprego num papel fundamental para corrigir os desajustamentos, prevenir situações e antecipar percursos adequados à evolução do mundo do trabalho.

O PRE 2005-2008 visa reforçar a política de emprego do Governo Regional de forma articulada com o Plano Nacional de Emprego (PNE) e as Orientações do Conselho Europeu, apresentando as medidas e linhas de intervenção que facilitem, em termos gerais, o ajustamento das competências individuais às exigências do mercado de trabalho, para que cada elemento da população possa encontrar e manter o seu posto de trabalho.

O quadro das páginas seguintes apresenta esquematicamente as interacções entre o Plano Regional de Emprego e o PO de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social.

A promoção da igualdade de oportunidades entre as mulheres e os homens corresponde a uma prioridade comunitária, nacional e regional que determina o seu carácter transversal e a sua qualidade de integração dos Programas Operacionais e das suas componentes.

Neste enquadramento, a prioridade atribuída à promoção da igualdade de oportunidades entre as mulheres e os homens, consagrada designadamente no Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira, e tendo presente o Plano Regional de Igualdade de Oportunidades (PRIO), será transversalmente prosseguida nos respectivos Programas Operacionais, visando em especial:

- Melhorar o quadro de vida no sentido de responder mais eficazmente às necessidades das mulheres;
- Aumentar a acessibilidade das mulheres ao mercado de emprego;
- Melhorar a situação das mulheres no emprego;
- Promover a participação das mulheres na criação de actividades económicas.

Por outro lado, serão igualmente concretizadas de forma transversal nos Programas Operacionais da RAM as medidas adequadas para evitar qualquer discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, nomeadamente no que respeita ao acesso aos financiamentos propiciados.

Acresce acentuar que, para além dos documentos estratégicos PDES, PRE e PRIO, que constituem documentos de referência para os Eixos Prioritários I e II, a actuação prevista no que respeita em particular ao Eixo Prioritário I tem em consideração os diversos estudos e inquéritos realizados periodicamente, nomeadamente o Inquérito à Inserção na Vida Activa aos Ex-formandos de Cursos Qualificantes e o Inquérito às Necessidades de Formação Profissional nas Empresas.

Medidas do Plano Regional de Emprego	Directrizes Comunitárias	Principais Domínios de Actuação e de Investimento do PO
Apoio à Contratação	Promover uma Abordagem do Trabalho baseada no Ciclo da Vida	
Majorações na criação de postos de trabalho para profissões marcadas por discriminação de género		Apoios à Contratação
Estágios Profissionais		Estágios Profissionais
Assistência e Orientação		Assistência e orientação para a inserção na vida activa
Formação/Emprego		Formação/Emprego
Medida Ocupacional para Trabalhadores com + de 45 anos		
Programa Ocupacional de Desempregados		Programas Ocupacionais
Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados		
Majorações nos programas de criação de postos de trabalho e próprio emprego para + 45 anos		Apoios à Contratação/ Iniciativas Locais de Emprego/ Apoios à Criação do Próprio Emprego
Programa de Apoio à Família		Apoios à Substituição Temporária de Trabalhadores/ Apoios à Família
Prémio de Igualdade de Oportunidades nas Medidas Activas de Emprego		Apoios à contratação/ Iniciativas locais de emprego
Módulo de formação igualdade de oportunidades		Formação/Emprego e Formação de Adultos
Acções Emprego (género feminino)		Todas as medidas activas de emprego (taxa de participação)
Qualificação de Jovens Fora do Sistema de Ensino		Cursos de Qualificação Profissional de Jovens Cursos de Especialização Tecnológica
Formação Profissional de Activos (+ de 50 anos)		Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização de Activos Formação Profissional da Administração Pública
Formação Profissional de Activos		
Formação Profissional de Activos (género feminino)		

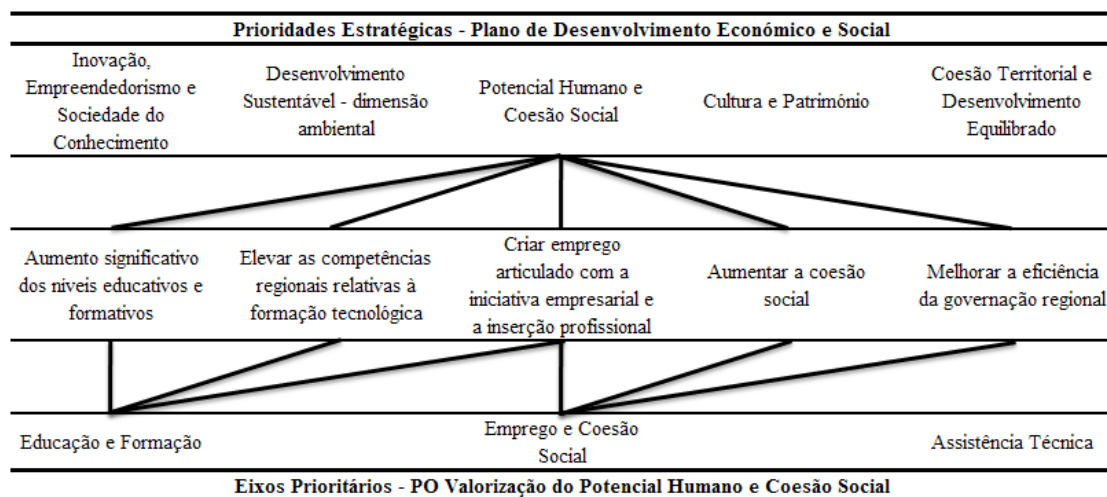
Apoio à Contratação	Assegurar a existência de Mercados de Trabalho inclusivos, Melhorar a atractividade do trabalho, e torná-lo mais remunerador para os que procuram emprego, incluindo as pessoas desfavorecidas e os inactivos	Apoios à Contratação
Estágios Profissionais		Estágios Profissionais
Formação / Emprego		Formação/ Emprego
Clubes de Emprego		Clubes de Emprego
Iniciativas Locais de Emprego		Iniciativas Locais de Emprego
Apoio à criação do próprio emprego		Apoios à Criação do Próprio Emprego
Criação do próprio emprego		Apoios à contratação/ Iniciativas Locais de Emprego/ Estágios Profissionais
Majorações das medidas activas de emprego para deficientes		Integração Sócio-profissional de Pessoas Desfavorecidas face ao mercado de trabalho
Empresas de Inserção		Programa para Beneficiários do Rendimento Social de Inserção
Vida e Trabalho		Educação especial e reabilitação
Programa para Beneficiários do Rendimento Social de Inserção		Integração Sócio-Profissional de pessoas portadoras de deficiência
Formação Profissional de pessoas portadoras de deficiência		Formação de Adultos
Integração Sócio-Profissional de pessoas portadoras de deficiência		
Cursos de Educação e Formação de Adultos		
Formação profissional de indivíduos com dificuldades de Inserção		
Formação de Adultos Desempregados		

Módulos de formação em Higiene e Segurança no Trabalho	Promover a flexibilidade em conjugação com a segurança do emprego e reduzir a segmentação do mercado de trabalho	Formação/ Emprego e Formação de Adultos
Iniciativas Locais de Emprego		Iniciativas Locais de Emprego
Apoios à contratação pela conversão de contratos a prazo em contratos sem prazo		Apoios à Contratação
Apoio à Criação do Próprio Emprego		Apoios à Criação do próprio emprego
Criação do próprio emprego		Formação de Adultos
Cursos em Gestão		
Cursos de Educação e Formação	Adaptar os sistemas de educação e formação de forma a poderem responder às novas exigências em matéria de competências	Cursos de Educação e Formação
Qualificação de Jovens dentro do Sistema de Ensino		Cursos Profissionalizantes Cursos de Educação e Formação
Formação Profissional de Activos nível I e II		Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização de Activos Formação Profissional da Administração Pública
Formação Profissional de Jovens fora do Sistema de Ensino		Cursos de Especialização Tecnológica Cursos de Qualificação profissional de jovens
Sistemas de Aprendizagem		Sistema de Aprendizagem
Cursos de Educação e Formação de Adultos		Formação de Adultos
Acções Saber +		
Centro de Reconhecimento e Validação de Competências		Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
Inovação & Ciência		Bolsas para professores / investigadores Programas e bolsas de pós-graduação, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento Cursos de Formação avançada Projectos de investigação

EIXOS PRIORITÁRIOS DO PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO E COESÃO SOCIAL

A prossecução da estratégia e das prioridades de desenvolvimento apresentadas pelo Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social será realizada, num quadro de focalização das intervenções nas prioridades estabelecidas, através de instrumentos de política pública estruturados em dois Eixos Prioritários: Educação e Formação e Emprego e Coesão Social; complementarmente, este Programa beneficiará de um conjunto de actuações enquadradas no Eixo Assistência Técnica.

Esta estrutura de Eixos Prioritários do Programa Operacional assegura a coerência com as orientações estratégicas estabelecidas no PDES 2007-2013, como a figura seguinte ilustra.



Assinala-se que esta estruturação dos Eixos Prioritários do PO apresenta as seguintes correspondências com os domínios políticos do FSE mencionados no Art.º 3.º do respectivo Regulamento:

O domínio político “Reforço da capacidade de adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários” tem correspondência no Eixo Prioritário Educação e Formação;

O domínio político “Melhoria do acesso ao emprego e inclusão sustentável no mercado laboral ” tem correspondência no Eixo Prioritário Emprego e Coesão Social;

O domínio político “Reforço da inclusão social das pessoas desfavorecidas ” tem correspondência nos Eixos Prioritários Educação e Formação e Emprego e Coesão Social;

O domínio político “Reforço do capital humano” tem correspondência no Eixo Prioritário Educação e Formação;

O domínio político “Promoção de parcerias, de pactos e de iniciativas” tem correspondência no Eixo Prioritário Emprego e Coesão Social;

O domínio político “Aumento e melhoria do investimento em capital humano” tem correspondência no Eixo Prioritário Educação e Formação;

O domínio político “Reforço da capacidade institucional e da eficiência das administrações públicas e dos serviços públicos” tem correspondência no Eixo Prioritário Educação e Formação.

EIXO PRIORITÁRIO I - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

O Eixo Prioritário integra intervenções significativas no âmbito da formação inicial, prosseguindo neste contexto a articulação e a convergência entre os sistemas de ensino e da formação profissional (particularmente pela maior permeabilidade entre as vias ensino e as profissionalizantes) e a criação de mecanismos aliados à formação contínua, que assegurem respostas adequadas aos desafios da aprendizagem ao longo da vida, através de um esforço conjunto, público e privado, para elevar os níveis de qualificação escolar e profissional.

Contando a Região com uma estrutura etária em que é elevado o peso da população jovem, e tendo em conta as debilidades existentes a nível da formação escolar, será dada uma atenção especial à qualificação de jovens, através do apoio a acções de formação de dupla certificação (escolar e profissional) abrangendo os cursos de educação e formação, o ensino profissional e tecnológico e a aprendizagem em regime de alternância – implicando a concentração de recursos formativos e a integração no mercado de trabalho, valorizando a diferenciação competitiva da alternância e imputando ao sistema educativo o esforço de enquadramento das trajetórias vincadamente escolares.

Salienta-se que a prioridade atribuída à aprendizagem ao longo da vida incorporará, através de critérios de selecção rigorosos:

- A formação de reconversão quer de activos empregados, quer de desempregados, mobilizando competências numa óptica de transferibilidade e reconversão;
- A formação de funcionários e agentes da Administração, associada a projectos de modernização dos serviços públicos;
- A formação de professores e outros agentes educativos, incentivando a qualificação dos projectos educativos e a própria organização do espaço Escola, com o objectivo de melhorar o desempenho escolar e reduzir os índices de abandono e insucesso escolar.

Neste contexto, a educação e a formação de jovens envolverá particularmente o desenvolvimento de projectos de educação e formação profissional que permitam uma dupla certificação (escolar e profissional), a promoção de projectos nos ensinos básico (3º ciclo) e secundário de criação simulada de empresas com vista a inculcar a dimensão empreendedora necessária na formação dos jovens e, bem assim, o incentivo à frequência de jovens em cursos profissionalizantes de nível dois, principalmente aqueles que, com 15 anos, apresentam insucesso escolar acumulado.

Deverá ter-se em conta, no que respeita à reforma do sistema de formação profissional conduzida pelo Governo da República, que embora não exista, por parte da Região, participação oficial no mesmo, as entidades regionais estão atentas aos seus desenvolvimentos, uma vez que a mesma irá ter implicações no desenvolvimento e financiamento da oferta formativa na Região. No entanto, em termos das prioridades e tipologias que irão ser consagradas no PO, e na linha do que já está definido no PDES, as mesmas já vão no sentido de algumas das definições da reforma, nomeadamente a importância da formação de dupla certificação, através do Ensino Profissional, da Aprendizagem e da Educação / Formação, o reforço da rede de Centros de Reconhecimento e Validação de Competências e o reforço da formação de activos, nomeadamente através da formação-acção e de projectos integrados de desenvolvimento sectorial e organizacional

A melhoria da qualidade da educação e formação envolverá ainda a formação e avaliação de docentes, o investimento na aprendizagem do português e da matemática, a integração das tecnologias de informação e comunicação em todas as áreas educativas, a garantia de proficiência em pelo menos duas línguas estrangeiras no final do 3.º ciclo, o estímulo à aprendizagem precoce das ciências e tecnologias e o desenvolvimento da educação cívica.

Tendo em conta que a massificação do acesso ao sistema de ensino não significa necessariamente sucesso escolar, verificando-se situações de abandono escolar antes da obtenção do diploma de escolaridade obrigatória, serão prosseguidas as orientações de combate ao insucesso e à saída escolar precoce. Os Cursos de Educação e Formação surgem como percursos alternativos para jovens em risco de abandono e insucesso escolar, com idade igual ou superior a 15 anos e desde que tenham duas ou mais retenções, ao

proporcionarem uma certificação profissional de nível 1,2 e 3 e, em simultâneo, conferirem uma certificação escolar equivalente ao 6º, 9º e 12º ano de escolaridade, possibilitando, também, o acesso ao ensino superior.

Ainda na perspectiva do aumento do nível de qualificações das pessoas através do reconhecimento efectivo e validação da aprendizagem não formal e informal, será reforçada a eficácia dos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências que permitem a todas as pessoas com mais de 18 anos e sem a escolaridade mínima, através de um reconhecimento e certificação das competências e conhecimentos adquiridos nos seus percursos pessoais e profissionais, obterem uma equivalência escolar, em função de uma avaliação prévia desses conhecimentos.

As intervenções a realizar dirigem-se também à formação profissional de adultos desempregados, onde serão privilegiadas acções de formação qualificante que permitam a sua reconversão e a reinserção profissional. Com a intensificação da formação de activos pretende-se abranger de forma generalizada a população empregada, nomeadamente através de acções específicas de reciclagem, aperfeiçoamento e especialização e de acções qualificantes com características modulares. Neste contexto será dada uma particular atenção no sentido da promoção e do apoio a acções que abranjam as mulheres trabalhadoras visando a sua valorização profissional, esbatendo desta forma eventuais diferenças na qualidade do seu emprego.

No quadro da educação especial e reabilitação será assegurada a inclusão de todas as crianças e jovens no sistema regular de ensino, através da criação de espaços físicos apropriados nos estabelecimentos de educação/ensino regular para os alunos que não podem permanecer na sala de aula durante o período curricular e de atendimento individualizado ao nível dos apoios técnicos, bem como mediante o desenvolvimento de acções generalizadas de detecção precoce.

As actuações apresentadas no contexto da formação inicial articulam-se, necessariamente, com as dirigidas – no contexto deste Eixo Prioritário – à promoção da adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários.

Considera-se assim também prioritário privilegiar as intervenções de qualificação acrescida dos activos da Região no sentido de alcançar níveis mais elevados de produtividade e, simultaneamente, capacidades profissionais que lhes permitam enfrentar e superar os desafios decorrentes das significativas transformações que se antecipam na estrutura produtiva regional, bem como nos processos produtivos das empresas existentes.

As referidas capacidades profissionais de maior eficiência, adaptabilidade e mobilidade serão particularmente reforçadas através da concretização de acções de reconversão e de aperfeiçoamento do desempenho profissional – num quadro de actuação pró-activa que, atento às transformações emergentes da economia da Região e às novas necessidades das empresas (em termos de procura de maior competitividade nos contextos regional, nacional e internacional e de maior satisfação dos consumidores), privilegiarão sempre que pertinente a realização de cursos de especialização profissional.

Merecem particular referência as intervenções que serão concretizadas no âmbito da formação – consultoria que, actuando junto das estruturas empresariais, fornecerão às empresas e aos empresários instrumentos de identificação e de programação das respectivas necessidades de formação e propiciarão, em simultâneo, condições para a concretização de acções de qualificação, de reconversão, de aperfeiçoamento e de especialização profissionais (incluindo a formação dos próprios empresários e dos quadros superiores) com tipologias e modelos organizativos mais adequados às efectivas necessidades do mercado.

Salienta-se que o investimento em formação – consultoria, que se deseja constitua um instrumento importante de modernização da actividade das empresas e no estímulo à sua participação na formação e na frequência de acções pelos activos empregados, tem consequências particulares na respectiva operacionalização, que exigem a rigorosa acreditação de entidades e de consultores.

A prossecução das actuações de melhoria das condições de adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários envolverá, necessariamente, o investimento continuado na formação de docentes e de formadores – cuja permanente qualificação constitui um requisito essencial para alcançar os objectivos estabelecidos.

Reveste necessariamente grande importância para o sucesso da abordagem exposta a mobilização e articulação entre os diversos actores envolvidos, bem como a articulação entre a oferta e a procura, que será realizada através de diversos elementos como sejam:

- O Conselho Regional de Acompanhamento de Educação e Formação, este órgão dá parecer sobre toda a oferta formativa pública e privada, ao nível dos cursos de Educação e Formação e do Ensino profissional, contribuindo assim para a regulação da oferta nesta área, no sentido da mesma responder às necessidades da Região e de não haver sobreposição de cursos em diferentes áreas.
- À semelhança do que tem vindo a ser a actuação da Região, no âmbito dos outros períodos de programação, está a ser elaborado um Estudo Prospectivo dos Perfis Profissionais para o Reforço da Competitividade e Produtividade da Economia Regional (2007-2013), que irá ser um factor fundamental na definição da oferta formativa e dos financiamentos para este período de programação.
- No que respeita à formação para as micro-empresas, a definição da estratégia de intervenção já começou a ser definida em 2006, com três instrumentos principais:
 - Realização de um “ Inquérito às necessidades de formação das micro-empresas “;
 - Na sua sequência foi realizado um workshop, que contou com a presença de empresas de formação profissional, associações e sindicatos do sector, no sentido de, mediante as conclusões do inquérito, delinear um estratégia de intervenção eficaz nestas empresas, de modo a que a formação produza resultados eficazes, tendo sido elaborado um “ caderno “ de recomendações;
 - Realização de um seminário sobre a formação profissional para as micro-empresas, onde foram apresentadas, quer as conclusões do inquérito, quer as conclusões do workshop.
- A selecção dos projectos irá ter em atenção as orientações que resultam dos três instrumentos atrás referidos, bem como irá ser dada uma especial atenção aos mecanismos diagnóstico das necessidades de formação e de avaliação da formação previstos nos projectos, no sentido de verificar que os mesmos se adequam às intervenções propostas.

Como já referido, não será descurado no âmbito deste Eixo Prioritário do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social o apoio à maior eficiência e eficácia da Administração Pública Regional, designadamente através da formação dos funcionários e agentes públicos (com relevo para as tecnologias de informação e de comunicação) e, bem assim, mediante a introdução de modelos organizativos mais modernos, indispensáveis para a respectiva modernização e para melhorar a eficácia e a eficiência da utilização de recursos de financiamento.

Deverá aliás salientar-se que a estratégia integrada de modernização da Administração Pública Regional, cuja elaboração foi desenvolvida sob responsabilidade do Grupo de Trabalho para a Modernização Administrativa (criado através do Despacho n.º 23/2005, publicado no JORAM II Série, n.º 154 de 11 de Agosto), que produziu um relatório final, do qual podemos destacar as seguintes recomendações:

- Simplificar os circuitos de comunicação entre organismos do Governo Regional, permitindo, em determinadas circunstâncias, a comunicação directa entre organismos do Governo Regional;
- Simplificar os mecanismos de criação / alteração das estruturas orgânicas do Governo Regional;
- Concentrar, num único departamento, as tarefas horizontais da cada secretaria Regional;
- Reforçar os mecanismos de delegação de competências;
- Flexibilização de horários de funcionamento / atendimento dos serviços, disseminando o funcionamento em horário alargado e sem interrupções;
- Criar um único canal de acesso aos serviços do Governo Regional;

- Reforçar a imagem do Governo Regional junto dos seus públicos, divulgando as suas boas práticas, prémios e certificações de qualidade obtidos.

A concretização da estratégia integrada de modernização da Administração Pública Regional é conduzida através da Direcção Regional de Administração Pública e Local que, entre outras atribuições, tem a seu cargo a promoção e coordenação das acções de formação profissional para os funcionários públicos. Será esta entidade, a principal responsável pela dinamização da tipologia de acção vocacionada para a formação profissional na Administração Pública, conseguindo-se, deste modo, uma coordenação entre todos os serviços regionais, no âmbito da definição das prioridades formativas a serem objecto de financiamento.

Face à sua importância estratégica para a Região, realça-se ainda a necessidade de reforço da capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico, a qual assenta no desenvolvimento da formação avançada, abrangendo acções de natureza científica e tecnológica, acções inovadoras, a formação pós-universitária e o apoio a estágios promovidos por instituições de ensino superior.

Complementarmente às actuações referidas no âmbito da educação especial e da reabilitação será incrementada a formação profissional de indivíduos com dificuldades de inserção e a melhoria das suas competências pessoais e sociais, no sentido de superar os factores negativos que dificultam a sua integração profissional; prevê-se, bem assim, a concessão de ajudas técnicas (nomeadamente para a criação de condições para promover o tele-trabalho adaptado à respectiva deficiência), de forma a garantir a formação e a integração profissional das pessoas portadoras de deficiência.

O presente Eixo Prioritário inclui ainda o estímulo ao desenvolvimento e à melhoria qualitativa das estruturas e serviços de apoio à educação e formação, que será especialmente concretizado através de actuações dirigidas ao aumento das capacidades de intervenção no âmbito da informação e orientação profissional, ao reforço e diversificação dos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e à produção e desenvolvimento de recursos e materiais didácticos para a formação. A necessária articulação com o Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM, designadamente no que respeita aos seus indispensáveis contributos para a promoção da competitividade regional, implicará uma atenção particular da formação profissional dirigida aos sectores terciários da economia, com destaque para o comércio, turismo e demais serviços.

A tabela seguinte apresenta de forma sistemática, para este Eixo Prioritário, as respectivas Vertentes de Intervenção e Objectivos Específicos, bem como os Principais Domínios de Intervenção e Investimento.

Eixo PO	Vertentes de Intervenção	Objectivos Específicos	Principais Domínios de Intervenção e de Investimento
Eixo I - Educação e Formação	Qualificação Inicial	> Reforçar o combate ao insucesso e à saída escolar precoce > Aumentar os níveis educativos e formativos dos jovens > Aumentar e diversificar a oferta de vias profissionalizantes para os jovens	> Educação Especial e Reabilitação > Cursos Profissionalizantes > Cursos de Especialização Tecnológica > Cursos de Qualificação Profissional de Jovens > Sistema de Aprendizagem > Cursos de Educação e Formação

	Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida	<ul style="list-style-type: none"> > Melhoria das condições de adaptabilidade dos trabalhadores > Aumento do nível de qualificação dos activos > Desenvolver a formação dirigida a empresas > Aumentar a eficiência e a eficácia da Administração Pública regional 	<ul style="list-style-type: none"> > Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento / Especialização para Activos > Acções de Formação-Consultoria > Formação de Docentes e Formadores > Formação de Adultos > Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências > Formação Profissional da Administração Pública > Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos
	Formação Avançada	<ul style="list-style-type: none"> > Apoiar o reforço da capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico regional > Promover o emprego e a cultura científica e tecnológica da região > Reforçar a formação avançada dos recursos humanos regionais 	<ul style="list-style-type: none"> > Bolsas para Professores / Investigadores > Programas e Bolsas de Pós-Graduação / Mestrado / Doutoramento e Pós-Doutoramento > Cursos de Formação Avançada > Projectos de Investigação

Os beneficiários deste Eixo Prioritário serão entidades públicas e privadas, a título individual ou colectivo, bem como pessoas individuais.

Os indicadores de realização e de resultado do Eixo Prioritário Educação e Formação são apresentados nos quadros seguintes.

Objectivos Específicos	Indicador de Resultado	Metas		Notas
		2010	2015	
> Aumentar os níveis educativos e formativos dos jovens, por via do aumento e diversificação da oferta de vias profissionalizantes para os jovens	N.º de diplomados com dupla certificação (9º ano de escolaridade e nível II e 12º ano de escolaridade e nível III)	1.050	2.800	Situação de referência não quantificável, face à nova prioridade dada a nível regional aos cursos Educação e Formação através do sistema público de ensino, não sendo comparável com o passado.
> Melhoria das condições de adaptabilidade dos trabalhadores, por via do aumento do nível de qualificação dos activos	Taxa de participação da população activa em acções de formação profissional	16%	28%	Cálculo efectuado com base na população activa do ano de 2006 e nos activos que frequentaram acções financiadas no QCA III.

				Situação de referência de cerca de 37%. Meta tem em consideração a reorientação dada ao investimento nos activos para as empresas, ao nível da formação-consultoria e, nos indivíduos, para o reconhecimento e validação de competências.
	N.º de adultos certificados em processos RVCC	1.000	2.250	Cálculo efectuado com base nos Centros Novas Oportunidades em funcionamento na RAM no ano de 2007, em que se prevê certificar 250 adultos.
<hr/>				
> Desenvolver a formação dirigida às PME		(só indicador de realização)		
<hr/>				
> Reforçar a formação avançada dos recursos humanos regionais	N.º de bolseiros apoiados que concluíram a pós-graduação, mestrado, doutoramento ou pós -doutoramento	150	650	Situação de referência de cerca de 400 bolseiros que concluíram até ao ano de 2006, bem como dos que ainda estão em processo de conclusão.

FONTE DE INFORMAÇÃO: Sistema de Informação do PO.

Tipologia de Intervenção	Indicador de Realização	Ventilação	Meta (média anual)	Notas
> Sistema de Aprendizagem > Cursos Profissionalizantes > Cursos de Educação e Formação	N.º de jovens abrangidos em acções de dupla certificação	Género Nível de escolaridade	1.600	Meta tem em consideração a prioridade a ser dada a nível regional aos cursos de Educação e Formação, nomeadamente através do sistema público de ensino, perspectivando-se assim um significativo acréscimo nesta oferta formativa em relação ao QCA III (média de 800 /ano).
> Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	N.º de activos abrangidos em acções de formação	Género	1.000	Cálculo efectuado com base no histórico do QCA III, onde se atingiu uma média de 3000 / ano. No entanto, a reorientação dada ao investimento nos activos para as empresas, ao nível da formação-consultoria e, nos indivíduos, para o reconhecimento e validação de competências, determinou o novo indicador. OBS. Não inclui funcionários públicos.
> Formação Profissional da Administração Pública	N.º de Funcionários Públicos abrangidos em acções de formação	Género	4.000	Cálculo efectuado com base no histórico do QCA III (média de 3000/ano). OBS: N.º de funcionários públicos na RAM: 27.350.
> Acções de	N.º de PME 's abrangidas	Por	50	Situação de

Formação-consultoria		dimensão de empresa		referência não quantificável (acção não existente anteriormente).
> Formação de Docentes e Formadores	N.º de professores e formadores abrangidos em acções de formação profissional	Género Público-alvo	2.000	Cálculo efectuado com base no histórico do QCA III (valor de 2000/ano). OBS: N.º de professores e formadores na RAM: 7500 e 5000 respectivamente
> Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	N.º de pessoas abrangidas em processos de reconhecimento e validação de competências	Género	550	Cálculo efectuado com base nos Centros Novas Oportunidades em funcionamento na RAM no ano de 2007, onde se perspectiva abranger cerca de 550 adultos.
> Bolsas para Professores / Investigadores > Programas e Bolsas de Pós-graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-doutoramento	N.º de pessoas que se encontram abrangidos por uma destas bolsas ou por estes programas	Género Tipologia de Bolsa	200	Cálculo efectuado com base no histórico do QCA III (média de 300/ano), sendo no entanto de considerar que o facto da atribuição de bolsas para Professores e Investigadores ser uma acção nova poderá condicionar a fiabilidade desta meta.

FONTE DE INFORMAÇÃO: Sistema de Informação do PO.

EIXO PRIORITÁRIO II - EMPREGO E COESÃO SOCIAL

As intervenções que integram o segundo Eixo Prioritário do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social privilegiam naturalmente a transição para a vida activa, com actuações que, sendo particularmente dirigidas aos jovens oriundos dos sistemas de ensino e de formação profissional, visam criar e melhorar as condições mais propícias para a respectiva integração profissional – designadamente investindo nas pessoas, nas empresas e noutras instituições (incluindo agentes de desenvolvimento e parceiros sociais) no sentido de apoiar, pelas formas mais adequadas e utilizando

sempre que necessário estímulos financeiros, a realização de estágios profissionais e o desenvolvimento de iniciativas locais de emprego.

Complementarmente às referidas intervenções será igualmente assegurada a concretização de instrumentos dirigidos à inserção ou a reinserção profissional de jovens ou de adultos desempregados, incluindo os beneficiários de sistemas de protecção social.

Serão conseqüentemente realizadas acções de formação qualificante dirigidas a adultos desempregados, que favoreçam a respectiva reconversão e reinserção profissional, e implementados apoios à contratação, à criação do próprio emprego, à criação de Clubes de Emprego, bem como os respeitantes à ocupação de desempregados e de beneficiários do rendimento social de inserção.

Os instrumentos de intervenção dirigidos aos desempregados à procura de emprego inscrevem-se num conjunto de medidas de promoção de emprego que visam que os seus participantes ganhem consciência e procurem aperfeiçoar as suas competências pessoais, sociais e profissionais nos termos que o mercado de trabalho exige àqueles que procuram emprego.

Será simultaneamente desenvolvido um outro conjunto de medidas promotoras de inserção em posto de trabalho de desempregados, norteadas para o estímulo à contratação e para apoio às iniciativas que visam o empreendedorismo através de projectos de investimento criadores do próprio emprego e/ou empresa.

Relativamente aos desempregados inscritos, perspectiva-se uma assistência na procura de emprego garantida pela aplicação das metodologias Guia e OrientaJovem. Especialmente concebida para apoiar adultos, a metodologia Guia, permitirá orientar este público para a actualização, reciclagem e aperfeiçoamento profissional, partindo das competências adquiridas por via formal ou informal ou do desenvolvimento de projectos específicos de inserção ou de participação em acções de formação, tais como o recurso a medidas de promoção de emprego activas. Relativamente aos jovens será utilizada a metodologia OrientaJovem procurando garantir uma resposta, sob a forma de medida activa de emprego, antes de perfazerem 6 meses de inscrição.

Os Clubes de Emprego destinam-se, pelo seu lado, a apoiar as diferentes fases do processo de transição para o emprego de jovens ou de reinserção no mercado de trabalho de adultos, através da realização de intervenções no domínio da orientação profissional, fornecimento de informação, apoio e acompanhamento de experiências no mercado de trabalho, contacto com as empresas e ajuda à procura de formação ou de emprego, isto é, funcionam como estruturas de apoio à orientação e à procura de emprego.

Importa também salientar a relevância que é atribuída no âmbito deste Eixo Prioritário à integração sócio-profissional das pessoas mais desfavorecidas face ao mercado de trabalho, promovendo a sua participação numa sociedade com melhor qualidade e mais coesa.

As intervenções a concretizar no âmbito da coesão e desenvolvimento social, sobretudo dirigidas ao combate à exclusão dos grupos mais vulneráveis, à erradicação da pobreza e à melhoria das condições de integração no mercado de trabalho, têm em conta a existência de três grupos sociais distintos – os mais jovens, os mais idosos e as pessoas portadoras de deficiência - que, pelas suas características, são mais susceptíveis de serem alvo de comportamentos discriminatórios geradores de exclusão social.

Assume prioridade, no que respeita às crianças e aos jovens nas situações de privação de um meio familiar normal que origina comportamentos desviantes e reduz as suas condições de completar os percursos educativos e formativos, a detecção e actuação precoce dessas situações – o que exige a disponibilização de recursos humanos especializados e de estruturas capazes de contribuir para o seu desenvolvimento saudável.

As actuações dirigidas aos idosos carenciados, designadamente no que respeita à insuficiência de suportes familiares adequados, constitui um imperativo a criação e eficaz funcionamento de estruturas de apoio às famílias que permitam manter as pessoas idosas nas suas casas o mais tempo possível.

Considera-se igualmente relevante melhorar, em sinergia com o Programa Operacional da RAM co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o funcionamento das infra-estruturas e dos equipamentos de apoio social – acolhimento e orientação de crianças e jovens em risco, apoio a jovens de

rua, centros de dia – propiciando assim condições para dotar de maior eficácia a intervenção comunitária e a valorização de soluções de proximidade para a integração social e o combate à exclusão social.

No que se refere finalmente às pessoas com deficiência importa promover o respectivo acesso ao emprego, apoiando as empresas no desempenho de funções solidárias, designadamente quando criam condições equivalentes de acesso a todos os trabalhadores e quando facilitam a integração através da adaptação do local de trabalho. Proceder-se-á, conseqüentemente, em articulação com as orientações estabelecidas no Plano Regional de Acção para a Inclusão, o apoio ao mercado social de emprego desenvolvendo, em especial, o Projecto Empresas de Inserção que, vocacionado para a promoção da economia social enquanto instrumento criador de empresas que desenvolvam actividades não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado, possibilitam a criação de empregos para pessoas em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho ou desempregados de longa duração, facultando-lhes acesso a acções de formação e/ou integração imediata em posto de trabalho.

Os investimentos a concretizar no quadro deste Eixo Prioritário do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social dirigem-se ainda a apoiar o desenvolvimento das estruturas e serviços de apoio ao emprego. Estas intervenções, justificadas pelo importante papel que estas estruturas e serviços desempenham no desenvolvimento e promoção do emprego, visam assegurar a respectiva modernização, no sentido de dotar essas entidades regionais das condições mais adequadas para o eficaz exercício das suas responsabilidades – envolvendo a intensificação e diversificação das relações com as empresas, instituições públicas regionais e locais e outras entidades (no sentido de conhecer e antecipar as necessidades de pessoal, as perspectivas de criação e extinção de postos de trabalho), o desenvolvimento e execução de projectos que envolvem a utilização das tecnologias de informação e comunicação que viabilizem relações de cooperação mais eficientes com diversos parceiros e, ainda, a melhoria da sua imagem e a divulgação das actividades que realiza.

Deverá assinalar-se que os investimentos previstos neste âmbito não se confundem nem duplicam as actividades dirigidas à modernização da administração pública enquadradas no Eixo Prioritário Educação e Formação – uma vez que se trata, no caso das situações incluídas no Eixo II, de investimentos directamente relacionados com a melhoria das condições de eficiência e de eficácia para a prossecução dos objectivos específicos do Eixo Prioritário Emprego e Coesão Social, concretizados no quadro estabelecido pelo ponto i) da alínea b) do número 1 do Artigo 3.º do Regulamento (CE) 1081/2006 relativo ao FSE: “a modernização e reforço das instituições do mercado de trabalho, designadamente dos serviços de emprego e outras iniciativas relevantes no contexto das estratégias da União Europeia e dos Estados-Membros para atingir o pleno emprego – que têm obviamente natureza e características distintas dos financiamentos dirigidos ao “reforço da capacidade institucional e da eficiência das administrações públicas”, previstas na alínea b) do número 2 do mesmo Artigo.

A tabela seguinte apresenta de forma sistemática, para este Eixo Prioritário, as respectivas Vertentes de Intervenção e Objectivos Específicos, bem como os Principais Domínios de Intervenção e Investimento.

Eixo PO	Vertentes de Intervenção	Objectivos Específicos	Principais Domínios de Intervenção e de Investimento
Eixo II - Emprego e Coesão Social	Transição para a Vida Activa	> Apoiar a integração profissional de jovens > Desenvolvimento de competências profissionais adequadas às exigências do mercado de trabalho	> Estágios Profissionais > Assistência e orientação para a inserção na vida activa

	Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local	<ul style="list-style-type: none"> > Promover o emprego e a empregabilidade > Estimular o desenvolvimento do espírito empresarial > Dinamizar o aparecimento de iniciativas geradoras de criação de postos de trabalho > Apoiar a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local 	<ul style="list-style-type: none"> > Apoios à Contratação > Apoios à Criação do Próprio Emprego > Prémios à auto-colocação > Iniciativas Locais de Emprego > Formação/Emprego > Clubes de Emprego > Apoios à Substituição Temporária de Trabalhadores e Apoios à Família > Desenvolvimento e Melhoria das Estruturas e dos Serviços Públicos de Emprego
	Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> > Promover a coesão e o desenvolvimento social > Promover a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> > Integração Socio-profissional de Pessoas Desfavorecidas > Integração Socio-profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência > Empresas de Inserção > Ocupação de Desempregados > Ocupação e Formação de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

Os beneficiários deste Eixo Prioritário serão entidades públicas e privadas, a título individual ou colectivo.

Os indicadores de realização e de resultado do Eixo Prioritário Educação e Formação são apresentados no quadro seguinte.

Objectivos Específicos	Indicadores de resultado	Metas		Notas
		2010	2015	
> Apoiar a integração profissional de jovens	% dos participantes que obtiveram emprego, 6 meses após a sua conclusão.	63%	67%	Cálculo efectuado com base no histórico do período 2000-06 (média anual de 61%).
> Desenvolvimento de competências profissionais adequadas às exigências do mercado de trabalho	% de jovens que tendo frequentado uma acção de informação e orientação profissional obtiveram emprego 12 meses após a sua participação	50%	50%	Cálculo efectuado com base no histórico do período 2004-06.

> Promover o emprego e a empregabilidade > Estimular o desenvolvimento do espírito empresarial > Dinamizar o aparecimento de iniciativas geradoras de criação de postos de trabalho > Apoiar a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local	% de postos de trabalho criados ¹	100%	100%	Cálculo efectuado com base no indicador de realização “Nº de postos de trabalho apoiados” (meta de 100%). A medida Prémios à auto-colocação é nova pelo que, na ausência de histórico, poderão surgir variações nos resultados obtidos.
	% dos participantes que obtiveram emprego, 6 meses após a sua conclusão.	70%	74%	Cálculo efectuado com base no histórico do período 2000-06 (média anual de 68%). Existência de uma nova medida - Apoios à Substituição Temporária e Apoios à Família - que poderá provocar variações nos resultados obtidos.
	% de clubes de emprego mantidos após um ano		90%	Prevista a redução, a longo prazo, de 2 unidades.
> Promover a coesão e o desenvolvimento social > Promover a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho	% dos participantes que obtiveram emprego, dos participantes 6 meses após a sua participação.	25%	28%	Cálculo efectuado com base no histórico do período 2000-06, nalgumas das acções que integram este indicador (média anual de 25%). A medida de Ocupação e Formação de beneficiários do Rendimento Social de Inserção é nova pelo que não existe histórico e poderá provocar variações nos resultados obtidos.

¹ Resulta da percentagem de postos de trabalho criados em relação ao total dos postos de trabalho aprovados. A aferição deste indicador faz-se logo após o tempo determinado em cada acção para criação dos postos de trabalho e que varia entre 2 meses a 12 meses.

Tipologias de Intervenção	Indicadores de realização	Ventilação	Meta (Média anual)	Notas
> Estágios Profissionais	Nº de estagiários apoiados	Por género e por tipo de entidade.	230	Cálculo efectuado com base no histórico do período 2000-06, cuja média anual foi de 208 participantes
> Assistência e orientação para a inserção na vida activa	Nº de jovens que frequentaram uma acção de informação e orientação profissional	Por género.	350	Cálculo efectuado com base no histórico do período 2004-06.
> Prémios à auto-colocação > Apoios à Contratação > Apoios à Criação do Próprio Emprego > Iniciativas Locais de Emprego	Nº de postos de trabalho apoiados	Por género e por público-alvo.	144	Cálculo efectuado com base no histórico do período 2000-06, cuja média anual foi de 131. Refira-se que a medida Prémios à auto-colocação é uma nova medida, pelo que poderão surgir variações nos resultados obtidos.
> Apoios à Substituição Temporária de Trabalhadores e Apoios à Família > Formação/Emprego	Nº participantes apoiados	Por género e por público-alvo.	119	Cálculo efectuado com base no histórico do período 2000-06, cuja média anual foi de 108. Refira-se a existência de uma nova medida - Apoios à Substituição Temporária e Apoios à Família – que poderá provocar variações nos resultados obtidos.

> Clubes de Emprego	Nº de clubes de emprego apoiados	Por tipo de entidade.	17	Valor de referência: n.º de Clubes de Emprego apoiados em 2006 (17).
> Integração Socioprofissional de Pessoas Desfavorecidas	Nº participantes apoiados.	Por género, por tipo de entidade e por tipo de público-alvo.	432	Cálculo efectuado com base no histórico do período 2000-06, cuja média anual foi de 355.
> Integração Socioprofissional de Pessoas Portadoras de Deficiência				A medida de Ocupação e Formação de beneficiários do Rendimento Social de Inserção é nova pelo que não existe histórico, o que poderá provocar variações nos resultados obtidos.
> Ocupação de Desempregados				
> Empresas de Inserção				
> Ocupação e Formação de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção				

FONTE DE INFORMAÇÃO: Sistema de Informação do PO.

EIXO PRIORITÁRIO III - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O Eixo Prioritário de Assistência Técnica ao Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social integra as actuações e os investimentos necessários para assegurar a implementação e o funcionamento dos respectivos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento, avaliação e controlo e o desempenho eficaz e eficiente das funções que lhe estão associadas.

Serão consequentemente apoiadas neste âmbito a criação de um sistema de informação de apoio à gestão, ao acompanhamento e ao controlo, a realização de estudos e diagnósticos e a implementação de medidas e acções de comunicação e divulgação da Intervenção Operacional, a par das relativas ao funcionamento da sua Estrutura de Apoio Técnico.

Trata-se, assim, de assegurar condições para o desenvolvimento e a implementação de um sistema integrado de recolha e tratamento da informação, com suporte em instrumentos tecnologicamente adequados, que permita o funcionamento em rede dos vários subsistemas de informação de apoio à gestão das diferentes componentes do Programa Operacional.

No que respeita a estudos e diagnósticos, e com recurso à contratação de serviços de consultoria, pretende-se desenvolver estudos em domínios que contribuam para melhorar a eficácia, o desempenho e a prossecução dos objectivos do Programa Operacional.

Será assegurado, relativamente ao funcionamento da Estrutura de Apoio Técnico, o apoio a despesas relacionadas com o pessoal contratado, com a formação e o aperfeiçoamento dos técnicos que a compõem, assim como com a eventual delegação da gestão de componentes, com a contratação externa para aquisição de bens e serviços de apoio à execução do Programa e ainda com a aquisição de bens de capital, tais como, maquinaria, equipamentos e material informático de suporte ao sistema de informação referido.

No âmbito das actividades de controlo e auditoria da responsabilidade do Programa Operacional poderão, sempre que necessário, ser contratados serviços especializados externos.

Serão naturalmente realizadas acções de comunicação, informação, publicidade e divulgação do Programa Operacional, das regras e procedimentos de acesso aos seus financiamentos e, ainda, dos apoios que vierem a ser concedidos.

A tabela seguinte apresenta de forma sistemática, para este Eixo Prioritário, as respectivas Vertentes de Intervenção e Objectivos Específicos, bem como os Principais Domínios de Intervenção e Investimento.

Eixo PO	Vertentes de Intervenção	Objectivos Específicos	Principais Domínios de Intervenção e de Investimento
Eixo III Assistência Técnica	Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	> Assegurar as condições adequadas para a gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização e comunicação do PO	> Preparação, Análise, Selecção, Avaliação e Acompanhamento de Projectos > Comunicação, Informação e Publicidade > Sistema de Indicadores de Apoio à Monitorização do PO > Sistema de Informação > Estudos de Diagnóstico e Avaliação > Aquisição de Serviços Especializados Externos

Os beneficiários deste Eixo Prioritário serão entidades públicas com intervenção na coordenação, gestão, acompanhamento e avaliação do Programa Operacional.

Os indicadores do Eixo Prioritário Assistência Técnica são apresentados no quadro seguinte.

Objectivos Específicos	Indicadores de Resultado	Metas		Notas
		2010	2015	
	> Execução da programação financeira relativa ao ano n-3 (ano n-2 a partir de 2011)	100%	100%	Disposição regulamentar
> Assegurar as condições adequadas para a gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização e comunicação do PO	> N.º de visitas ao sítio internet	4.000	4.000	N.º de acessos /ano efectuados por entidades externas ao site institucional. Base de referência: média de 3.375 visitantes (anos 2005 e 2006). Implementação do site em 2004.

FONTE DE INFORMAÇÃO: Sistema de Informação do PO.

PLANO DE FINANCIAMENTO

O plano de financiamento do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social é apresentado nos Quadros 1. e 2. .

Quadro 1. Plano de Financiamento do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social – Compromissos Anuais do Fundo Social Europeu por Ano(Euros)

ANOS	FSE
2007	32 510 489
2008	27 961 133
2009	23 216 798
2010	18 271 505
2011	13 119 114
2012	7 753 317
2013	2 167 644
Total 2007-2013	125 000 000

Quadro 2. Plano de Financiamento do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social – Financiamento Total FSE, Contrapartida Nacional e Taxa de Co-financiamento (Euros)

EIXOS PRIORI- TÁRIOS	Financiamento Comunitário	Contrapartida Nacional	Repartição Indicativa da Contrapartida Nacional		Financiamento Total	Taxa de Co- financiamento	Para Informação	
			Financiamento Público Nacional	Financiamento Privado Nacional			Contribuição BEI	Outros Financia- mentos
	(1)	(2)=(3)+(4)	(3)	(4)	(5) = (1) + (2)	(6) = (1) / (5)	(7)	(8)
Eixo Prioritário I – Educação e Formação	91 700 000	22 925 000	22 925 000	0	114 625 000	80,00%	0	2 000 000
Eixo Prioritário II – Emprego e Coesão Social	30 600 000	7 650 000	7 650 000	0	38 250 000	80,00%	0	1 000 000
Eixo Prioritário III – Assistência Técnica	2 700 000	476 471	476 471	0	3 176 471	85,00%	0	0
TOTAL	125 000 000	31 051 471	31 051 471	0	156 051 471	80,10%	0	3 000 000

Base de cálculo para contribuição comunitária: despesa pública

REPARTIÇÃO INDICATIVA DA CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR CATEGORIA DE DESPESA

Quadro 3. Repartição Indicativa da Contribuição Comunitária por Categoria de Despesa – Tema Prioritário

Código	Tema prioritário	Montante (Euros)
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (IDT), Inovação e Empreendedorismo		
1	Actividades de IDT em centros de investigação	0
2	Infra-estruturas de IDT (incluindo implantação material, instrumentação e redes informáticas de alta velocidade entre os centros) e centros de competência numa tecnologia específica	0
3	Transferência de tecnologias e aperfeiçoamento das redes de cooperação entre pequenas e médias empresas (PME), entre estas e outras empresas e universidades, estabelecimentos de ensino pós-secundário de todas os tipos, autoridades regionais, centros de investigação e pólos científicos e tecnológicos (parques científicos e tecnológicos, tecnopolos, etc.)	0
4	Apoio à IDT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços de IDT em centros de investigação)	0
5	Serviços avançados de apoio a empresas e grupos de empresas	0
6	Apoio às PME na promoção de produtos e processos de fabrico amigos do ambiente (introdução de sistemas eficazes de gestão ambiental, adopção e utilização de tecnologias de prevenção da poluição, integração de tecnologias	0
7	Investimento em empresas directamente ligadas à investigação e à inovação (tecnologias inovadoras, estabelecimento	0
8	Outros investimentos em empresas	0
9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	0
Sociedade da Informação		
10	Infra-estruturas de serviços de telefone (incluindo redes de banda larga)	0
11	Tecnologias da informação e da comunicação (acesso, segurança, interoperabilidade, prevenção de riscos, investigação, inovação, ciberconteúdo, etc.)	0
12	Tecnologias da informação e da comunicação (RTE-TIC)	0
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (cibersaúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, ...)	0
14	Serviços e aplicações para PME (comércio electrónico, educação e formação, redes, etc.)	0

15	Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME	0
----	---	---

Transportes

16	Transporte ferroviário	0
17	Transporte ferroviário (RTE-T)	0
18	Activos móveis ferroviários	0
19	Activos móveis ferroviários (RTE-T)	0
20	Auto-estradas	0
21	Auto-estradas (RTE-T)	0
22	Estradas nacionais	0
23	Estradas regionais / locais	0
24	Ciclovias	0
25	Transportes urbanos	0
26	Transportes multimodais	0
27	Transportes multimodais (RTE-T)	0
28	Sistemas de transporte inteligentes	0
29	Aeroportos	0
30	Portos	0
31	Transporte por via navegável (regionais e locais)	0
32	Transporte por via navegável (RTE-T)	0

Energia

33	Electricidade	0
34	Electricidade (RTE-E)	0
35	Gás natural	0
36	Gás natural (RTE-E)	0
37	Produtos petrolíferos	0
38	Produtos petrolíferos (RTE-E)	0
39	Energias renováveis: eólica	0
40	Energias renováveis: solar	0
41	Energias renováveis: biomassa	0
42	Energias renováveis: hidroeléctrica, geotérmica e outras	0
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	0

Protecção do ambiente e prevenção de riscos

44	Gestão de resíduos domésticos e industriais	0
45	Gestão e distribuição de água (água potável)	0
46	Tratamento de água (efluentes líquidos)	0
47	Qualidade do ar	0
48	Controlo da poluição e prevenção integrada	0
49	Mitigação e adaptação à mudança climática	0
50	Reabilitação de sítios industriais e de terras contaminadas	0
51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo Natura 2000)	0
52	Promoção de transportes urbanos limpos	0
53	Prevenção de riscos (incluindo cheias e implementação de planos e medidas de prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos)	0
54	Outras medidas de preservação do ambiente e de prevenção de riscos	0

Turismo

55	Promoção de activos naturais	0
56	Protecção e desenvolvimento do património natural	0
57	Outros apoios para melhorar os serviços turísticos	0

Cultura

58	Protecção e preservação do património cultural	0
59	Desenvolvimento de infra-estruturas culturais	0
60	Outros apoios para melhorar os serviços culturais	0

Regeneração urbana e rural

61	Projectos integrados de regeneração urbana e rural	0
----	--	---

Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários

62	Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo da vida nas empresas; formação e serviços destinados a melhorar a adaptabilidade à mudança; promoção do empreendedorismo e da inovação	8.800.000
63	Concepção e difusão de formas inovadoras e mais produtivas de organização do trabalho	2.100.000
64	Desenvolvimento de serviços específicos para o emprego, formação e apoio em conexão com a reestruturação de sectores e empresas, e desenvolvimento de sistemas de antecipação de mudanças económicas e requisitos futuros em termos de empregos e competências	2.300.000

Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade

65	Modernização e reforço das instituições do mercado de trabalho	400.000
----	--	---------

66	Implementação de medidas activas e preventivas no domínio do mercado de trabalho	20.200.000
67	Medidas de incentivo ao envelhecimento em actividade e ao prolongamento da vida activa	200.000
68	Apoio ao emprego independente e à criação de empresas	3.700.000
69	Medidas para melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação sustentável e a progressão das mulheres no emprego, reduzir no mercado laboral a segregação baseada no sexo e conciliar a vida profissional e a vida privada, facilitando designadamente o acesso aos serviços de acolhimento de crianças e de cuidados às pessoas dependentes	1.200.000
70	Ações específicas para aumentar a participação dos migrantes no emprego e assim reforçar a sua inserção social	100.000

Melhorar a inclusão social dos mais desfavorecidos

71	Vias destinadas à integração e readmissão no emprego para os desfavorecidos; luta contra a discriminação no acesso e na progressão no mercado de trabalho, e promoção da aceitação da diversidade no local de trabalho	9.700.000
----	--	-----------

Melhorar o capital humano

72	Concepção, introdução e implementação de reformas nos sistemas de ensino e formação por forma a desenvolver a empregabilidade, melhorar a pertinência para o mercado de trabalho do ensino e formação inicial e profissional e actualizar continuamente as qualificações dos formadores, tendo em vista a inovação e uma economia baseada no conhecimento	3.000.000
73	Medidas para aumentar a participação no ensino e formação ao longo da vida, em especial através de acções destinadas a reduzir o abandono escolar prematuro e a segregação curricular baseada no sexo, e a aumentar o acesso ao ensino e à formação inicial, profissional e superior, bem como a qualidade dos mesmos	66.400.000
74	Desenvolvimento do potencial humano no domínio da investigação e da inovação, nomeadamente através de estudos de pós-graduação e da formação de investigadores, bem como de actividades em rede entre universidades, centros de investigação e empresas	4.000.000

Investimento em infra-estruturas sociais

75	Infra-estruturas de educação	0
76	Infra-estruturas de saúde	0
77	Infra-estruturas de infância	0
78	Infra-estruturas de habitação	0
79	Outras infra-estruturas sociais	0

Mobilização para a reforma nos domínios do emprego e inclusão

80	Promoção de parcerias, pactos e iniciativas através de redes dos stakeholders relevantes	100.000
----	--	---------

Reforço da capacidade institucional aos níveis nacional, regional e local

81	Mecanismos para melhorar a concepção, monitorização e avaliação de boas políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas	100.000
----	---	---------

Redução dos custos adicionais que oneram o desenvolvimento das regiões ultraperiféricas

82	Compensação de quaisquer custos adicionais decorrentes de défices de acessibilidade e da fragmentação territorial	0
83	Ações específicas dirigidas à compensação de custos adicionais decorrentes de factores de dimensão do mercado	0
84	Apoio à compensação de custos adicionais decorrentes das condições climáticas e das dificuldades orográficas	0

Assistência técnica

85	Preparação, implementação, monitorização e controlo	2.200.000
86	Avaliação e estudos, informação e comunicação	500.000

TOTAL		125.000.000
--------------	--	--------------------

Quadro 4. Repartição Indicativa da Contribuição Comunitária por Categoria de Despesa – Forma de Financiamento**Códigos para a dimensão Forma de Financiamento**

Código	Forma de Financiamento	Montante (Euros)
1	Ajuda não reembolsável	7.000.000
2	Ajuda (empréstimo, subsídio de juros, garantia)	
3	Capital de risco (participação, fundo capital de risco)	
4	Outras formas de financiamento	118.000.000
TOTAL		125.000.000

Quadro 5. Repartição Indicativa da Contribuição Comunitária por Categoria de Despesa – Dimensão Territorial

Código	Tipo de Território	Montante (Euros)
1	Urbano	
2	Montanha	
3	Ilhas	
4	Áreas com população dispersa e muito dispersa	
5	Áreas Rurais (<i>para além das montanhas, ilhas e áreas com população dispersa e muito dispersa</i>)	
6	Antigas fronteiras externas da EU (<i>depois de 30.04.2004</i>)	
7	Região Ultraperiférica	125.000.000
8	Área de Cooperação transfronteiriça	
9	Área de Cooperação Transnacional	
10	Área de Cooperação Interregional	
0	Não aplicável	
TOTAL		125.000.000

Quadro 6. Repartição Indicativa da Contribuição Comunitária por Categoria de Despesa – Tema Prioritário – Estratégia de Lisboa (Earmarking)

Código	Tema prioritário	Montante (Euros)
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (IDT), Inovação e Empreendedorismo		
1	Actividades de IDT em centros de investigação	0
2	Infra-estruturas de IDT (incluindo implantação material, instrumentação e redes informáticas de alta velocidade entre os centros) e centros de competência numa tecnologia específica	0
3	Transferência de tecnologias e aperfeiçoamento das redes de cooperação entre pequenas e médias empresas (PME), entre estas e outras empresas e universidades, estabelecimentos de ensino pós-secundário de todas os tipos, autoridades regionais, centros de investigação e pólos científicos e tecnológicos (parques científicos e tecnológicos, tecnopolos, etc.)	0
4	Apoio à IDT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços de IDT em centros de investigação)	0
5	Serviços avançados de apoio a empresas e grupos de empresas	0
6	Apoio às PME na promoção de produtos e processos de fabrico amigos do ambiente (introdução de sistemas eficazes de gestão ambiental, adopção e utilização de tecnologias de prevenção da poluição, integração de tecnologias	0
7	Investimento em empresas directamente ligadas à investigação e à inovação (tecnologias inovadoras, estabelecimento	0
8	Outros investimentos em empresas	0
9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	0
Sociedade da Informação		
10	Infra-estruturas de serviços de telefone (incluindo redes de banda larga)	0
11	Tecnologias da informação e da comunicação (acesso, segurança, interoperabilidade, prevenção de riscos, investigação, inovação, ciberconteúdo, etc.)	0
12	Tecnologias da informação e da comunicação (RTE-TIC)	0
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (cibersaúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, ...)	0
14	Serviços e aplicações para PME (comércio electrónico, educação e formação, redes, etc.)	0
15	Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME	0

Transportes

16	Transporte ferroviário	0
17	Transporte ferroviário (RTE-T)	0
20	Auto-estradas	0
21	Auto-estradas (RTE-T)	0
26	Transportes multimodais	0
27	Transportes multimodais (RTE-T)	0
28	Sistemas de transporte inteligentes	0
29	Aeroportos	0
30	Portos	0
32	Transporte por via navegável (RTE-T)	0

Energia

34	Electricidade (RTE-E)	0
36	Gás natural (RTE-E)	0
38	Produtos petrolíferos (RTE-E)	0
39	Energias renováveis: eólica	0
40	Energias renováveis: solar	0
41	Energias renováveis: biomassa	0
42	Energias renováveis: hidroelétrica, geotérmica e outras	0
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	0

Proteção do ambiente e prevenção de riscos

44	Gestão de resíduos domésticos e industriais	0
45	Gestão e distribuição de água (água potável)	0
46	Tratamento de água (efluentes líquidos)	0
52	Promoção de transportes urbanos limpos	0
53	Prevenção de riscos (incluindo cheias e implementação de planos e medidas de prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos)	0

Regeneração urbana e rural

61	Projectos integrados de regeneração urbana e rural	0
----	--	---

Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários

62	Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo da vida nas empresas; formação e serviços destinados a melhorar a adaptabilidade à mudança; promoção do empreendedorismo e da inovação	8.800.000
----	---	-----------

63	Concepção e difusão de formas inovadoras e mais produtivas de organização do trabalho	2.100.000
64	Desenvolvimento de serviços específicos para o emprego, formação e apoio em conexão com a reestruturação de sectores e empresas, e desenvolvimento de sistemas de antecipação de mudanças económicas e requisitos futuros em termos de empregos e competências	2.300.000

Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade

65	Modernização e reforço das instituições do mercado de trabalho	400.000
66	Implementação de medidas activas e preventivas no domínio do mercado de trabalho	20.200.000
67	Medidas de incentivo ao envelhecimento em actividade e ao prolongamento da vida activa	200.000
68	Apoio ao emprego independente e à criação de empresas	3.700.000
69	Medidas para melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação sustentável e a progressão das mulheres no emprego, reduzir no mercado laboral a segregação baseada no sexo e conciliar a vida profissional e a vida privada, facilitando designadamente o acesso aos serviços de acolhimento de crianças e de cuidados às pessoas dependentes	1.200.000
70	Ações específicas para aumentar a participação dos migrantes no emprego e assim reforçar a sua inserção social	100.000

Melhorar a inclusão social dos mais desfavorecidos

71	Vias destinadas à integração e readmissão no emprego para os desfavorecidos; luta contra a discriminação no acesso e na progressão no mercado de trabalho, e promoção da aceitação da diversidade no local de trabalho	9.700.000
----	--	-----------

Melhorar o capital humano

72	Concepção, introdução e implementação de reformas nos sistemas de ensino e formação por forma a desenvolver a empregabilidade, melhorar a pertinência para o mercado de trabalho do ensino e formação inicial e profissional e actualizar continuamente as qualificações dos formadores, tendo em vista a inovação e uma economia baseada no conhecimento	3.000.000
73	Medidas para aumentar a participação no ensino e formação ao longo da vida, em especial através de acções destinadas a reduzir o abandono escolar prematuro e a segregação curricular baseada no sexo, e a aumentar o acesso ao ensino e à formação inicial, profissional e superior, bem como a qualidade dos mesmos	66.400.000
74	Desenvolvimento do potencial humano no domínio da investigação e da inovação, nomeadamente através de estudos de pós-graduação e da formação de investigadores, bem como de actividades em rede entre universidades, centros de investigação e empresas	4.000.000

Investimento em infra-estruturas sociais

75	Infra-estruturas de educação	0
----	------------------------------	---

TOTAL EARMARKING	122.100.000	97.7%
TOTAL *	125.000.000	100%

COMPLEMENTARIDADE COM AS ACÇÕES FINANCIADAS PELO FEADER E PELO FEP

Dirigido a complementar e a propiciar o desenvolvimento de sinergias com as actuações que serão concretizadas no quadro dos Programas Operacionais co-financiados pelo FEADER e pelo FEP, o apoio do FSE ao desenvolvimento rural e às pescas visa essencialmente assegurar a criação ou o reforço das condições envolventes que propiciem a maximização das respectivas potencialidades de desenvolvimento.

Nestas condições, as responsabilidades operacionais pelo financiamento das acções e programas de formação e qualificação profissional, de promoção do emprego e de informação e comunicação dirigidas aos profissionais, às empresas e às organizações com actividade no domínio do desenvolvimento rural e das pescas são atribuídas aos PO co-financiados pelo FEADER e pelo FEP.

Exceptua-se das responsabilidades referidas o financiamento das actividades de formação de jovens agricultores, que é da responsabilidade do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social.

Serão estabelecidos por protocolo a celebrar entre as Autoridades de Gestão do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social e dos Programas Operacionais Regionais co-financiados pelo FEADER e pelo FEP os mecanismos e procedimentos a implementar para evitar a sobreposição de operações e financiamentos entre os respectivos PO em situações actualmente imprevisíveis mas que se revele adequado disciplinar durante a respectiva execução.

COMPLEMENTARIDADE COM AS ACÇÕES FINANCIADAS PELO FEDER

De acordo com as orientações do Governo Regional da Madeira e tendo em conta as disposições regulamentares comunitárias, a concepção estratégica e operacional dos PO da RAM para o período 2007-2013 valoriza a estratégia de desenvolvimento regional consubstanciada no PDES – Plano de Desenvolvimento Económico e Social, a partir do qual foram declinadas as prioridades incluídas em cada um dos Programas Operacionais.

Esta abordagem e a metodologia dela decorrente asseguram que as intervenções a co-financiar pelo FSE e pelo FEDER, de acordo com as suas elegibilidades específicas, concorrem de forma harmoniosa para a concretização da estratégia de desenvolvimento da RAM e promovem as desejáveis sinergias e complementaridades positivas entre as acções de desenvolvimento e os investimentos que serão realizados.

Assinala-se aliás que o modelo de gestão adoptado pelo Governo Regional da Madeira contribui também, de forma significativa, para esse resultado, ao conferir responsabilidades centrais no âmbito dos dois PO ao Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, em articulação e estreita cooperação com serviços relevantes e especialmente competentes da administração regional.

Esta forma de concepção e de estruturação dos PO da RAM para 2007-2013 dispensa aliás a utilização do mecanismo de flexibilidade estabelecido pelo número 2 do Artigo 34.º do Regulamento 1083/2006 – com excepção do Eixo III - Assistência Técnica, onde se considera desejável, face às características próprias das operações que serão apoiadas neste âmbito, prever expressamente essa possibilidade.

Importa consequentemente especificar que poderão ser financiadas pelo referido Eixo Prioritário III – Assistência Técnica tipologias de despesa elegíveis no quadro do Regulamento FEDER (Regulamento (CE) n.º 1080/2006, de 5 de Julho de 2006) em montante correspondente, no máximo, a 10% da respectiva dotação financeira comunitária, por forma a viabilizar eventuais despesas de investimento associadas à instalação da estrutura de apoio técnico à gestão e acompanhamento do Programa, nomeadamente, a aquisição de mobiliário e de equipamento informático.

DISPOSIÇÕES DE EXECUÇÃO

SISTEMA DE GESTÃO

As orientações relativas ao sistema de gestão dos Programas Operacionais 2007-2013 da Região Autónoma da Madeira foram definidas pela Resolução n.º 334/2006 do Conselho do Governo, de 30 de Março.

De acordo com esta Resolução, a Secretaria Regional do Plano e Finanças é responsável, através do Secretário Regional, pelo exercício das atribuições e competências relativas à tutela da gestão global dos fundos comunitários, bem como à respectiva coordenação estratégica e operacional com os financiamentos do Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural e do Fundo Europeu para a Pesca.

O Instituto de Gestão de Fundos Comunitários (IFC) exerce as competências definidas no Regulamento (CE) n.º 1083/2006 para as Autoridades de Gestão, sob a tutela política do Secretário Regional do Plano e Finanças, assegurando em termos adequados a separação de funções entre as estruturas orgânicas do IFC na gestão, validação regional, controlo interno, pagamento, avaliação e informação e comunicação no âmbito dos fundos estruturais comunitários na Região Autónoma da Madeira no período 2007-2013, cabendo-lhe especialmente:

- A gestão técnica, administrativa e financeira, a validação regional das despesas, o controlo interno, o acompanhamento e a avaliação dos Programas Operacionais da Região Autónoma da Madeira para o período 2007-2013, nos termos dos normativos comunitários e nacionais aplicáveis;
- A coordenação estratégica e operacional das intervenções co-financiadas pelos fundos estruturais comunitários na Região Autónoma da Madeira no período 2007-2013 entre si e com as apoiadas pelo Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural e do Fundo Europeu para a Pesca.

Estas competências serão exercidas numa perspectiva de descentralização funcional, mediante a associação de entidades públicas e privadas ao respectivo exercício, formalizada através de instrumentos adequados que designadamente especifiquem os níveis máximos de financiamento, os objectivos e finalidades prosseguidas, os instrumentos de intervenção e um número reduzido de metas quantificadas que serão concretizadas, garantindo a coerência com a estratégia e as prioridades estratégicas e temáticas do Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2007-2013.

AUDITORIA E CONTROLO

De acordo com as orientações nacionais estabelecidas através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2006, de 10 de Março, as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais passam a ser responsáveis pelo controlo interno no âmbito do respectivo PO.

A Autoridade de Auditoria do Programa Operacional é exercida pela IGF, a qual - no quadro do disposto do Art.º 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 - é especialmente responsável pelo exercício das seguintes competências:

- Assegurar que são realizadas auditorias a fim de verificar o funcionamento do sistema de gestão e de controlo do programa operacional;
- Assegurar que são efectuadas auditorias e controlos sobre operações com base em amostragens adequadas que permitam verificar as despesas declaradas, nos termos definidos no âmbito do sistema de auditoria e controlo do QREN;

- Apresentar à Comissão Europeia, num prazo de nove meses após a aprovação do Programa, uma estratégia de auditoria que inclua os organismos que irão realizar as auditorias referidas nos dois pontos anteriores, o método a utilizar, o método de amostragem para as auditorias das operações e a planificação indicativa das auditorias a fim de garantir que os principais organismos são controlados e que as auditorias são repartidas uniformemente ao longo de todo o período de programação;
- Até 31 de Dezembro de cada ano durante o período de 2008 a 2015:
 - Apresentar à Comissão Europeia um Relatório Anual de Controlo que indique os resultados das auditorias levadas a cabo durante o anterior período de 12 meses que terminou em 30 de Junho do ano em causa, em conformidade com a estratégia de auditoria do Programa, e prestar informações sobre eventuais problemas encontrados nos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa. O primeiro Relatório, a ser apresentado até 31 de Dezembro de 2008, deve abranger o período de 1 de Janeiro de 2007 a 30 de Junho de 2008. As informações relativas às auditorias realizadas após 1 de Julho de 2015 devem ser incluídas no Relatório de Controlo final que acompanha a declaração de encerramento;
 - Emitir um parecer, com base nos controlos e auditorias efectuados sob a sua responsabilidade, sobre se o sistema de gestão e controlo funciona de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão Europeia são correctas e, consequentemente, dar garantias razoáveis de que as transacções subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade;
 - Apresentar, se necessário nos termos do artigo 88.º, uma declaração de encerramento parcial que avalie a legalidade e a regularidade das despesas em causa;
- Apresentar à Comissão Europeia, até 31 de Março de 2017, uma declaração de encerramento que avalie a validade do pedido de pagamento do saldo final e a legalidade e regularidade das transacções subjacentes abrangidas pela declaração final de despesas, acompanhada de um relatório de controlo final.

A Estrutura de Auditoria Segregada do IGFSE, IP executará directamente ou através de contratação com entidades externas, tomando em consideração as competências da Autoridade de Auditoria, as auditorias em operações, designadamente no que respeita a:

- Elaboração da proposta de planos anuais de auditoria a operações, incluindo a elaboração das respectivas amostras, a apresentar à Autoridade de Auditoria;
- Realização de auditorias a operações, com meios próprios ou com recurso a auditores externos;
- Realização de acções de controlo cruzado junto de outras entidades envolvidas, a fim de ter acesso às informações consideradas necessárias ao esclarecimento dos factos objecto da auditoria.

Esta estrutura segregada é independente de todas as restantes unidades do respectivo organismo e opera segundo linhas de reporte próprias.

A Comissão Técnica de Auditoria, composta pela IGF, que coordena, e pelas Estruturas de Auditoria Segregadas do IFDR, IP e do IGFSE, IP que, sem prejuízo das competências específicas da Autoridade de Auditoria, tem por objectivo:

- Propor à Autoridade de Auditoria o processo de planeamento anual das auditorias em operações, em conformidade com a estratégia de auditoria;

- Identificar os requisitos do sistema de informação para as auditorias em operações, que permita a monitorização pela Comissão Técnica de Auditoria de toda a respectiva actividade;
- Elaborar a proposta de orientações sistematizadoras para as entidades que exercem responsabilidades de auditoria, a apresentar à Autoridade de Auditoria;
- Promover a realização periódica de encontros de informação com as Autoridades de Gestão.

O exercício das responsabilidades de auditoria tem ainda em conta:

- Legislação nacional e comunitária aplicável;
- Manuais de auditoria;
- Manuais de procedimentos das Autoridades de Certificação e Autoridades de Gestão.

AUTORIDADES DE COORDENAÇÃO, DE GESTÃO E DE CERTIFICAÇÃO

Comissão Governamental de Orientação

A Comissão Governamental de Orientação é o órgão de orientação política e estratégica dos Programas Operacionais da Região Autónoma da Madeira.

A Comissão Governamental de Orientação funciona no âmbito do Conselho de Governo da Região Autónoma da Madeira.

Compete ao Secretário Regional do Plano e Finanças fazer presente ao Conselho de Governo as questões relevantes a serem tratadas em sede de Comissão Governamental de Orientação.

Compete à Comissão Governamental de Orientação dos Programas Operacionais da Região Autónoma da Madeira assegurar a sua coerência, bem como a prossecução das orientações políticas regionais fixadas, cabendo-lhe especialmente:

- Assegurar a participação económica, social e institucional no acompanhamento dos Programas Operacionais;
- Examinar regularmente a execução dos Programas Operacionais, designadamente no que respeita à prossecução dos objectivos estabelecidos e estabelecer, sempre que necessários, orientações;
- Apreciar os relatórios anuais e final de execução dos Programas Operacionais e os relatórios de avaliação estratégica e operacional;
- Aprovar os contratos de delegação da gestão e execução de componentes dos Programas Operacionais propostos pela Autoridade de Gestão, após parecer da Comissão de Acompanhamento;
- Apreciar, antes da respectiva apresentação às Comissões de Acompanhamento, propostas de revisão e de reprogramação dos Programas Operacionais apresentadas pelas respectivas Autoridades de Gestão.

Autoridade de Gestão

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional é exercida pelo Presidente do Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, directamente dependente do Secretário Regional do Plano e Finanças, com o seguinte endereço postal:

Presidente do Instituto de Gestão de Fundos Comunitários

Travessa do Cabido, 16

9000-715 FUNCHAL

Compete à Autoridade de Gestão do Programa Operacional assegurar a gestão e a qualidade da execução do Programa Operacional de acordo com o princípio da boa gestão financeira, nomeadamente:

- Assegurar que as operações são seleccionadas para financiamento em conformidade com os critérios e procedimentos do Programa Operacional e que cumprem as regras nacionais e comunitárias aplicáveis durante todo o período da sua execução;
- Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços co-financiados e assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram realmente efectuadas, no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificações de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;
- Assegurar que existe um sistema de registo contabilístico de cada operação a título do Programa Operacional, bem como uma recolha dos dados sobre a execução necessários para a gestão financeira, o acompanhamento, as verificações, as auditorias e a avaliação;
- Assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- Estabelecer procedimentos destinados a assegurar que todos os documentos relativos a despesas e auditorias necessários para garantir uma pista de auditoria adequada são conservados em conformidade com o disposto no artigo 90.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006;
- Propor a regulamentação e assegurar a organização dos processos de candidaturas de projectos ao financiamento pelo Programa Operacional;
- Aprovar as candidaturas de projectos ao financiamento pelo Programa Operacional, uma vez obtido o parecer da Unidade de Gestão;
- Assegurar o cumprimento por cada projecto ou acção das normas regionais, nacionais e comunitárias aplicáveis, nomeadamente a sua compatibilidade com as políticas comunitárias no que se refere ao respeito das regras de concorrência, à adjudicação de contratos públicos, à protecção e melhoria do ambiente e à promoção da igualdade entre homens e mulheres;
- Assegurar que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental dos projectos;
- Apreciar a conformidade dos pedidos de pagamentos que sejam apresentados pelos beneficiários finais e efectuar, ou assegurar que sejam efectuados, os referidos pagamentos;
- Elaborar e submeter à Comissão de Acompanhamento e à Comissão Governamental de Orientação os relatórios anuais e final de execução do Programa Operacional;
- Assegurar a instituição de um sistema de controlo interno adequado à verificação dos processos de candidaturas e dos pagamentos conforme os normativos aplicáveis;

- Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos fiáveis sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para a avaliação do Programa Operacional;
- Assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias em matéria de informação e de publicidade, designadamente no que respeita à elaboração do Plano de Comunicação do Programa Operacional e à sua aprovação;
- Assegurar a conformidade dos contratos com a decisão de atribuição de apoio financeiro e o respeito pelos normativos aplicáveis;
- Participar na elaboração do plano global de avaliação do QREN e dos PO e elaborar o plano de avaliação do PO;
- Assegurar que as avaliações do Programas Operacional previstas nos regulamentos comunitários aplicáveis (em particular as referidas no n.º 3 do artigo 48.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006) são realizadas em conformidade com os mesmos regulamentos e com as normas nacionais pertinentes;
- Acompanhar a elaboração de estudos de avaliação do Programa Operacional;
- Fornecer ao IGFSE, IP as informações que lhe permitam, em nome do Estado-Membro, apreciar e transmitir à Comissão Europeia, nos termos regulamentares comunitários, as propostas relativas a grandes projectos; esta função do IGFSE, IP será desempenhada por um serviço funcionalmente independente dos serviços de auditoria e de certificação;
- Criar e garantir o funcionamento de um sistema adequado e fiável de validação das despesas, e assegurar que a Autoridade de Certificação recebe todas as informações necessárias sobre os procedimentos e verificações levados a cabo em relação às despesas com vista à certificação;
- Assegurar a criação e o funcionamento de um sistema de controlo interno que previna e detecte as situações de irregularidade e permita a adopção das medidas correctivas oportunas e adequadas;
- Elaborar a descrição do sistema de gestão e controlo interno do PO;
- Apreciar os relatórios de auditoria;
- Assegurar a formação do pessoal da respectiva Estrutura de Apoio Técnico;
- Elaborar propostas de delegação da gestão e da execução de componentes do Programa Operacional, estabelecer os correspondentes contratos de delegação e assegurar o respectivo cumprimento;
- Elaborar propostas de revisão do Programa Operacional, nos termos do Art.º 33.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006;
- Presidir às reuniões da Unidade de Gestão e orientar as da Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional, garantindo que à Comissão de Acompanhamento são fornecidos os documentos necessários para assegurar um acompanhamento, sob o ponto de vista qualitativo, da execução do Programa Operacional, em função dos seus objectivos específicos;
- Representar o Programa Operacional nos órgãos nacionais de Gestão, Monitorização e Acompanhamento do QREN;
- Praticar os demais actos necessários à regular e plena execução do Programa Operacional.

A associação de entidades públicas e privadas ao exercício das competências da Autoridade de Gestão do PO supra referidas não incluirá, em caso algum, a delegação nessas entidades de competências para a decisão de aprovação de financiamentos pelo PO atribuídas a essa Autoridade.

O apoio técnico de entidades externas à Autoridade de Gestão na apreciação de mérito de candidaturas tem natureza consultiva.

A organização e o funcionamento da Autoridade de Gestão do PO asseguram a prevenção de eventuais conflitos de interesse, tendo especialmente em conta as disposições constantes dos artigos 24.º e 44.º do Código de Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro).

Os beneficiários das operações financiadas pelo PO não participam no processo de análise e selecção das respectivas candidaturas, nem no processo de decisão de financiamento, salvaguardada a especificidade da Assistência Técnica.

No exercício das suas competências, a Autoridade de Gestão será assistida por uma Unidade de Gestão que, exercendo funções consultivas, emite pareceres não vinculativos. A Unidade de Gestão é composta pela própria Autoridade de Gestão, que presidirá, e por representantes dos serviços que na RAM são responsáveis pela área da educação e formação profissional, do emprego e coesão social, do planeamento, das finanças, do orçamento.

Poderão participar nas reuniões da Unidade de Gestão, nos termos do respectivo Regulamento Interno, outras entidades regionais e nacionais – nomeadamente um representante do serviço que na RAM seja responsável pela Agricultura e Desenvolvimento Rural.

As competências da Unidade de Gestão serão definidas no respectivo Regulamento Interno a elaborar pela mesma e a aprovar pelo Secretário Regional do Plano e Finanças, cabendo-lhe nomeadamente emitir parecer sobre os projectos seleccionados em conformidade com os objectivos, critérios de selecção e procedimentos estabelecidos, zelar pelo cumprimento dos normativos regionais, nacionais e comunitários aplicáveis em matéria de mercados públicos, concorrência, ambiente e igualdade de oportunidades, propor a suspensão ou anulação de contribuições atribuídas, em caso de incumprimento e dar parecer sobre os projectos de relatório de execução do Programa elaboradas pela Autoridade de Gestão.

A Autoridade de Gestão será apoiada por uma Estrutura de Apoio Técnico no exercício das suas competências.

O Chefe da Estrutura de Apoio Técnico participa nas reuniões da Unidade de Gestão do Programa Operacional, sem direito a voto.

Autoridade de Certificação

A Autoridade de Certificação do Programa Operacional, na acepção do artigo 61.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, é exercida pelo Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu.

Compete à Autoridade de Certificação do Programa Operacional certificar as declarações de despesas e os pedidos de pagamento antes de os mesmos serem enviados à Comissão Europeia, designadamente:

- Promover a prossecução das prioridades operacionais e financeiras do QREN;
- Elaborar e apresentar à Comissão Europeia declarações de despesas certificadas e pedidos de pagamento, com base em informações disponibilizadas pela Autoridade de Gestão;
- Certificar que:

- A declaração de despesas é exacta, resulta de sistemas de contabilidade fiáveis e se baseia em documentos justificativos verificáveis;
- As despesas declaradas estão em conformidade com as regras comunitárias e nacionais aplicáveis e foram incorridas em relação a operações seleccionadas para financiamento em conformidade com os critérios aplicáveis ao programa e com as regras nacionais e comunitárias;
- Assegurar, para efeitos de certificação, que recebeu informações adequadas da Autoridade de Gestão do Programa Operacional sobre os procedimentos e verificações levados a cabo em relação às despesas constantes das declarações de despesas;
- Ter em conta, para efeitos de certificação, os resultados de todas as auditorias efectuadas pela Autoridade de Auditoria ou pela estrutura de auditoria segregada do IGFSE, IP;
- Assegurar os fluxos financeiros com a Comissão Europeia;
- Desenvolver os procedimentos necessários para garantir a compatibilização entre os sistemas de informação das Autoridades de Gestão e os sistemas de informação da Autoridade de Certificação;
- Manter registos contabilísticos informatizados das despesas declaradas à Comissão Europeia;
- Manter o registo dos montantes a recuperar e dos montantes retirados na sequência da anulação, na totalidade ou em parte, da participação numa operação. Os montantes recuperados devem ser restituídos ao Orçamento Geral da União Europeia antes do encerramento do Programa Operacional, mediante dedução à declaração de despesas seguinte;
- Emitir normas e orientações técnicas que apoiem o adequado exercício das funções da Autoridade de Gestão e que favoreçam o bom exercício das funções atribuídas à Autoridade de Certificação.

O IGFSE, IP assegura o estabelecimento e o funcionamento eficaz de sistemas de informação no âmbito das suas atribuições específicas e o tratamento de dados físicos e financeiros sobre a execução do QREN, cuja coerência e articulação funcional é assegurada pela Comissão Técnica de Coordenação do QREN.

As funções da Autoridade de Certificação não são delegáveis.

Organismos Intermédios

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional poderá delegar a gestão e a execução de componentes do Programa Operacional em organismos intermédios, nos termos dos Artigos 42.º e 43.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006.

A delegação referida no parágrafo anterior será concretizada através de uma forma contratual, proposta pela Autoridade de Gestão e aprovada, mediante parecer da Comissão de Acompanhamento, pela Comissão Governamental de Orientação, que designadamente especificará:

- Os tipos de operação a abranger;
- Os critérios de selecção dos beneficiários;
- As taxas de co-financiamento a praticar e as regras que regem a intervenção;
- No caso de atribuição de Subvenção Global deverão ainda ser fixadas as regras relativas à utilização de juros eventualmente produzidos;
- As disposições para garantir o acompanhamento e a avaliação e, caso sejam aplicáveis, o controlo financeiro da subvenção global, incluindo as disposições para recuperar os montantes indevidamente pagos e a apresentação de contas;
- Sempre que pertinente, a utilização de uma garantia financeira ou de um instrumento equivalente, salvo se o Governo Regional ou a Autoridade de Gestão prestar essa garantia.

A delegação de competências da Autoridade de Gestão, independentemente de ser feita ou não com subvenção global, não envolverá a delegação de competências em matéria de aprovação de candidaturas de projectos ao financiamento pelo Programa Operacional nem o parecer da Unidade de Gestão.

O estabelecimento de subvenções globais não prejudica a responsabilidade financeira da Autoridade de Gestão e do Estado-Membro.

ACOMPANHAMENTO

O Acompanhamento do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social é exercido pela Comissão de Acompanhamento – que, tendo em conta o disposto no n.º 1 do Artigo 63.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006, exerce igualmente o acompanhamento do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira.

A Comissão de Acompanhamento será criada no prazo de três meses a contar da data de notificação da decisão que aprova o PO.

A Comissão de Acompanhamento é presidida pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional, integrando na sua composição, para além dos membros da Unidade de Gestão:

- Representantes da Administração Regional e Local, incluindo os das áreas do Desenvolvimento Rural, das Pescas, do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Igualdade de Oportunidades;
- Representantes dos parceiros económicos e sociais regionais;
- Um representante de organizações não governamentais na área do ambiente;
- Um representante da Autoridade de Certificação do FSE;
- Um representante da Autoridade de Certificação do FEDER.

A Comissão de Acompanhamento integra representantes da Comissão Europeia a título consultivo, podendo ainda integrar, ao mesmo título, representantes do Banco Europeu de Investimento e do Fundo Europeu de Investimento.

O Observatório do QREN, a Autoridade de Auditoria, o Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, o Departamento de Prospectiva e Planeamento, as Autoridades de Gestão dos PO Temáticos e dos restantes PO Regionais podem participar nas reuniões da Comissão de Acompanhamento, na qualidade de observadores.

Os membros observadores devem ser informados das respectivas agendas em simultâneo com os restantes membros.

Compete à Comissão de Acompanhamento, em conformidade com o artigo 65.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, designadamente:

- Elaborar o seu regulamento interno e proceder à sua aprovação, após obtido formalmente parecer positivo da Autoridade de Gestão do Programa Operacional sobre a respectiva proposta;
- Examinar e aprovar os critérios de selecção das operações financiadas, no prazo de seis meses a contar da aprovação do Programa Operacional, e aprovar qualquer revisão desses critérios em função das necessidades de programação;
- Examinar periodicamente os progressos realizados para atingir os objectivos específicos do Programa Operacional com base nos documentos apresentados pela Autoridade de Gestão;

- Analisar os resultados da execução, designadamente no que respeita à realização dos objectivos fixados para cada um dos Eixos Prioritários;
- Analisar e aprovar os relatórios anuais de execução e o relatório final de execução do Programa Operacional;
- Analisar os resultados das avaliações estratégicas e operacionais relevantes para o PO e apresentar à Autoridade de Gestão propostas de realização de avaliações, designadamente quando os desvios entre os progressos verificados e os objectivos fixados em cada eixo prioritário forem considerados quantitativa ou qualitativamente significativos.
- Receber informação sobre as conclusões do relatório de auditoria e controlo anual, ou da parte do relatório que se refere ao Programa Operacional, bem como sobre eventuais observações pertinentes expressas pela Comissão Europeia após análise do mesmo;
- Apreciar, com base em informações da Autoridade de Gestão, a execução do Plano de Comunicação do Programa Operacional, as medidas de informação e comunicação concretizadas e os meios de comunicação utilizados;
- Propor à Autoridade de Gestão qualquer revisão ou análise do Programa Operacional susceptível de contribuir para a realização dos objectivos dos Fundos Estruturais definidos no Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006 ou de melhorar a gestão da intervenção, nomeadamente a sua gestão financeira;
- Examinar e aprovar eventuais propostas de alteração do conteúdo da Decisão da Comissão relativa à participação dos Fundos Estruturais no Programa Operacional;
- Assegurar uma visão de conjunto de todas as intervenções apoiadas pelos Fundos Comunitários (FSE, FEDER, Fundo de Coesão, FEADER e FEP) na Região, a fim de permitir uma abordagem coerente;
- Apreciar os demais assuntos que lhe sejam submetidos para parecer.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A fim de promover uma gestão informada e eficiente da aplicação dos Fundos será dada particular importância à função de monitorização do PO, para a qual contribuirão de forma articulada os sistemas de indicadores de acompanhamento e desempenho e as avaliações de carácter estratégico ou operacional.

A utilização dos indicadores de acompanhamento e de desempenho – financeiros, de implementação, de realização física ou de produção de resultados – deverão proporcionar ao sistema de gestão e acompanhamento do Programa uma informação regular sobre o estado da respectiva execução.

A realização de avaliações ao longo do período de programação permitirá obter informação, numa base de relativa continuidade, sobre a concretização dos objectivos do Programa Operacional na sua relação com o contexto socio-económico externo e do seu contributo para as prioridades estratégicas do QREN, constituindo assim um mecanismo essencial de apoio ao processo de decisão e à orientação política do PO e, em particular, para identificar eventuais necessidades de alteração a meio de percurso.

Sistema de Indicadores do Programa Operacional

O sistema de indicadores do Programa Operacional compreende um conjunto alargado de indicadores destinado a fornecer, com carácter sistemático, informação sobre a evolução das operações, estando localizado, por regra, como módulo autónomo do Sistema de Informação do PO.

À Autoridade de Gestão do PO compete manter actualizadas as bases de dados necessárias à alimentação dos indicadores e bem assim observar e fazer observar as regras adequadas de recolha e processamento de dados com vista a garantir a sua disponibilidade, actualidade, fiabilidade e credibilidade.

Os indicadores de realização e de resultado definidos ao nível de cada eixo prioritário correspondem ao núcleo central do Sistema de Indicadores, sendo particularmente relevantes para aferir – como é determinado pelo artigo 37.º do Regulamento 1083/2006 – o desempenho do PO na concretização dos objectivos específicos dos eixos prioritários e os progressos alcançados em relação à situação de referência diagnosticada.

Outros indicadores – referentes à execução orçamental ou à qualidade dos mecanismos de implementação, às realizações apoiadas pelo PO ou aos resultados que delas decorrem – poderão ser incluídos no Sistema de Informação, ainda que não directamente associados à aferição do desempenho do PO e não tendo metas previamente estabelecidas. À Autoridade de Gestão do PO compete articular as necessidades de informação desta natureza, designadamente a que decorre das funções de monitorização estratégica e operacional do QREN.

A Autoridade de Gestão do PO garantirá que a informação relativa à caracterização dos participantes em operações co-financiadas pelo Fundo Social Europeu estará disponível em sistema informático, de acordo com o artigo 40.º e o Anexo XXIII do Regulamento 1828/2006.

Avaliação On Going

O Regulamento Geral dos Fundos Estruturais e de Coesão define como objectivo geral da avaliação no âmbito da Política de Coesão o de “melhorar a qualidade, eficácia e a coerência da intervenção dos Fundos e a estratégia e execução dos programas operacionais no que respeita aos problemas estruturais específicos que afectam os Estados-Membros e as regiões em causa, tendo em conta o objectivo do desenvolvimento sustentável e a legislação comunitária pertinente em matéria de impacto ambiental e de avaliação ambiental estratégica”.

O próximo período de programação experimentará uma inovação muito significativa em matéria de concepção geral da avaliação, marcada sobretudo por uma perspectiva mais flexível do que no passado. Assim, em alternativa a um processo de avaliação no essencial definido a priori – consubstanciado no período 2000-2006 num exercício muito abrangente e complexo, relativamente estandardizado de avaliação intercalar de todos os Programas Operacionais – o Regulamento aponta para uma abordagem da avaliação “à medida das necessidades” do processo de decisão política e de uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis.

Nesse sentido, o QREN estabelece, de acordo com as disposições regulamentares aplicáveis, os princípios que devem orientar a actividade de avaliação a desenvolver, por iniciativa das autoridades nacionais, durante o período de execução das intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais.

Sublinha, em particular, que será elaborado um plano de avaliação englobando as avaliações de natureza estratégica e operacional, a realizar tanto ao nível do QREN como dos Programas Operacionais, cuja aprovação compete à Comissão Ministerial de Coordenação, sob proposta do Observatório do QREN.

Esta perspectiva integrada da avaliação *on going* implica um adequado enquadramento institucional e um exigente processo de planeamento da avaliação.

A avaliação *on going* do Programa Operacional assegura o cumprimento do disposto no n.º 3 do Artigo 48.º do Regulamento (CE) n.º1083/2006.

A Comissão de Acompanhamento apresenta à Autoridade de Gestão propostas de realizações de avaliações, nomeadamente quando os desvios entre os progressos verificados e os objectivos fixados em cada Eixo Prioritário forem considerados quantitativa ou qualitativamente significativos, é informada sobre os resultados das avaliações realizadas durante a execução do PO e examina periodicamente os progressos realizados na

prossecução dos objectivos do PO, designadamente no que respeita à realização dos objectivos específicos fixados para cada um dos eixos prioritários.

Quadro institucional para o planeamento e operacionalização da avaliação

O planeamento e a operacionalização da avaliação do QREN e dos Programas Operacionais terão como suporte o seguinte quadro organizativo:

- Rede de Avaliação do QREN 2007-2013, composta pelo Observatório do QREN, que coordena, por representantes dos Centros de Racionalidade Temática e dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais, por representantes das Autoridades de Certificação e das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais;
- Unidades de Avaliação, entendidas como órgãos tecnicamente competentes para, ao nível de cada Programa Operacional, apoiar a gestão no planeamento, lançamento e acompanhamento dos exercícios de avaliação a realizar no período 2007-2013, tanto de natureza operacional como de natureza estratégica.

A Rede de Avaliação do QREN tem como funções principais contribuir para a preparação e acompanhar a execução do Plano de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013, sistematizando a informação e as propostas de exercícios de avaliação a realizar por iniciativa das diferentes entidades representadas, no sentido da sua harmonização e articulação.

A Rede de Avaliação do QREN assume uma particular responsabilidade no fomento da valorização dos exercícios de avaliação, assegurando a prossecução dos princípios da independência, da parceria e da transparência da avaliação.

O princípio da independência traduz-se na realização de exercícios de avaliação por entidades, internas ou externas à Administração Pública, mas funcionalmente independentes das Autoridades de Gestão e das entidades com responsabilidades na Monitorização Estratégica ou Operacional do QREN e dos Programas Operacionais.

O princípio da parceria traduz-se no estímulo à participação dos agentes relevantes ao longo do processo de planeamento e operacionalização das avaliações, bem como de divulgação e análise dos seus resultados.

O princípio da transparência traduz-se na divulgação dos resultados relevantes das avaliações, bem como na sua utilização como recurso para a qualificação do debate público.

Follow up das recomendações

É adoptado o princípio da resposta obrigatória às recomendações da avaliação, com o objectivo de valorizar o papel da avaliação e a sua orientação para a acção.

Compete às entidades responsáveis pela realização da avaliação e a quem se destinam as recomendações (Autoridades de Gestão, Órgãos de Monitorização Estratégica ou Operacionais) pronunciar-se sobre as recomendações efectuadas, aceitando-as ou justificando a sua rejeição.

Incumbe ao Observatório do QREN, ao IFDR, IP e ao IGFSE, IP a responsabilidade pela coordenação do processo de follow up das recomendações das avaliações, nas matérias de natureza estratégica e nas matérias de natureza operacional do FEDER e do FSE, respectivamente.

As conclusões das avaliações e, em especial, das de carácter estratégico devem ser apresentadas e sujeitas a análise pelas entidades com responsabilidades específicas no acompanhamento do Programa Operacional.

Plano de Avaliação

O Plano de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013 é sujeito a actualização anual com vista à sua adaptação às necessidades de orientação política e/ou de gestão.

Para a elaboração da proposta de Plano a ser submetida à Comissão Ministerial de Coordenação do QREN contribuem todas as entidades representadas na Rede de Avaliação do QREN, na medida do seu âmbito de competências e atribuições.

O Plano de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais inclui uma lista indicativa dos exercícios de avaliação previstos e, para cada um desses exercícios, os seguintes elementos: a sua natureza (estratégica ou operacional), a sua incidência programática (QREN, Fundo, Programa Operacional ou conjunto de PO), âmbito temático ou territorial, calendário previsível, tipo de procedimento administrativo a adoptar e fonte de financiamento (Assistência Técnica QREN ou do PO).

O Plano de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais adopta o princípio da proporcionalidade, tal como explicitado no Artigo 13.º do regulamento 1083/2006.

O Plano inclui ainda uma descrição dos mecanismos de coordenação e de articulação entre os diversos níveis de avaliação, entre os exercícios de avaliação e o sistema de monitorização estratégica, financeira e operacional do QREN, dos Fundos e dos Programas Operacionais.

Sem prejuízo das propostas de outros intervenientes, compete em especial ao Observatório do QREN, em articulação com as Autoridades de Gestão dos Programas Regionais das Regiões Autónomas, com os Centros de Racionalidade Temática e com os Centros de Observação das Dinâmicas Regionais, tomar a iniciativa em matéria de avaliação de natureza estratégica de âmbito global ao QREN ou em domínios transversais a diversas intervenções operacionais.

De igual forma, incumbe especialmente ao IFDR, IP e ao IGFSE, IP, no âmbito das suas atribuições específicas de monitorização operacional e financeira do QREN, nas matérias relativas às operações co-financiadas pelo FEDER/FC e pelo FSE, respectivamente, a iniciativa em matéria de avaliação de natureza operacional e financeira de âmbito global ou relativa a mais do que um Programa Operacional.

A iniciativa e a responsabilidade pela execução de avaliações no âmbito de cada Programa Operacional, tanto de natureza estratégica como de natureza operacional, incumbem à respectiva Autoridade de Gestão.

As Autoridades de Gestão de cada Programa Operacional incluirão nas suas propostas as recomendações específicas que vierem a ser aprovadas pelas respectivas Comissões de Acompanhamento ou pelos Órgãos de Aconselhamento Estratégico (no caso dos Programas Operacionais Regionais do Continente) e, em especial, as que decorram da identificação – designadamente, com base nos indicadores de desempenho – de desvios relevantes entre os progressos verificados e os objectivos fixados ao nível de cada eixo prioritário.

A primeira versão do Plano de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais será apresentada à Comissão Ministerial de Coordenação do QREN até ao final de 2007.

Após a sua aprovação pela Comissão Ministerial de Coordenação, o Plano de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais será comunicado aos serviços da Comissão Europeia.

Marcos indicativos para o Plano de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013

Os seguintes exercícios de avaliação – correspondendo a exercícios de avaliação de carácter global e estratégico – constituem as referências essenciais para o Plano de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais, sem prejuízo de outros exercícios de avaliação que vierem a ser definidos no âmbito do processo de acompanhamento do programa, a promover por iniciativa da autoridade de gestão ou sob proposta de outros intervenientes:

- Avaliação Global da Execução do QREN no período 2007-2008

A realizar no 1º semestre de 2009, tendo como objectivo específico contribuir para o Relatório Estratégico Nacional (a entregar à Comissão Europeia até ao final do ano de 2009) sobre o contributo dos Programas co-financiados pelos Fundos, os objectivos da Política de Coesão e as Orientações Estratégicas Comunitárias.

- Avaliações Temáticas Globais

A realizar durante a ano de 2011, tendo como objectivo específico avaliar o contributo das várias intervenções operacionais para os objectivos gerais do QREN. As áreas temáticas a abranger por estes exercícios serão, entre outras a definir, as seguintes: “Nível de qualificações da população”, “Valorização do património e dos recursos ambientais”, “Inovação empresarial”, “Custos públicos de contexto” e “Assimetrias regionais de desenvolvimento”.

- Avaliação a meio percurso do Impacte Macroeconómico do QREN

A realizar no 2º semestre de 2010, tendo como objectivo específico estimar o impacte macroeconómico da despesa executada nos 3 primeiros anos de execução do QREN (2007-2009).

- Avaliação a meio percurso dos Programas Operacionais

A realizar em meados de 2011, tendo como objectivo específico avaliar o desempenho global dos Programas Operacionais na concretização dos respectivos objectivos e do seu contributo para os objectivos gerais do QREN e da Política de Coesão.

- Avaliação Global da Execução do QREN no período 2007-2011

A realizar no 1º semestre de 2012, tendo como objectivo específico contribuir para o Relatório Estratégico Nacional (a entregar à Comissão Europeia até ao final do ano de 2012) sobre o contributo dos Programas co-financiados pelos Fundos para os objectivos da Política de Coesão e as Orientações Estratégicas Comunitárias.

Financiamento do Plano de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais

O financiamento da avaliação é assegurado pela Assistência Técnica do QREN e dos Programas Operacionais.

As avaliações de âmbito global ao QREN ou em domínios transversais a diversas intervenções operacionais, tanto de natureza estratégica como de natureza operacional, serão financiadas pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica ao QREN.

As avaliações de âmbito específico do Programa Operacional, tanto de natureza estratégica como de natureza operacional, serão financiadas pela Assistência Técnica do PO.

PAGAMENTOS E FLUXOS FINANCEIROS

As contribuições comunitárias serão creditadas pelos serviços da Comissão Europeia directamente em contas bancárias específicas, criadas pelo Estado-Membro junto do Instituto de Gestão do Crédito Público, e que corresponderão a cada uma das Autoridades de Certificação.

As Autoridades de Certificação incumbem às entidades responsáveis pela gestão nacional dos fundos comunitários com carácter estrutural:

- FEDER e do Fundo de Coesão ao Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional – IFDR, IP, (Rua de S. Julião, n.º 63, 1149-030 Lisboa;
- FSE ao Instituto de Gestão do FSE – IGFSE, IP (Rua Rosa Araújo, n.º 43, 4.º Andar, 1250-149 Lisboa).

Cada Autoridade de Certificação efectuará transferências directas, em regime de adiantamento ou de reembolso, para a Autoridade de Gestão do Programa Operacional, ou para as entidades por ela designadas.

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional autorizará a transferência dos montantes, após a confirmação dos comprovativos de despesa associados a cada pedido de pagamento, para os correspondentes beneficiários, e assegurará que estes recebem os montantes da participação dos Fundos a que têm direito no mais curto prazo possível.

Compete às Autoridades de Certificação e às Autoridades de Gestão assegurar que os beneficiários receberão integralmente os montantes de contribuição dos Fundos Estruturais a que tenham direito. Não será aplicada nenhuma dedução, retenção ou outro encargo com efeito equivalente que resulte na redução destes montantes para os beneficiários.

Em conformidade com o n.º 3 do Artigo 76.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006, as Autoridades de Certificação deverão remeter à Comissão Europeia até 30 de Abril de cada ano uma primeira previsão dos respectivos pedidos de pagamento esperados para o exercício financeiro em curso e para o exercício seguinte.

Para este efeito, a Autoridade de Gestão do Programa Operacional transmitirá à Autoridade de Certificação pertinente, até 31 de Março de cada ano, as informações necessárias para o estabelecimento e actualização das previsões dos montantes dos pedidos de pagamento relativas ao exercício financeiro em curso e ao exercício seguinte.

CONTROLO FINANCEIRO

Em conformidade com o artigo 71º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, antes da apresentação do primeiro pedido de pagamento intermédio ou no prazo de doze meses a contar da data de aprovação do Programa Operacional, será apresentado à Comissão Europeia uma descrição dos sistemas de gestão e controlo, que deve abranger designadamente os aspectos relativos à organização e procedimentos:

- Das autoridades de gestão e certificação e dos organismos intermédios;
- Da autoridade de auditoria e de outros organismos que efectuem auditorias sob a sua responsabilidade.

Tendo em conta que as responsabilidades de controlo definidas nos regulamentos comunitários serão exercidas pela Inspeção-Geral de Finanças e pelos órgãos técnicos responsáveis pela coordenação e monitorização financeira dos Fundos Estruturais, sem prejuízo das actividades de controlo interno dinamizadas pela Autoridade de Gestão dos Programas Operacionais, todos os procedimentos de controlo e

auditoria que vierem a ser definidas serão seguidos pelo Programa Operacional e transmitidas à Comissão Europeia.

INTERCÂMBIO ELECTRÓNICO DE INFORMAÇÃO COM A COMISSÃO EUROPEIA

O Sistema de Informação da Comissão Europeia – SFC 2007 – opera na base da comunicação electrónica de informação, de acordo com as necessidades do executivo comunitário. Este sistema de tecnologia de informação está acessível às instituições dos Estados-membros por duas vias:

- Página Web, com aplicação Web;
- Directamente através de uma ligação electrónica com o Estado-membro, serviço Web.

O sistema pode ser acedido por qualquer uma destas duas vias, ou pela combinação das duas. A informação indicada no Regulamento (CE) n.º 1828/2006 de Aplicação dos Fundos Estruturais como obrigatória tem de ser objecto de transmissão periódica à Comissão Europeia através do sistema.

O sistema de informação a implementar pela gestão do Programa Operacional respeitará o disposto no referido Regulamento, as regras técnicas definidas para o SFC 2007-13 e as regras definidas nacionalmente pelos órgãos de coordenação do QREN, que garanta a coerência e integridade entre todos os sistemas de informação das intervenções estruturais do QREN.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO

O sistema de gestão do PO integra o Sistema de Informação, que compreende todas as actividades que permitam recolher, validar, tratar, transmitir e utilizar informação ao longo do ciclo de vida das operações, visando apoiar a gestão, o acompanhamento e a avaliação do PO e promover a sua divulgação.

Neste contexto, o Sistema de Informação compreende dois níveis de acesso: o de suporte às actividades de gestão, acompanhamento, avaliação e controlo e o de informação para divulgação, acessível a todos os potenciais interessados, com o objectivo de assegurar a maior universalização do público-alvo usando, designadamente, a Internet.

O acesso à informação terá em conta diferentes níveis de perfis de utilização, privilegiando-se a utilização de tecnologias de informação intuitivas e amigáveis.

O Sistema de Informação de Gestão, Acompanhamento e Avaliação do PO integra o Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE) – Módulos Promotor e Gestor.

O Módulo Promotor do SIIFSE permite o registo, submissão e consulta, pelos beneficiários, da informação relativa aos respectivos processos de candidatura e de registo de execução das operações (informação física e financeira, associada ao ciclo de vida dos projectos).

O Módulo Gestor do SIIFSE assegura a recolha, tratamento e registo da informação associada ao processo de análise e decisão de candidaturas e de execução física e financeira das operações financiadas pelo Programa Operacional, assegurando também a transmissão, ao IGFSE, da informação necessária aos processos de gestão financeira (certificação de despesa e pagamentos), auditoria, monitorização e avaliação da intervenção do FSE.

Através do Módulo Central do SIIFSE é processada a transferência de informação para o sistema nacional – Sistema de Informação de Gestão e Auditoria do QREN (SIGA) – do qual faz parte integrante, e que por essa via assegura a disponibilidade da informação necessária para a monitorização estratégica.

De forma complementar ao Sistema de Informação, o acompanhamento da realização do PO será também prosseguido com o *website* do Programa, que constitui um poderoso instrumento de divulgação de informação

pertinente para o público em geral, promotores potenciais e efectivos, agentes económicos e sociais e demais organismos envolvidos na gestão do Programa.

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Sem prejuízo do cumprimento do previsto no Regulamento de Aplicação (CE) nº 1828/2006, de 8 de Dezembro, nomeadamente o disposto no nº 2, do artigo 2º, no qual são definidos os elementos que integram o Plano de Comunicação, importa sublinhar que à Comunicação e Informação é reconhecido um papel relevante e absolutamente determinante no ciclo de vida do Programa Operacional.

A existência e implementação de um Plano de Comunicação ao nível do Programa Operacional, constituirão um instrumento de gestão, cuja implementação deverá permitir:

- Planificar: De forma contínua e sistemática, definir previamente as várias formas de actuação de modo a alcançar os objectivos fixados;
- Organizar: Analisar, classificar e estruturar os meios humanos, financeiros e materiais ao dispor, com vista a alcançar com eficácia as metas previamente definidas;
- Dirigir: Gerir com eficiência os recursos disponíveis, com vista a alcançar os resultados previstos com o mínimo de custos;
- Controlar e Avaliar: Assegurar um acompanhamento e monitorização sistemática e crítica dos desvios eventualmente ocorridos entre o previsto e o realizado, e a avaliação desses desvios, de modo a se tomarem as necessárias medidas correctoras.

Tendo este pensamento estratégico como pilar estruturante do Programa, numa perspectiva de transparência e de *accountability*, a comunicação deve assim permitir aferir a todo o momento, a forma como são aplicados os seus recursos para promover a imagem institucional do Programa, dando a conhecer as suas potencialidades e oportunidades, constituindo deste modo um recurso integrado no modelo de gestão do PO, que acompanhará todo o seu ciclo de vida, ajustando-se às suas diferentes fases (lançamento, implementação, avaliação).

Nesta dimensão, o plano deverá permitir responder a necessidades específicas em termos de notoriedade, divulgação, ampla acessibilidade, tendo em particular atenção a diversidade de público-alvo que pretende atingir bem como a utilização dos meios e instrumentos mais adequados face a estes públicos.

Esta diversidade traz associada uma lógica de “*comunicação mix*” através da qual se garante uma coerência entre o planeamento estratégico e o planeamento operacional, podendo este ser considerado a curto, médio e longo prazo, através das acções e iniciativas a realizar.

Sendo alargado o número de domínios e instrumentos/ canais, que à partida se podem considerar em matéria de comunicação e informação, destacam-se os seguintes por serem áreas-chave neste domínio:

- Criação de uma identidade /Imagem;
- Comunicação mediática e publicitária;
- Promoção e divulgação directa junto de públicos específicos;
- Comunicação Editorial;
- Ampla utilização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Na fase de lançamento do Programa, serão promovidas acções destinadas a diferentes público-alvo (externo e interno) destacando-se os meios mais vocacionados para a notoriedade e reconhecimento do Programa junto do grande público, (divulgação da imagem, comunicação mediática, e publicitária) e a organização de eventos

e divulgação directa junto dos potenciais beneficiários que visam em particular atingir os objectivos de divulgação da “oferta” do Programa, bem como de ajustamento da “procura”.

Neste contexto enquadram-se os seminários, debates, campanhas de sensibilização e divulgação do programa, junto de potenciais destinatários do mesmo.

Nestes domínios de intervenção assume particular destaque o papel que se pretende atribuir à Internet, pretendendo-se que esta assuma um papel verdadeiramente estruturante na Comunicação do Programa.

A utilização plena das novas Tecnologias de Informação e Comunicação deverá permitir uma verdadeira aproximação do cidadão à estrutura do Programa, promovendo uma comunicação pró-activa, uma fácil disseminação não só informativa como documental, criando meios de relacionamento que incentivem o conhecimento, a confiança e a transparência, informando de forma clara, objectiva e atempada os seus destinatários.

Deste modo, procura-se facilitar e aumentar a percepção que os cidadãos possuem do papel que estes apoios assumem para o desenvolvimento económico, social e territorial do país.

Com este objectivo será criado e dinamizado um site específico do programa, bilingue, bem como a criação e disseminação de uma newsletter electrónica, como fonte de informação privilegiada e especializada para o público interno do programa.

Cabe à Autoridade de Gestão do Programa Operacional, de acordo com o definido na Estratégica Global de Comunicação QREN e no Plano de Comunicação do FSE, assegurar a implementação e monitorização do Plano de Comunicação do PO bem como o cumprimento das responsabilidades que vierem a ser cometidas a outras entidades nesta matéria (entidades intermediárias).

Cabe ainda à Autoridade de Gestão do PO assegurar a sua participação na rede informal que virá a ser constituída, onde estarão representados os diferentes representantes dos três níveis de intervenção previstos nesta estratégia (QREN, Fundos Estruturais e Programas Operacionais) garantindo deste modo o necessário envolvimento e articulação para a sua implementação.

Para a realização dos seus objectivos e acções, a Autoridade de Gestão poderá recorrer à contratação de bens e serviços, que serão assegurados com recurso ao sector privado, particularmente em domínios como a Internet e Multimédia, Publicidade, design de comunicação, dada a sua especificidade, no respeito pelas normas da contratação pública.

O financiamento destas acções será assegurado pela Medida Assistência Técnica do Programa e Fundos públicos nacionais.

A coordenação global da estratégia de comunicação do Programa é da responsabilidade da Autoridade de Gestão.

AUXÍLIOS DE ESTADO

A Autoridade de Gestão assegura que, as operações financiadas pelo PO relativas a Auxílios de Estado às empresas, respeitam as normas e os procedimentos comunitários aplicáveis e a legislação nacional de desenvolvimento ou de transposição dessas normas, aquando da decisão de atribuição do apoio público.

MERCADOS PÚBLICOS

As acções ou medidas co-financiadas pelos Fundos Estruturais são executadas no respeito pelas normas comunitárias e nacionais em matéria de adjudicação de contratos públicos, designadamente as relativas às Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE, ao Regulamento (CE) n.º 1564/2005 e aos princípios do Tratado.

Os avisos enviados para publicação no Jornal Oficial da União Europeia apresentarão as referências dos projectos em relação aos quais tenha sido solicitada ou decidida a concessão de uma contribuição comunitária.

Relativamente aos projectos incluídos nos Programas Operacionais cujo valor global seja superior aos limites fixados nas Directivas “Contratos Públicos” de fornecimentos, de obras ou de serviços, o relatório da comissão de análise de propostas, que suporta a decisão de adjudicação, será mantido à disposição da Comissão de Acompanhamento.

PRIORIDADES TRANSVERSAIS DO FSE

Os trabalhos de programação do novo período de intervenção dos fundos estruturais tiveram em atenção as prioridades horizontais das políticas comunitárias (igualdade de oportunidades, desenvolvimento sustentável e sociedade da informação).

No que se refere à incorporação dos antigos Princípios EQUAL, importa valorizar um conjunto de domínios temáticos dotados de transversalidade cuja presença no Programa (e também no Programa Operacional Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial, co-financiado pelo FEDER) deverá contribuir para uma efectiva incorporação dos novos princípios transversais do FSE:

- Estimulo à procura individual de formação;
- Educação para o empreendedorismo;
- Micro-financiamento de projectos de investimento

(medidas que reflectem a importância atribuída ao ‘empowerment’);

- Prioridade atribuída à formação sectorial especializada, à formação para quadros e dirigentes da Administração Regional e à formação – acção, num quadro de valorização da relação consultoria/inação empresarial;

(prioridades que reflectem o incentivo à inovação organizacional, à difusão de novas metodologias de intervenção nas organizações e ao ‘mainstreaming’);

- Orientações relativas à melhoria da qualidade do ciclo formativo e à prioridade dos critérios de gestão da qualidade.

Não obstante as dificuldades de estruturação de capacidades nas entidades associativas e nas instituições sem fins lucrativos, a Direcção Regional de Formação Profissional e o Instituto Regional de Emprego, têm estimulado o funcionamento em rede e as parecerias de projecto entre organismos públicos e essas entidades dando corpo ao trabalho de parceria e valorizando também experiências de cooperação transnacional desenvolvidas no âmbito de diversos instrumentos e programas comunitários (ADAPT e Emprego, Leonardo e Sócrates, LEADER, EQUAL, ...).

Na operacionalização das condições de acesso e prioridades de selecção de projectos, serão adequadamente identificadas as necessidades / oportunidades de incorporação dos novos princípios do FSE, numa perspectiva de qualificação das intervenções e de reforço de novas formas de trabalho.

Assinala-se, por outro lado, ainda no quadro destes princípios transversais, que as IPSS’s têm revelado capacidade crescentemente mais qualificada para se associarem e influenciarem a concepção e a elaboração dos instrumentos de política pública para a respectiva concretização; esta evolução positiva, reconhecida e valorizada pelas instituições regionais, contrasta no entanto com a circunstância de que as ONG’s não têm revelado na RAM, até ao momento, massa crítica suficiente para alavancarem projectos com dimensão significativa, ou para terem influência suficiente, na definição de políticas nas suas áreas de actuação específicas.

No que respeita à abordagem das questões do ambiente e do desenvolvimento sustentável nos projectos formativos, serão adequadamente tidas em consideração na análise e selecção de projectos a serem financiados, contribuindo deste modo para a promoção destas questões ao nível da sociedade.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

A promoção da igualdade de género e da igualdade de oportunidades relativa a grupos sociais desfavorecidos corresponde a uma preocupação comunitária e nacional que assumiu relevância na programação, salientando-se que o princípio da igualdade de oportunidades é assumido como elemento integrador das diferentes tipologias de investimento.

Assim, de acordo com as orientações definidas pela Comissão Europeia, são quatro os domínios prioritários de intervenção em matéria de igualdade de oportunidades.

- Melhoria do quadro de vida no sentido de responder mais eficazmente às necessidades das mulheres;
- Aumento da acessibilidade das mulheres ao mercado de emprego;
- Melhoria da situação das mulheres no emprego;
- Promoção da participação das mulheres na criação de actividades económicas.

No âmbito do Programa Operacional serão instituídos mecanismos e procedimentos que assegurem a consideração da dimensão da igualdade de oportunidades nas fases de selecção, acompanhamento, controlo e avaliação dos projectos adquire uma importância especial, devendo tais procedimentos contribuir, designadamente, para eliminar as barreiras ao acesso aos programas operacionais resultantes de qualquer tipo de discriminação sexual ou outra.

Neste contexto, ganha particular relevo, na fase de selecção, a identificação dos projectos de acordo com os seus efeitos esperados quanto à igualdade de género e de oportunidades (efeitos positivos, neutros ou negativos). Sempre que possível esses efeitos devem ser referidos de modo a permitir, em sede própria de acompanhamento e avaliação, as correcções necessárias (no caso de se constatarem resultados negativos) e a eventual divulgação de boas práticas (no caso contrário).

COMPATIBILIDADE COM AS POLÍTICAS DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No seu artigo 6º, o Tratado da União Europeia prevê que “as exigências em matéria de protecção do ambiente devem ser integrados na definição e aplicação das políticas” da UE. Assim, a estratégia da UE para o desenvolvimento sustentável, aprovada pelo Conselho Europeu de Gotemburgo em 2001, sublinha o imperativo político de que todas as políticas tenham como objectivo principal o desenvolvimento sustentável. Além disso, salienta a necessidade de uma melhor informação, de modo que as propostas sejam sistematicamente avaliadas.

Durante a execução do Programa as acções co-financiadas pelos Fundos Estruturais devem ser coerentes com os princípios e objectivos do desenvolvimento sustentável e da protecção e melhoria do ambiente referidos no tratado e reforçados na Estratégia de Lisboa e Gotemburgo.

As acções co-financiadas pelos Fundos Estruturais devem respeitar igualmente a legislação comunitária em matéria de ambiente.

A contribuição do presente Programa Operacional e, especificamente das intervenções apoiadas pelo Fundo Social Europeu - não obstante a imaterialidade que caracteriza estas intervenções - é crucial para o desenvolvimento sustentável. A educação é um pré-requisito para se atingir o desenvolvimento sustentável porque a prossecução deste desígnio só é viável se for entendida como um desafio mobilizador da sociedade,

cuja concretização depende fortemente da alteração dos estilos de vida e dos padrões de consumo e de produção.

A educação para a sustentabilidade é um processo permanente de aprendizagem e no âmbito da implementação do presente programa será dada uma particular atenção à necessidade de aumentar os níveis de conhecimento e de consciencialização sobre os desafios associados às três dimensões fundamentais do desenvolvimento sustentável – social, ambiental e económica –, contribuindo para a mudança de motivações, de decisões e de comportamentos individuais e colectivos.

Importa assim assinalar que, tomando em consideração a natureza do Fundo Social Europeu, focalizado em operações imateriais relacionadas com o desenvolvimento dos recursos humanos, este Programa Operacional não estabelece o enquadramento para operações susceptíveis de produzirem efeitos ambientais significativos, como acontece com os projectos de infra-estruturas, especialmente os listados nos Anexos I e II da Directiva 85/337/CEE revista.

Adicionalmente, não se prevê que projectos de infra-estruturas com essas características venham a surgir no quadro da flexibilidade introduzida pelo Artigo 34.º, n.º 2 do Regulamento Geral n.º 1083/2006/CE, através da cobertura pelo FSE de investimentos normalmente apoiados pelo FEDER e para projectos de desenvolvimento urbano sustentável mencionados no Artigo 8.º do Regulamento FEDER 1080/2006/CE.

Consequentemente, a Autoridade de Gestão considerou – e as autoridades nacionais concordaram – que em princípio não se verificou a necessidade de uma Avaliação Ambiental Estratégica deste PO no quadro da Directiva 2001/42/CE, sem prejuízo de determinações relativas de avaliação que se venham a revelar necessárias de acordo com a legislação nacional ou com outras medidas para implementação da Directiva 2001/42/CE.

As autoridades ambientais são associadas à execução do Programa Operacional, contribuindo nomeadamente para a definição:

- Dos objectivos e metas ambientais e de sustentabilidade para todos os eixos prioritários de desenvolvimento do Programa;
- Da estratégia, do programa e das medidas específicas no domínio do ambiente.

As autoridades públicas ambientais participarão ainda na definição das normas e dos procedimentos de execução para os eixos prioritários, incluindo a colaboração com as autoridades responsáveis na determinação dos critérios de elegibilidade e de selecção de projectos.

Serão responsáveis pela aplicação da política e legislação comunitária e nacional em vigor no domínio do ambiente, sendo igualmente chamadas a emitir o seu parecer sobre os projectos de investimento no âmbito do processo de avaliação de impacte ambiental.

CENTROS DE RACIONALIDADE TEMÁTICA E CENTROS DE OBSERVAÇÃO DAS DINÂMICAS REGIONAIS

A Região Autónoma da Madeira manifesta disponibilidade e interesse em participar nos Centros de Racionalidade Temática instituídos no âmbito do QREN.

Embora os Centros de Observação das Dinâmicas Regionais sejam instituídos no âmbito de cada uma das NUTS II do Continente, a RAM manifesta igualmente interesse em acompanhar esse processo e assim poder beneficiar do conhecimento adquirido nesse âmbito e das boas práticas que vierem a ser identificadas.

AVALIAÇÃO EX-ANTE DO PROGRAMA OPERACIONAL

ENQUADRAMENTO DA AVALIAÇÃO EX-ANTE

As diferentes versões do Programa Operacional que foram objecto de apreciação avaliativa procuraram reflectir o modelo de colaboração entre a Equipa de Avaliação e a Equipa responsável pela Programação, com níveis de aprofundamento que importa relevar num instrumento de suporte técnico à gestão e execução do Programa.

Nessa perspectiva, a síntese da Avaliação *ex-ante* destaca um conjunto relevante de contributos para uma construção mais coerente e pertinente do Programa, segundo as dimensões de avaliação consideradas, que foram naturalmente objecto de apreciação e debate aprofundados com a Equipa de Programação, independentemente da sua efectiva consideração pelo Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM.

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO EX-ANTE

O exercício de programação das intervenções em matéria de desenvolvimento dos recursos humanos na Madeira, assentou fundamentalmente nas prioridades estratégicas constantes do Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o período de 2007-2013 e num Diagnóstico e Análise SWOT, partilhados integralmente com o Programa Operacional Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial.

As **dimensões-problema e as necessidades de intervenção** específicas que caracterizam os domínios da educação, da formação, do emprego e da coesão social na Madeira justificariam, todavia e na óptica da Avaliação *ex-ante*, a utilização de elementos específicos que fundamentariam com maior relevo um nexo lógico dimensões-problema do mercado de trabalho – necessidades prioritárias de intervenção.

As **orientações estratégicas** e prioridades de desenvolvimento, bem como a arquitectura de Eixos prioritários do Programa respondem globalmente ao padrão de necessidades prioritárias existentes, sendo de destacar pela **pertinência e coerência interna** as apostas estratégicas seguintes:

- Modalidades educativas de carácter profissionalizante procurando enfatizar a antecipação da relação com o mercado de trabalho, sem prejuízo de continuar a assegurar o prosseguimento dos estudos.
- Enquadramento das modalidades de qualificação inicial inseridas no mercado de emprego, nomeadamente a formação em alternância. O sucesso comparado desta modalidade de formação deve, todavia, ser interpretado como um estímulo a concentrar recursos formativos e de integração no mercado de trabalho, valorizando a diferenciação competitiva da alternância e imputando ao sistema educativo o esforço (de medidas de política e de financiamento), com vista a enquadrar as trajectórias vincadamente escolares.
- Valorização das modalidades formativas que se enquadram na Estratégia de Aprendizagem ao Longo da Vida com destaque para as diversas vertentes respeitantes à formação de activos (via cursos de educação/formação), acções dirigidas aos activos empregados quer nas empresas, quer na Administração Pública Regional, com destaque para os sectores da educação e da saúde.
- Apoio à formação-consultoria, uma medida de intervenção que tem proporcionado resultados positivos em outros contextos regionais mobilizando para o investimento na formação e na qualificação dos recursos humanos, as empresas de pequena e muito pequena dimensão. Este investimento deve ser acautelado na operacionalização, mediante uma rigorosa acreditação de entidades e de consultores, de

modo a constituir um instrumento de suporte à modernização de actividade das empresas (uma das maiores condicionantes do desenvolvimento empresarial), bem como um estímulo à participação das empresas na formação e à frequência de acções por parte dos activos empregados.

Este domínio de intervenção deverá estabelecer uma efectiva articulação com domínios sectoriais contemplados no âmbito dos objectivos do Programa Operacional Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial, nomeadamente os investimentos dirigidos à prioridade estratégica da inovação, empreendedorismo e sociedade do conhecimento e da cultura e património (no novo domínio de intervenção). No âmbito daquela prioridade vincadamente mais económica estão enquadradas, designadamente, as ajudas à incubação de empresas, os incentivos aos projectos de investimento de modernização empresarial, os apoios aos projectos de I&DT e à difusão das NTIC.

▪ Continuidade dos apoios ao emprego centrada nos estágios profissionais, nas ILE's, nas empresas de inserção e na metodologia de apoio à procura de emprego. Trata-se de intervenções de política que deverão contribuir para a concretização das Orientações Integradas para o Crescimento do Emprego acolhidas no Plano Regional de Emprego e que se devem inscrever numa lógica de racionalização gradual das medidas activas da política de emprego.

Essa racionalização deve contribuir para, a prazo, as vertentes estratégicas das medidas de acesso ao emprego se centrarem prioritariamente nas intervenções seguintes:

- relação activa centrada na criação de emprego/desenvolvimento do espírito e iniciativa empresarial;
 - formação ao longo da vida proporcionando competências a activos empregados (em vista da manutenção consistente dos seus empregos) e aos desempregados, para um regresso expedito ao mercado de trabalho; e
 - acompanhamento individualizado dos desempregados inscritos, valorizando o papel da informação e orientação profissional e da formação junto dos desempregados à procura de 1º e de novo emprego; o enriquecimento deste papel deve assentar na qualificação/reciclagem dos técnicos de emprego e dos conselheiros de orientação profissional, mas também na modernização do serviço público de emprego regional.
- Formulação de uma vertente de intervenção dirigida ao desenvolvimento social com vista a integrar medidas e linhas de acção destinadas a enquadrar as dimensões--problema das dificuldades de integração no mercado de trabalho e da exclusão social, designadamente de grupos sociais mais desfavorecidos, com expressão relevante em alguns concelhos da Região (p.e., crianças e jovens em risco).

Este domínio de intervenção deverá estabelecer níveis adequados de articulação com a prioridade estratégica relativa à coesão territorial do Programa co-financiado pelo FEDER procurando potenciar as sinergias potencialmente existentes. Essa articulação permitiria corrigir um desvio tradicional face aos objectivos daquela Medida de intervenção que se tem traduzido na Região na incapacidade de aproveitar os investimentos materiais realizados, aproveitamento que implica a concepção de projectos imateriais orientados não só para melhorar as condições e qualidade de vida dos beneficiários finais, mas também para promover a sua integração social, profissional e económica.

Tendo em atenção a heterogeneidade de domínios de intervenção contemplados na abordagem Potencial Humano/Coesão Social (educação, formação, emprego desenvolvimento social, ...), heterogeneidade acentuada pela separação institucional entre estas quatro áreas na orgânica administrativa do Governo Regional, a Avaliação *ex-ante*, no trabalho de integração técnica de contributos em fase de programação, recomendou a estruturação de objectivos globais para o Programa e de objectivos específicos para os Eixos Prioritários.

Esta árvore de objectivos, constante do Relatório de Avaliação *ex-ante*, constitui, a par da Acção dos Eixos Educação e Formação e Emprego e Coesão Social, um instrumento crucial de clarificação de domínios específicos de actuação e de orientação mais rigorosa na programação financeira, em resposta aos objectivos e metas a atingir no horizonte 2007-2013.

No domínio de orientações mais específicas com o objectivo de reforçar a coerência interna dos Eixos Prioritários do Programa, a Avaliação *ex-ante* recomendou igualmente que as condições de operacionalização das Prioridades de desenvolvimento contemplem:

- o reforço da prioridade atribuída à formação inserida no mercado de emprego, designadamente da formação em alternância concentrando-a nos níveis III e IV;
- o reforço da prioridade à formação de reconversão quer de activos empregados, quer de desempregados, mobilizando competências (formais, não formais e informais), numa óptica de transferibilidade/reconversão;
- a formação de agentes do Estado, associada a projectos de modernização dos serviços públicos, um objectivo cuja concretização se encontra significativamente atrasada na Região;
- a formação de professores e outros agentes educativos, incentivando a qualificação dos Projectos Educativos e a própria organização do espaço Escola, com o objectivo de melhorar o desempenho escolar e reduzir os índices de abandono e insucesso escolar;
- o reforço da mediação dos parceiros sociais no aumento dos níveis de participação das empresas nas acções de formação e da procura individual de formação;
- a valorização das componentes de produção de recursos didácticos (e da criação de centros de recursos de conhecimento);
- o desenvolvimento dos serviços de educação, formação e emprego tanto na vertente qualificação profissional dos funcionários, como na vertente logística e técnica de prestação do serviço aos utentes;
- o reforço dos mecanismos de combinação de intervenções das políticas regionais co-financiadas (p.e., projectos de formação; modernização administrativa/formação de agentes do Estado; projectos educativos inovadores e de combate ao abandono e insucesso escolar/formação de professores e outros agentes educativos; e projectos de modernização empresarial/formação de competências sectoriais especializadas).

Em matéria de **coerência externa**, a estrutura e o conteúdo dos Eixos prioritários do Programa, apresentam níveis de complementaridade acentuada das quais se destacam como mais relevantes:

- *Complementaridade potencial com o P.O. co-financiado pelo FEDER* que enquadra intervenções, nomeadamente nos domínios do desenvolvimento empresarial, da inovação, da sociedade da informação e do conhecimento e para as quais as lógicas da formação ao longo da vida (incluindo a formação avançada de recursos humanos), tendem a proporcionar, à partida, importantes contributos na oferta de competências básicas, transversais e sectorialmente especializadas. Em contrapartida, a qualificação e modernização do tecido empresarial e do sistema económico, dos sistemas ambiental e urbano-territorial, que constituem desafios estratégicos presentes nos Eixos do Programa FEDER, devem proporcionar oportunidades de empregabilidade que ampliem a eficácia e os efeitos dos apoios à educação e formação, a aprovação dos quais deve ser sujeita ao preenchimento de condições de aceso e de selectividade que aproximem as competências dos diplomados de forma dinâmica das necessidades da procura das empresas e das demais organizações empregadoras.

- *Complementaridade com as Orientações fixadas no Plano Regional de Emprego 2005-2008* que concretizam na Região o relançamento da Estratégia Europeia de Emprego.

Esta complementaridade genérica deve ser objecto de aprofundamento, nomeadamente em direcção a aspectos relacionados com a inovação e a sociedade do conhecimento de modo a que no terreno das candidaturas de projectos se garanta a concepção de intervenções com componentes de inovação que estimulem a qualificação do sistema de actores regional (instituições da Administração Regional, empresas, associações de desenvolvimento, parceiros sociais e económicos, etc.). A utilização regular das ferramentas da sociedade de informação e o enriquecimento das intervenções, com novos conteúdos produzidos pelo conhecimento regional, representam um relevante desafio à concretização das sinergias identificadas.

Existe, todavia, um conjunto de compromissos estabelecidos no PRE 2005-2008 em termos de instrumentos que visam concretizar as Orientações Integradas que estão para além das lógicas e recursos de intervenção do Programa Operacional Valorização do Potencial Humano e Coesão Social, designadamente às que remetem para: a flexibilidade e segurança no emprego, a evolução favorável dos custos do factor trabalho, o trabalho remunerador para os que procuram emprego, o modelo laboral e diálogo social, matérias, igualmente, abordadas em profundidade (orientações estratégicas e medidas) no PDES Madeira 2007-2013.

- Complementaridade com as Orientações do Programa Novas Oportunidades (Jovens e Adultos). O perfil de complementaridades é bastante acentuado dentro da interpretação comum das Orientações da Estratégia Europeia para o Emprego e da Estratégia de Aprendizagem ao Longo da Vida. Dentro desse perfil importa destacar as componentes relativas:

- ao reforço dos níveis de escolarização dos jovens apostando na construção de percursos de recuperação do insucesso escolar e nas ofertas qualificantes conferindo dupla certificação;
- à elevação dos níveis de qualificação de base da população adulta abrangendo a formação de activos, empregados e desempregados, designadamente na óptica da formação de reconversão;
- ao esforço de reconhecimento e validação e certificação de competências;
- à formação avançada de recursos humanos; e
- à articulação estratégica e de recursos entre a formação escolar e a formação profissional.

As dimensões de complementaridades destacadas, devem ser encaradas como indicação de prioridade de intervenção (de concentração de recursos de financiamento e de selectividade de apoios) no desenvolvimento operacional dos trabalhos de programação e gestão.

O **Plano de Financiamento** proposto está significativamente agregado tendo-se optado por uma apresentação por Eixos prioritários o que reconduz a aferição da adequação para um patamar muito global. Nesse patamar a distribuição proposta reflecte um elevado centramento da intervenção da Valorização do Potencial Humano na qualificação escolar e profissional dos madeirenses (78,3% do financiamento total) criando condições para que as diversas modalidades formativas e os diferentes públicos-alvo encontrem respostas para as respectivas necessidades de acesso (aquisição e renovação) a competências.

A apreciação da proposta de anualização da programação financeira evidencia uma acentuada concentração dos fluxos de financiamento nos dois primeiros anos de vigência do Programa: os anos de 2007 e 2008 deverão absorver quase metade da dotação orçamental global (49,71%). A análise da dotação financeira anual acumulada face ao cumprimento da regra N+3/N+2, permite constatar que, não obstante a concentração

referida em 2007 e 2008, a mesma poderá deslizar e ser executada até 2011 reconfigurando, pelas previsões de pedidos de pagamento à Comissão Europeia, as necessidades a suportar pelo Orçamento Regional.

Na perspectiva da Avaliação *ex-ante* esta repartição anual estabelece uma fortíssima pressão sobre as estruturas de gestão do Programa, havendo o risco de, ao pressionar as entidades beneficiárias no sentido de absorção da maior parte dos recursos nos anos iniciais, não ser viável estimular (e garantir) o desenvolvimento de ofertas formativas amadurecidas à luz de novas orientações estratégicas sugeridas quer pelo PDES, quer pelo Projecto do Programa e fundamentadas pela Avaliação *ex-ante*.

O novo ciclo de intervenção dos fundos estruturais, tendo definido uma prioridade estratégica centrada no Aumento da Governância (Aumento da Eficiência da Governação), cria especiais responsabilidades e exigências às instâncias da Administração Pública Regional envolvidas na **gestão da educação, formação, emprego e coesão social**, mas também às entidades de intermediação (parceiros sociais, associações de desenvolvimento, etc.).

A separação acentuada de atribuições e competências existente na Região nestes domínios de intervenção, a par das fragilidades reveladas em termos de capacidade de interlocução e de gestão partilhada por aquelas entidades, sugere a necessidades de reflectir e tomar opções quanto a uma eventual capacitação técnica e institucional dos agentes da Administração e dos parceiros de modo a proporcionar níveis de eficácia e de eficiência consentâneos com a relevância estratégica das prioridades de intervenção associadas à mobilização e afectação dos recursos de financiamento.

Nesta perspectiva, a Avaliação *ex-ante* recomenda explicitamente:

- A estruturação de uma função acompanhamento que desenvolva competências de apoio à gestão e execução das medidas activas de emprego com o objectivo de apoiar as entidades beneficiárias na melhoria da qualidade do ciclo formativo, propiciando condições (a montante) para potenciar a empregabilidade dos diplomados pelas diversas modalidades de educação e formação.
- A criação de nova unidade formativa orientada para áreas de formação directamente vocacionadas para o empreendedorismo e a sociedade do conhecimento. A iniciativa de concretização deste projecto deve assentar na constituição de uma parceria, tomando como referência o modelo de Gestão Participada renovado e procurando envolver, para além da tutela regional da formação, os parceiros sociais e económicos da Região, a par de uma entidade externa dotada de experiência formativa naqueles novos domínios de competência.

APRECIACÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO EX-ANTE

A avaliação *ex-ante* do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social apresenta um conjunto de recomendações, que foram devidamente apreciadas pelas autoridades regionais conforme explicitado na seguinte tabela:

Recomendações	Apreciação
<p>A prioridade relativa à valorização das modalidades formativas que se enquadram na Estratégia de Aprendizagem ao Longo da Vida deve incorporar:</p> <ul style="list-style-type: none"> · a formação de reconversão quer de activos empregados, quer de desempregados, mobilizando competências (formais, não formais e informais) numa óptica de transferibilidade/reconversão; · a formação de agentes do Estado, associada a 	<p>A atenção a esta questão estará presente na definição dos critérios de selecção das operações a serem financiadas.</p> <p>De referir que na gestão das medidas de <i>Emprego e Coesão Social</i> será dada atenção igualmente às necessidades de formação quer dos técnicos de emprego quer de outros que trabalham em áreas de programas de emprego e de apoio aos</p>

<p>projectos de modernização dos serviços públicos, um objectivo cuja concretização se encontra significativamente atrasada na Região;</p> <ul style="list-style-type: none"> · a formação de professores e outros agentes educativos, incentivando a qualificação dos Projectos Educativos e a própria organização do espaço Escola, com o objectivo de melhorar o desempenho escolar e reduzir os índices de abandono e insucesso escolar. 	<p>desempregados, privilegiando acções em conjunto com o IEFP.</p> <p>Está também presente na sua estratégia e linhas de orientação a necessidade de modernização do serviço público de emprego regional.</p>
<p>O domínio de intervenção dirigida ao desenvolvimento social deverá estabelecer níveis adequados de articulação com a prioridade estratégica relativa à coesão social e territorial do Programa co-financiado pelo FEDER procurando potenciar as sinergias potencialmente existentes.</p>	<p>No âmbito da introdução da vertente destinada a pessoas excluídas está já em funcionamento nos serviços de Emprego o programa Empresas de Inserção, pretendendo-se ainda lançar outras medidas que visem este público-alvo, nomeadamente os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).</p>
<p>Os apoios ao emprego centrada nos estágios profissionais, nas ILE's, nas empresas de inserção e na metodologia de apoio à procura de emprego deverão contribuir para a concretização das Orientações Integradas para o Crescimento do Emprego acolhidas no Plano Regional de Emprego numa lógica de racionalização gradual das medidas activas da política de emprego que deve contribuir para, a prazo, as vertentes estratégicas das medidas de acesso ao emprego se centram prioritariamente nas intervenções seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> · relação activa criação de emprego/desenvolvimento do espírito e iniciativa empresarial; · formação ao longo da vida proporcionando argumentos a activos empregados, em vista da manutenção consistente dos seus empregos, e aos desempregados, para um regresso expedito ao mercado de trabalho; e · acompanhamento individualizado dos desempregados inscritos, valorizando o papel da informação e orientação profissional e da formação junto dos desempregados à procura de 1º e de novo emprego; o enriquecimento deste papel deve assentar na qualificação/reciclagem dos técnicos de emprego e dos conselheiros de orientação profissional, mas também na modernização do serviço público de emprego regional. 	<p>Prevê-se dar continuidade e reforçar quer a divulgação quer o apoio técnico, das medidas Estágios Profissionais, Criação do Próprio Emprego para Desempregados e ainda das Empresas de Inserção com o objectivo de abranger o maior numero possível de desempregados e dinamizar a economia social e solidária.</p> <p>No âmbito das medidas de emprego serão desencadeadas acções de formação em gestão para potenciais criadores de empresas com o objectivo de estimular o espírito e iniciativa empresarial e desenvolver competências na área de gestão.</p> <p>Continuar-se-á a dar destaque ao acompanhamento individualizado dos desempregados inscritos através das metodologias Orienta Jovem e Guia, proporcionado informação e orientação profissional, como tem sido prática desde o primeiro Plano Regional de Emprego.</p>
<p>Reforço da prioridade atribuída à formação inserida no mercado de emprego, designadamente da formação em alternância concentrando-a nos níveis III e IV, bem como da relativa à formação de activos empregados, abrangendo a formação dos professores e agentes educativos e outros agentes do Estado</p>	<p>A atenção a esta questão estará presente nas tipologias a serem financiadas, concretamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de aprendizagem - Ensino profissional - Cursos de Educação e Formação - Cursos de especialização tecnológica - Cursos de Qualificação Profissional - Formação de Docentes e Formadores

Reforço da mediação dos parceiros sociais no aumento dos níveis de participação das empresas nas acções de formação e da procura individual de formação	A atenção a esta questão estará presente nas tipologias a serem financiadas, concretamente: <ul style="list-style-type: none"> - Cursos para Activos - Acções de Formação - Consultoria
Valorização das componentes de produção de recursos didácticos (e da criação de centros de recursos de conhecimento)	A atenção a esta questão estará presente nas tipologias a serem financiadas, concretamente: <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. - Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos
Desenvolvimento dos serviços de educação, formação e emprego tanto na vertente qualificação profissional dos funcionários, como na vertente logística e técnica de prestação do serviço aos utentes	A atenção a esta questão estará presente nas tipologias a serem financiadas, concretamente: <ul style="list-style-type: none"> - Formação Profissional da Administração Pública - Formação de Docentes e Formadores
Estruturação de uma função acompanhamento de apoio à gestão e execução das medidas activas visando a melhoria da empregabilidade dos diplomados pelas diversas modalidades de educação e formação	O acompanhamento de todas as medidas de emprego é feito com visitas às entidades e aos participantes sendo intenção da gestão das medidas de Emprego e Coesão Social reforçar esse acompanhamento com outros apoios técnicos que vão desde a área jurídica à área de contabilidade e fiscalidade. Prevê-se ainda o lançamento de inquéritos periódicos que permitam avaliar o impacto das medidas em termos de empregabilidade.
Criação de nova unidade formativa orientada para áreas de formação directamente vocacionadas para o empreendedorismo e a sociedade do conhecimento. A iniciativa de concretização deste projecto deve assentar na constituição de uma parceria, tomando como referência o modelo de Gestão Participada renovado e procurando envolver, para além da tutela regional da formação, os parceiros sociais e económicos da Região, a par de uma entidade externa dotada de experiência formativa naqueles novos domínios de competência	A atenção a esta questão estará presente nas tipologias a serem financiadas, concretamente: <ul style="list-style-type: none"> - Cursos de Educação e Formação